

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

JULIANA ALEXANDRETE LAURENTINO

**ANÁLISE DA CADEIA PRODUTIVA DO TABACO E DOS IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS DA CULTURA FUMO NAS PROPRIEDADES RURAIS DE
LAJEADO BIRIVA, MUNICÍPIO DE TRÊS DE MAIO - RS**

Três de Maio

2013

JULIANA ALEXANDRETE LAURENTINO

**ANÁLISE DA CADEIA PRODUTIVA DO TABACO E DOS IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS DA CULTURA FUMO NAS PROPRIEDADES RURAIS DE
LAJEADO BIRIVA, MUNICÍPIO DE TRÊS DE MAIO - RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Glauco Schultz

Co-orientador: Elvis Albert Robe Wandscheer

Três de Maio

2013

JULIANA ALEXANDRETE LAURENTINO

**ANÁLISE DA CADEIA PRODUTIVA DO TABACO E DOS IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS DA CULTURA FUMO NAS PROPRIEDADES RURAIS DE
LAJEADO BIRIVA, MUNICÍPIO DE TRÊS DE MAIO – RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Três de Maio, 20 de junho de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Orientador Dr. GLAUCO SCHULTZ

Prof. Dr. PAULO DABDAB WAQUIL
UFRGS

Prof. Dr. JEAN PHILIPPE PALMA REVILLION
UFRGS

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha filha Gabriela, pois são pelos nossos filhos que lutamos e atravessamos os mais ardentes caminhos.

Dedico também, ao meu esposo Eduardo, que me incentiva a correr atrás dos meus sonhos e a nunca desistir.

Dedico esse trabalho a minha família, de modo muito especial que sempre acreditaram em mim e em minha competência.

E, por fim, dedico todo meu esforço contido durante esses quase quatro anos de PLAGEDER a todos os agricultores e agricultoras, que eu, uma mera e leiga estudante não possuindo nenhuma intimidade com a agricultura me receberam em suas propriedades, suas agroindústrias enfim em seus lares, permitindo que eu pudesse ali com eles, construir novos aprendizados para junto com a teoria em sala de aula, então me tornar uma Tecnóloga em Desenvolvimento Rural.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, por se fazer presente no meu caminho, me dando força para atravessar obstáculos dolorosos e ao mesmo tempo abrindo caminhos para seguir adiante.

Agradeço a toda minha família, meus amigos e colegas de trabalho, que por vezes me ouviram falar das dificuldades de seguir adiante e mesmo assim me incentivaram a prosseguir e alcançar meus objetivos.

Agradeço também a UFRGS, por ter proporcionado a oportunidade de um curso superior focado nas atividades econômicas da região. Obrigada UFRGS, sem essa oportunidade, com certeza ainda teria no meu curriculum somente curso de Ensino Médio.

Agradeço aos colegas do PLAGEDER, que juntos batalhamos durante 26 derad's para chegarmos juntos e invictos até aqui.

Agradeço ao tutor Jeferson, por toda sua prestatividade como tutor nas horas sérias e como pessoa no restante das horas, um cara simplesmente EXCEPCIONAL!

Do mesmo modo agradeço aos tutores e professores das 26 derad's, em especial ao Professor GLAUCO e ao tutor ELVIS que me orientaram na construção deste trabalho.

Agradeço as professoras da coordenação do curso, a Tânia Cruz da UFRGS de Porto Alegre, e a Tânia Beatris Georgi do Polo de Três de Maio, uma lutando lá fora pelos nossos direitos e outra aqui fortalecendo nosso Polo, tornando-o prestigiado por toda a comunidade da região.

Enfim agradeço a todos que de alguma forma se fizeram presentes durante todo o curso, apoiando, incentivando e até criticando quando necessário.

Também faço um agradecimento especial as minhas colegas Carla e Aline que se colocaram a disposição nos momentos em que mais precisei. Obrigada meninas! Valeu o esforço!

Juliana Alexandre Laurentino

RESUMO

Esta pesquisa apresenta um estudo sobre a fumicultura na comunidade de Lajeado Biriva, localizada no município de Três de Maio - RS, tendo como objetivo geral, analisar o impacto socioeconômico do fumo na diversificação das propriedades rurais de Lajeado Biriva, por meio da análise e descrição da cadeia produtiva do fumo; análise dos impactos socioeconômicos observados nas propriedades de fumo e ainda através de enfoques institucionais locais acerca dessa cultura. Os agricultores de Lajeado Biriva atuam no chamado Sistema Integrado de Produção (SIP) com a indústria fumageira Souza Cruz; resultante do SIP são as garantias de produção, comercialização e de preço, tidas como responsáveis pela adesão e permanência do agricultor na atividade. Nesse contexto, muito se discute sobre as relações econômicas entre indústria e agricultura: subordinação, dependência financeira, dependência tecnológica. Nesse sentido, para chegar aos resultados desta pesquisa, realizou-se pesquisas bibliográficas através de leitura e análise de fontes secundárias, que permitiu compreender o funcionamento desse sistema produtivo. Em seguida, foram entrevistadas representantes das seis famílias produtoras de fumo da comunidade de Lajeado Biriva e, representantes de entidades: EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Secretaria Municipal de Agricultura e Souza Cruz/SA, que de algum modo influenciam na agricultura dessas famílias. Utilizando o método dedutivo, os resultados deste estudo demonstram que, ainda que a fumicultura limite a mão-de-obra existente principalmente para atividades relacionadas ao autoconsumo, os agricultores, hoje, não dependem somente da renda do fumo para manter-se na agricultura, uma vez que o acúmulo de capital desta atividade permitiu que ao longo dos anos, que esses agricultores especializassem outras atividades agrícolas como é o caso da produção de leite. Assim, os resultados obtidos apontam que a produção do fumo atual é uma atividade estratégica quanto à obtenção da renda agrícola, uma vez que seus lucros são utilizados para aquisição de bens e especialização de outras atividades. Ainda que haja subordinação da agricultura e dependência financeira e tecnológica dentro desse Complexo Agroindustrial, esse estudo não identificou perspectivas futuras para a fumicultura na comunidade, uma vez que é fortemente ameaçada pela falta de mão-de-obra para sua reprodução e ainda pelas organizações e instituições que lutam em prol da saúde e meio-ambiente.

Palavras-chave: Cadeia Produtiva do Tabaco; Cultura do Fumo; Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

This research presents a study on tobacco farming community of Paved Biriva, located in the municipality of Três de Maio - RS, with the overall objective to analyze the socioeconomic impact of smoking on diversification of rural properties Paved Biriva through the analysis and description of tobacco production chain, analysis of socioeconomic impacts observed in the properties of smoke and also through local institutional focus on this crop. Farmers Paved Biriva act called the Integrated Production System (SIP) with Souza Cruz tobacco industry; resulting SIP guarantees are production, marketing and price, taken as responsible for the adhesion and permanence of the farmer in the activity. In this context, many discussions on economic relations between industry and agriculture: subordination, financial dependence, technology dependence. In this sense, to get the results of this research, conducted literature searches up through reading and analysis of secondary sources, which allows us to understand the operation of the production system. Then, we interviewed representatives of six families producing smoke Paved Biriva community and representatives of entities: EMATER, Rural Workers Union, Municipal Agriculture and Souza Cruz / SA, that somehow influence the agriculture in these families. Using the deductive method, the results of this study demonstrate that even though tobacco farming out the labor-existing work-related activities mainly for self-consumption, farmers today do not depend only on the income of smoking to remain in agriculture, since the accumulation of this capital activity has allowed over the years, those farmers who specialize other agricultural activities such as milk production. Thus, the results obtained indicate that the production of current smoking is a strategic activity in obtaining farm income since profits are used to purchase goods and expertise of other activities. Although there is subordination of agriculture and technological and financial dependence within this Agroindustrial Complex, this study did not identify future prospects for tobacco farming community, since it is heavily threatened by the lack of skilled labor for its reproduction and also by organizations and institutions that fight for health and environment.

Keywords: Supply Chain Tobacco, Tobacco Culture; Rural Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura - 1 Esquema Representando uma Cadeia Produtiva	20
Figura - 2 Percentual de Ocupação da Terras das Propriedades Visitadas.....	37
Figura - 3 Pessoal Ocupado na produção de Fumo na Produção de fumo e Lajeado Biriva	39
Figura - 4 Mercados compradores do tabaco produzido no sul do Brasil – 2012	43
Figura - 5 Grau correspondente a atividade principal das famílias entrevistadas	49
Figura - 6 Emprego de defensivos em culturas selecionadas – Brasil – 2006 (kg de ingrediente ativo por hectare)	65
Figura - 7 Perspectivas Futuras para a Cultura do Fumo	68

LISTA DE TABELAS

Tabela - 1 Ocupação da área das propriedades visitadas (em hectares)	38
Tabela - 2 Quantidade de Pessoas Contratadas e custos pela mão-de-obra	40
Tabela - 3 Consumo com necessidades básicas das propriedades visitadas.....	51
Tabela - 4 Consumo Intermediário das Propriedades Visitadas.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro - 1 Lucro Bruto e Líquido por atividade.....	51
Quadro - 2 Motivos de Permanência ou Abandono na Fumicultura	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA	– Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AFUBRA	- Associação de Fumicultores Do Brasil
BAT	- British American Tobacco
CAI	- Complexo Agroindustrial
CQCT	– Convenção Quadro para o Controle do Tabaco
DESER	- Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica E Extensão Rural
EPI	– Equipamento de Proteção Individual
EUA	- Estados Unidos da América
FETAG	– Federação dos Trabalhadores da Agricultura
IAA	- Indústria Agroalimentar
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDIC	- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.
OMS	– Organização Mundial de Saúde
RDC	– Resolução da Diretoria Colegiada
SAI	- Sistema Agroindustrial
SECEX	- Secretaria de Comércio Exterior
SINDIFUMO	– Sindicato das Indústrias do Fumo
SINDITABACO	– Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco
SIP	– Sistema Integrado de Produção
STR	- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TCC	– Trabalho de Conclusão de Curso
USEP	- Unidades Socioeconômicas de Produção
UTH	– Unidade de Trabalho Homem

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1	SISTEMA AGROINDUSTRIAL (SAI).....	18
2.2	CADEIA PRODUTIVA	19
2.2.1	Análise de <i>Filières</i>	21
2.3	COMPLEXO AGROINDUSTRIAL (CAI)	22
2.4	SISTEMAS INTEGRADOS DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL (SIP)	24
2.4.1	Contratos no SIP	25
2.5	DEPENDÊNCIA FINANCEIRA	28
3	METODOLOGIA.....	28
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	31
4.1	ASPECTOS HISTÓRICOS DA CULTURA DO FUMO.....	31
4.1.2	Aspectos Históricos da Cultura do Fumo em Lajeado Biriva	35
4.2.	DESCRIÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO FUMO	36
4.2.1	Sementes e Insumos	36
4.2.2	Produção de Fumo	37
4.2.3	Industrialização do Fumo	41
4.2.4	Mercado Consumidor do Fumo em Folha e seus Derivados	43
4.2.5	Ambiente Institucional e Organizacional	46
4.3	ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA FUMICULTURA NA LOCALIDADE DE LAJEADO BIRIVA	48
4.3.1	Relações Socioeconômicas	56
4.3.2	Estratégias e Ameaças	62
4.4	PERCEPÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ACERCA DA CULTURA DO FUMO EM LAJEADO BIRIVA	70
4.4.1	Sindicato dos Trabalhadores Rurais.....	70
4.4.2	EMATER.....	73
4.4.3	Prefeitura Municipal de Três de Maio: Secretaria Municipal de Agricultura	74
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80
	APENDICE A – Entrevista ao Produtor Rural	84

APENDICE B – Entrevista ao Instrutor da Souza Cruz	86
APENDICE C – Entrevista Aplicada as Entidades.....	87
APENDICE D – Respostas Entrevista A	88
APENDICE E – Respostas Entrevista C	89
ANEXO A – Localização do Município de Três de Maio	90
ANEXO B – Localização de Lajeado Biriva	91
ANEXO C – Princípios Ativos utilizados na Cultura do Fumo	92
ANEXO D – Evolução dos Sistemas Agrários de Lajeado Biriva.....	93
ANEXO E – Processo Produtiva do Fumo Burley	94
ANEXO F – Classificação do Tabaco Burley.....	95

INTRODUÇÃO

O setor agrícola vem sofrendo transformações acentuadas, especialmente em sua estrutura produtiva. No Brasil, três momentos da história caracterizam essas transformações: a modernização da agricultura iniciada logo após a Segunda Guerra Mundial; a industrialização da agricultura, observada a partir de meados dos anos sessenta; e, por último, a constituição dos complexos agroindustriais (CAI's), iniciada ainda nos anos sessenta, mas que se expandiu a partir da década de setenta, consolidando-se nos anos oitenta e noventa (SILVA, 2002).

A principal justificativa para tais transformações era aumentar a produção de alimentos para suprir as necessidades da população que crescia em ritmo acelerado e ainda promover a economia do país através da exportação de excedentes (*commodities*).

Da introdução de novas tecnologias na agricultura, à constituição dos CAIS, resultaram consequências de cunho ambiental, em razão da quimificação inserida com o processo de modernização e industrialização, e também de cunho socioeconômico, onde, à medida que aumentava as relações entre os setores do complexo (CAI), aumentava também a participação da indústria, como dinamizadora do processo produtivo, assim a agricultura passava a atuar como subordinada da indústria, uma vez que, a exigência por produtos mais elaborados com amparo tecnológico pressionava principalmente pequenos agricultores, estando eles sujeitos a desprezar sua cultura local, em alguns casos abandonar a agricultura, por não adaptar-se ao modelo agrícola que se estabelecia (SILVA, 2002).

Em contrapartida, a integração entre indústria e agricultura possibilitou ao agricultor o acesso a novos meios de produção, permitindo não somente que ele permanecesse no meio rural, mas, ainda possibilitava garantias, de comercialização da produção, assistência técnica e financeira (SILVA E TILLMANN, 2009), insumos quando necessários, tudo, porém, estabelecidos através de contratos.

Assim, o agricultor integrado, ainda que, operante em estabelecimentos rurais próprios ou arrendados passava a estabelecer relações com a indústria na produção, comercialização e prestação de serviços, semelhantes às relações decorrentes entre empresa e funcionário.

Nesse complexo, a estrutura de mercado entre indústria e agricultura, apresentava-se de forma oligopolizada, de modo que, têm-se poucas indústrias (oligopólios), para muitos agricultores, garantindo maior poder de barganha à indústria.

Assim, ao observar essa estrutura produtiva, assinala-se a cultura do fumo, estudada na localidade de Lajeado Biriva (ANEXO A), interior do município de Três de Maio-RS¹ (ANEXO B), caracterizada pela participação de pequenos proprietários rurais que possuem em sua diversificação agrícola a cultura do fumo como atividade principal ou intermediária na composição da renda familiar.

Contudo, o processo de cultivo do fumo na localidade de Lajeado Biriva não é de introdução recente. Desde 1920, antes de esta comunidade ser constituída, imigrantes germânicos já produziam o fumo na região (EMATER, 2013), inicialmente a produção era voltada para o consumo, e só se intensificou após os anos 90, quando agricultores da região passavam por uma crise econômica resultante da modernização agrícola que ocorria no Brasil (SIDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, 2013). Endividados, muitos agricultores apostaram na produção do fumo como alternativa, passando a integrar o Complexo Agroindustrial Fumageiro.

A partir de então, produzir esta *commodity*, tornava-se vantajoso, já que o retorno financeiro da fumicultura subsidiava muito além das necessidades básicas dos agricultores (SILVA, 2002).

Assim, no contexto da evolução do processo produtivo do fumo na localidade, e observada a atual situação socioeconômica dos produtores, o objetivo geral deste estudo está em analisar o impacto da cultura do fumo na diversificação das propriedades familiares da localidade de Lajeado Biriva, especificamente, descrevendo a estrutura da cadeia produtiva do fumo; compreendendo as esferas socioeconômicas das propriedades de fumo; e identificando a percepção dos agentes e/ou instituições acerca do impacto socioeconômico da fumicultura na comunidade de Lajeado Biriva em Três de Maio – RS.

Embora, muito pouco se sabe sobre a verdadeira percepção dos agricultores quanto ao impacto socioeconômico, existem muitas especulações sobre esse tema, uma vez que o produtor sente satisfação na atividade pelo retorno financeiro e pelos benefícios do pacote tecnológico proporcionado por esta.

Atualmente as relações entre a fumageira (SOUZA CRUZ S/A) e o agricultor, ocorrem por meio contratos, onde o agricultor se compromete em todo o processo produtivo do fumo, desde a produção de mudas até a classificação e enfardamento das folhas, em troca a

¹ O município de Três de Maio está localizado na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, caracterizado município de pequeno porte, uma vez que sua população corresponde a 23.726 habitantes, dos quais 20,1% residem no interior e 79,9 % na cidade (IBGE, 2010). Faz limites com os municípios de Tucunduva, Horizontina, Nova Candelária, Boa Vista do Buricá, São José do Inhacorá, Alegria, Independência, Giruá e Santa Rosa. Mais informações no sítio: <<http://www.tresdemaio.com.br>>

fumageira fornece toda assistência técnica necessária, os insumos, garantias do preço e da comercialização e ainda seguro da Associação de Fumicultores do Brasil (AFUBRA) contra vendaval e granizo.

Contudo, os insumos fornecidos pela fumageira são comprados pelo produtor, sendo descontados da safra do ano seguinte, de modo que o agricultor não possui autonomia nem poder de negociação, uma vez que, em razão do contrato, não consegue buscar oferta de insumos em outro mercado.

Deste modo, observa-se que a falta de autonomia atrai pouco oportunismo dos agricultores em razão do pacote tecnológico que as indústrias introduzem, visto que, toda operacionalização da produção já ocorre pré-estabelecida, de modo que o agricultor recebe as instruções entrando no sistema produtivo somente com a mão-de-obra com o único objetivo: receber seu lucro ao final da safra.

Outra característica dessa cultura é a intensificação da mão-de-obra que ocorre durante todo o processo de produção do fumo, em um período médio de 10 meses por ano, onde o agricultor se submete ao trabalho manual envolvendo toda sua família, e, especialmente, em algumas etapas da produção, quando necessita da contratação de terceiros para cumprir os prazos de entrega de safra ou evitar riscos de redução da qualidade da produção.

Enfim, a percepção da renda como justificativa principal da adesão e/ou permanência na atividade, no contexto socioeconômico da comunidade é o alvo instigador de análise neste trabalho, uma vez que, adotada a atividade, o produtor adquire certa resistência em sair do ramo, em razão do retorno financeiro, comparado a outras atividades rurais. De certo modo, esta justificativa está ligada a dependência financeira dos agricultores na atividade, e essa dependência aumenta o oportunismo da indústria no complexo fumageiro, uma vez que esta exerce controle sobre esse sistema produtivo (SILVA, 2002).

Por outro lado, ainda que, com toda a mão-de-obra envolvida na produção do fumo, as propriedades mantêm a diversificação de culturas, tais como leite, milho e subsistência, sendo que apenas uma pequena parcela contribui com a produção da soja, produto agrícola este de grande importância no município e região (EMATER, 2013).

Assim, a partir das informações coletadas e analisadas por esta acadêmica, as investigações propostas nesse estudo poderão servir de base para a evolução de estratégias já existentes ou introdução de políticas públicas futuras de abrangência para a comunidade e região. Ainda, contribuindo com a problemática proposta, este estudo envolve pesquisas bibliográficas e teoria para caracterizar um pouco a história do fumo e a evolução da produção da *commodity* na comunidade, bem como a estrutura produtiva da cultura, os fenômenos e

conceitos pertinentes ao tema e objetivos, para então observar em campo sua ocorrência com a pesquisa na localidade de Lajeado Biriva.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, serão discutidos aspectos, características, definições, conceitos, entre outros, a respeito de Sistema Agroindustrial, Complexo Agroindustrial, Cadeias produtivas e de Produção Agroindustrial, Produção Integrada e Dependência financeira, dos agricultores ligados aos Complexos Agroindustriais, respaldados pelos autores, John Davis e Ray Goldberg (1957), no âmbito da Escola Industrial Francesa – Universidade de Harvard, e ainda autores como Batalha (2009), Müller (1981), Kageyama (1987), Almeida (2005) entre outros, citados em suas obras, que seguem a mesma linha de pensamento.

2.1 SISTEMA AGROINDUSTRIAL (SAI)

Um dos tópicos relevantes no estudo da cadeia produtiva do tabaco refere-se à compreensão dos Sistemas Agroindustriais, que como tal, teve sua evolução a partir da percepção de professores e economistas que durante décadas estudavam a complexidade que envolvia a produção de matérias-primas e insumos, e as diversas etapas até a comercialização.

O conceito de Sistema Agroindustrial surgiu nos EUA, a partir das obras de Davis e Goldberg (1957), que criaram a definição de *agribusiness* ou agronegócio, que indica “(...) a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles”. (DAVIS e GOLDBERG, 1957 apud BATALHA, 2009, p. 5).

O Sistema Agroindustrial (SAI) segundo Batalha (2009) é um conjunto de atividades que competem para a produção de produtos agroindustriais, a partir da produção de insumos, tais como sementes, adubos, máquinas agrícolas, entre outros, até a chegada do produto final ao consumidor, não estando associada a nenhuma matéria-prima agropecuária ou produto final específico. É composto por seis conjuntos de atores: 1) agricultura, pecuária e pesca; 2) Indústrias Agroalimentares (IAA); 3) Distribuição agrícola e alimentar; 4) Comércio Internacional; 5) Consumidor; 6) Indústrias e Serviços de Apoio.

A teoria do SAI teve sucesso quando aplicada nos sistemas de produção das *commodities* (trigo/soja/laranja) nos EUA em 1968, baseada nos conceitos oriundos da economia industrial: estrutura, conduta, desempenho, na qual se deve principalmente a simplicidade e coerência do aparato teórico, bem como o seu grau de acerto nas previsões,

fato este também citado em uma das obras de Zylbersztajn (1995), que aplicou a teoria no estudo dos sistemas de produção do trinômio laranja/café/trigo e teve resultados semelhantes.

Duas décadas depois surgiu o conceito de Sistema Agroalimentar, explorado por Malassis (1973), no qual ocorrem semelhanças com as definições anteriormente descritas. Segundo Batalha, o Sistema Agroalimentar é “entendido como a soma total de operações de disponibilização de insumos, de produção nas unidades agrícolas, de armazenamento, transformação e distribuição de alimentos” (BATALHA, 2009, p.5). Ressalta-se aqui, a presente heterogeneidade que existe em um sistema agroalimentar, devido sua diversidade de funções que compreendem a produção, industrialização, comercialização, distribuição e consumo (MIELE et. al., 2011).

Embora surgidas em épocas diferentes, às metodologias oriundas do enfoque de Goldberg, de Malassis e vários outros economistas industriais franceses, guardam muitas semelhanças, ambas realizam cortes verticais no sistema econômico a partir de determinado produto final, ou a partir de uma matéria-prima de base, para assim estudar sua lógica de funcionamento. Assim segundo Batalha (2009), os dois conceitos compartilham a noção de que a agricultura deve ser vista dentro de um sistema mais amplo, composto também pelos produtores de insumos, pelas agroindústrias e pela distribuição/comercialização, o que significa abandonar a divisão do sistema em três setores: Agricultura, indústria e serviços, e apontar na mesma direção: “estratégia e marketing, política industrial, gestão tecnológica, modelo de delimitação de espaços de análise dentro do sistema produtivo, ferramenta de descrição técnico-econômica de um setor”. (BATALHA, 2009 p. 16).

Nessa lógica, os dois conceitos utilizam a noção de sucessão de etapas produtivas desde a produção de insumos até o produto acabado, como forma de orientar a construção de suas análises, e ainda destacam o aspecto dinâmico do sistema e tentam assumir um caráter prospectivo.

2.2 CADEIA PRODUTIVA

O conceito de cadeia produtiva é de introdução recente no cenário das instituições voltadas para o desenvolvimento da agropecuária brasileira. Elas resultam da crescente divisão do trabalho, e maior interdependência entre os agentes econômicos.

Esta interdependência estabelece que a dinâmica de cada segmento produtivo influencia e é influenciada pelos padrões de mudanças tecnológicas dos outros segmentos, através da difusão de inovação, mudanças em preços relativos e de demanda derivada (FARINA;

ZYLBERSZTAJN, 1992, apud SILVA et. al., 2010), de modo que, “a competitividade sustentada de uma empresa somente pode ser construída no âmbito de um sistema igualmente competitivo no seu conjunto”. (BATALHA e SILVA, 2001, p. 26).

A definição de cadeia-produtiva também deriva-se do conceito do agronegócio, por um lado, e das *filières ou cadeia de produção* descritas na literatura francesa, como uma forma de modelar as complexas relações que ocorrem para que a produção agrícola aconteça e chegue ao consumidor final.

Lírio (2007, p. 14), define **Cadeia Produtiva**:

[...] o conjunto de atividades econômicas que se articulam progressivamente desde o início da elaboração de um produto. Isso inclui desde as matérias-primas, insumos básicos, máquinas e equipamentos, componentes, produtos intermediários até o produto acabado, a distribuição, a comercialização e a colocação do produto final junto ao consumidor, constituindo elos de uma corrente.

A cadeia produtiva apresenta diferentes componentes, e fluxos entre eles. Os principais componentes são: a) fornecedores de insumos; b) Propriedades agropecuárias ou agroflorestais; c) Processadores; d) comerciantes; e) consumidor.

A FIGURA 1 abaixo representada por Zylbersztajn:

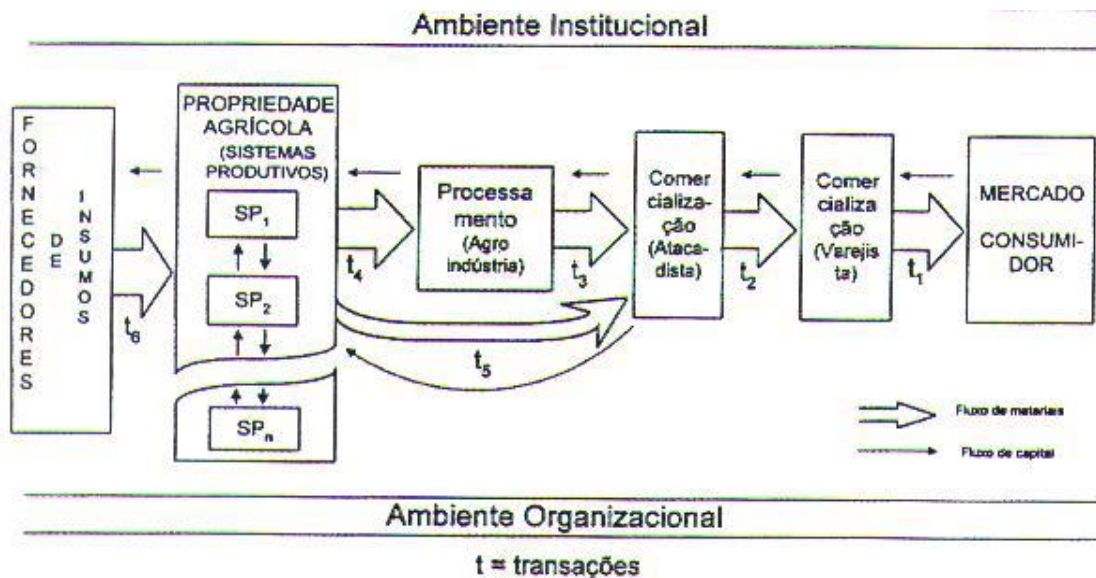


Figura 1 – Esquema Representando uma cadeia produtiva

Fonte: Adaptado de Zylbersztajn, 1994.

Alguns agentes interferem ou contribuem de alguma forma no produto final, tais como: fatores políticos, econômicos e financeiros, tecnológicos, socioculturais e legais ou jurídicos. Assim para mensurar o desempenho da cadeia produtiva ao longo dos anos deve-se buscar

informações que demonstrem sua evolução, como: “produção, sua participação na produção mundial e sua relação com o tamanho do mercado interno; exportação e sua participação no comércio internacional; importação e sua participação no mercado interno” (MIELE et. al, 2011 p. 26).

Ainda, a gestão de cadeias produtivas, depende da forma como serão coordenados os elos da cadeia em questão, podendo ser mensurados, a partir da eficácia de uma cadeia, na qual está ligada a sua capacidade de fornecer produtos/serviços adaptados às necessidades dos consumidores, e na eficiência que se refere ao padrão competitivo de seus agentes e a capacidade de coordenação necessária para que estes produtos sejam disponibilizados ao consumidor. (BATALHA, 2009)

2.2.1 Análise de *filières* (ou cadeias agroindustriais de produção)

Apesar de ser considerada uma das ferramentas privilegiadas da escola francesa de economia industrial, a definição do conceito continua sendo vaga quanto ao seu enunciado. Morvan (1988) enumerou três séries de elementos que estariam implicitamente ligados a uma visão em termos de cadeia de produção:

1. A cadeia de produção é uma sucessão de operação de transformação dissociáveis capazes de ser separados e ligados entre si por um encadeamento técnico. [...] 2. A cadeia de produção é também um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre todos os estados de transformação, um fluxo de troca, situado de montante e jusante, entre fornecedores e clientes. [...] 3. A cadeia de produção é um conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e asseguram a articulação das operações. (MORVAN, 1988 apud BATALHA, 2009, p.6)

De modo simplificado, a cadeia de produção visa determinar a importância das operações técnicas nos produtos em determinado setor (sequência de operações na cadeia de valor, custo, escala e logística), seja, através da identificação dos atores principais, da atuação do governo, das instituições públicas e privadas, e busca estabelecer elementos para articulação e análise estratégica (BATALHA, 2009).

Ainda, uma cadeia de produção agroindustrial é um sistema aberto e pode ser segmentada de jusante a montante, em três macrosegmentos:

- [...] a. Comercialização. Representa as empresas que estão em contato com o cliente final da cadeia de produção e que viabiliza o consumo e o comércio dos produtos finais (supermercados, mercearias, restaurantes, cantinas etc.). Podem ser incluídas nestes macrosegmentos as empresas responsáveis somente pela logística de distribuição. [...] b. Industrialização. Representa as firmas responsáveis pela transformação das matérias-primas em produtos finais destinados ao consumidor. O consumidor pode ser uma unidade familiar ou outra

agroindústria. [...] c. Produção de matérias-primas. Reúne as firmas que fornecem as matérias primas iniciais para que outras empresas avancem no processo de produção do produto final (agricultura, pecuária, pesca, piscicultura). (BATALHA, 2009, p.7)

Os atores do sistema de cadeia produtiva estão sujeitos à influência de dois ambientes: Institucional e organizacional. O ambiente institucional refere aos conjuntos de leis ambientais, trabalhistas, tributárias e comerciais, bem como, as normas e padrões de comercialização “formais ou informais, que moldam os mercados e definem os limites da conduta das empresas” (MIELE et. al., 2011 p.20). Portanto são instrumentos que regulam as transações comerciais e trabalhistas.

De acordo com Miele et. al., o conjunto de leis antitruste, são aquelas votadas a “defesa da concorrência, que têm por finalidade garantir condições de competição entre as empresas”, garantindo “[..] limitar o poder econômico das empresas quando este passa a prejudicar o processo competitivo”(2011, p.20), ou seja validando à regulamentação econômica.

O ambiente organizacional ou institucional é estruturado por entidades na área de influência da cadeia produtiva, tais como: agência de fiscalização ambiental, agência de créditos, universidades, centros de pesquisa e agências credenciadoras (MIELE et. al., 2011).

Zylbersztjn (1994) acrescenta ainda que, a competitividade de uma cadeia pode estar totalmente atrelada à sua capacidade de adaptar-se às mudanças dos padrões de preferência do consumidor, sendo que estes padrões podem ser influenciados pelas ações de organizações, uma vez que “muitas regras e leis são consequências de grandes organizações ou grupos de empresas que pressionam governos e agências reguladoras a adotarem práticas e padrões” (MIELE et. al., 2011 p.22).

Nesse pensamento os autores concluem que, de uma forma geral, os principais objetivos perseguidos pelas cadeias produtivas, ou pelos seus componentes individualmente são: **a eficiência, a sustentabilidade, a qualidade e a equidade.**

2.3 COMPLEXO AGROINDUSTRIAL (CAI)

A definição de complexo agroindustrial ao contrário Cadeia de Produção Agroindustrial que é definida a partir da identificação do produto final, tem como ponto de partida determinada matéria-prima de base, como por exemplo, o complexo da soja, do leite, do fumo, do café. Segundo Batalha, os complexos agroindustriais se deram a partir da produção exacerbada da matéria-prima que os originaram, que segundo os diferentes processos

industriais e comerciais, ela “pode sofrer até se transformar em diferentes produtos finais” (BATALHA, 2009, p.12). Isto significa que a formação dos complexos agroindustriais, “exige a participação de um conjunto de cadeias de produção, cada uma delas associada a um produto ou família de produtos”. (BATALHA, 2009, p.12)

No seu sentido mais amplo, observa Müller (1981):

[...] esse amplo espectro das relações setoriais que, num elevado nível de abstração, pode ser entendido como uma forma particular de unificação das conexões entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos econômicos, e que obrigatoriamente levam em consideração as atividades agrárias”. Isso quer dizer que a agricultura e todas as atividades ligadas a ela, são inseridas numa nova realidade econômica, num conjunto de segmentos e cadeias vinculadas. (MÜLLER 1981, p.36)

Nesse contexto, a delimitação do CAI pode ser representada através relações existentes entre os setores. Os setores componentes do grupo Indústria para Agricultura ou setor à montante da agricultura se relacionam fornecendo insumos para a atividade agrícola, ao mesmo tempo em que recebem através dos setores de distribuição internacional importações de insumos tais como, máquinas e equipamentos e agroquímicos; os setores componentes do grupo distribuição internos do lado à jusante representam o elo do relacionamento entre a agricultura e as indústrias de alimentos, ou agroindústrias de alimentos bem como outras indústrias; o setor de distribuição internacional relaciona-se com a agricultura, agroindústria de alimentos e outras indústrias pela importação ou exportação de produtos ou insumos usados nas suas atividades (MULLER, 1981).

Kageyama et. al. (1987) distingue quatro segmentações que caracterizam a estrutura do Complexo Agroindustrial.

1. Formada pelos CAIs completos, totalmente integrados a montante e a jusante, conformando um “*tripé*” entre indústria para a agricultura, atividades agrícolas modernas e agroindústrias processadoras. Como exemplos são citados os casos dos complexos: avícola, de açúcar e álcool, carnes e soja. [...] 2. Os CAIs chamados incompletos, amplamente integrados a jusante com as agroindústrias, mas sem estabelecer vínculos específicos com o setor industrial a montante, sendo este um fornecedor genérico, como exemplo são citados os casos das fibras de algodão, laticínios, frutas e outros. Assim os mesmos não configuram complexos. [...] 3. O terceiro segmento seria o das atividades agrícolas modernas sem vínculos específicos nem a montante nem a jusante, apesar de consumidoras de insumos industriais de um mercado genérico, como o caso do café. [...] 4. O último segmento seria o das atividades agrícolas artesanais, onde não há ligações fortes para ‘*frente*’ ou para ‘*trás*’ podendo atingir o mercado final ou servindo de subsistência, nesse caso ficam à margem do CAI. (KAGEYAMA, 1987, p.82-83)

No contexto do CAI Fumageiro a fumicultura é produzida no universo da agricultura familiar, mesclando produtos para mercado locais com *commodities* via integração da produção ou cooperativismo (MIELE et. al., 2011). Desse modo a segmentação que melhor

caracteriza sua estrutura, conforme definido por Kageyama (1987) caracteriza-se pelos CAIs completos, uma vez que as relações entre os atores desse sistema são totalmente articuladas entre si através dos chamados sistemas de integração agroindustriais, que serão definidos na próxima subseção.

2.4 SISTEMAS INTEGRADOS DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL (SIP)

Com o desenvolvimento do agronegócio, e o processo de industrialização da agricultura, houve um crescimento nas relações de integração entre indústria e agricultura, que resultou em uma crescente coordenação entre os segmentos que compõe as cadeias produtivas, evoluindo para uma agricultura diferenciada permitindo um maior controle dos fluxos de produção e informação, características dos setores industriais (GOLDBERG, 1968 apud MIELE et. al., 2011).

Assim de acordo com esse autor os sistemas de integração aplicados na coordenação do agronegócio tem o objetivo de “reduzir os riscos dos associados a variações no fornecimento ou na aquisição de matéria-prima em termos de quantidade e preço; atender as exigências de qualidade e prazo de entrega; [...] reduzir as oscilações na matéria-prima [...] e renda” (MIELE et. al., 2011 p.33).

Segundo Iório (1994, p.142), o conceito de Sistema Integrado de Produção (SIP) consiste em:

[...] Mediante um contrato formal ou verbal, o pequeno produtor passa a produzir determinada matéria-prima exclusivamente para a agroindústria com a qual tem contrato. A agroindústria, por seu turno se encarrega da assistência técnica, do fornecimento de insumos e, às vezes do financiamento de instalações necessárias e, ao final de cada safra a compra da produção.

A Integração dentro dos complexos agroindustriais pode ser classificada em horizontal ou vertical dependendo do produto envolvido no processo.

No complexo Agroindustrial do fumo, é amplamente utilizado o sistema de integração vertical que é realizado através da relação entre a agroindústria e o produtor rural ou suas respectivas associações. É semelhante à empresa multiproduto, uma vez que realiza algumas atividades estratégicas, como marketing ou pesquisa e desenvolvimento, sob a responsabilidade de uma direção central, porém cada unidade central é responsável por diferentes estágios da cadeia produtiva (MIELE et. al., 2011).

Integração vertical, de acordo com Ribeiro (1998), é a organização de etapas tecnologicamente separáveis de um processo produtivo por uma mesma firma, enquanto esta na economia neoclássica, é definida como uma função de produção de construção tecnológica, e na teoria dos custos de transação define a firma como uma estrutura de governança, de construção organizacional.

Para PORTER (1991), A integração vertical é a combinação de processos de produção, distribuição, vendas e/ou outros processos econômicos tecnologicamente distintos dentro dos limites de uma mesma empresa, ou seja, a decisão de uma empresa utilizar transações internas ou administrativas, ao invés da utilização de transações de mercado para atingir seus objetivos econômicos.

Em se tratando da cadeia produtiva do tabaco, o modelo de integração adotado pelas fumageiras brasileiras é o de integração vertical, onde o sistema integrado aproxima as empresas fumageiras com o produtor de fumo e determinam o modo de produção e comercialização do produto. Os contratos de integração adotados pelas fumageiras são de transferência parcial², ou seja, o agricultor conserva a propriedade do fumo até a entrega na empresa (FILHO, 2003). Contudo, “à medida que aumenta a coordenação da cadeia produtiva através de contratos, ocorre o aumento do controle e da ingerência de uma das partes da transação em relação à outra” (MIELE, et. al., 2011 p.35). Na maioria dos casos, esse controle ocorre da agroindústria para os agricultores, de modo que, a integradora interfere em todo o processo produtivo por meio dos técnicos conhecidos como “Instrutores do fumo” ou agentes de desenvolvimento, tendo em vista que são os produtores que determinarão o sucesso da empresa.

2.4.1 Contratos no SIP

De acordo com Ferreira (1995) as transferências produtivas e de gestão da agricultura para a agroindústria ocorrem por meio de três modelos de contratos: o Contrato de compra e venda que somente são especificadas as condições de entrega e de preço. Nesse contrato, o comprador, portanto, não exerce controle sobre as técnicas e o processo de produção, em alguns casos estabelecem algumas cláusulas sobre a quantidade e qualidade dos produtos.

² Também chamados “contratos de parceria, que por sua vez, estabelecem uma relação na qual a agroindústria fornece os insumos, logística e assistência técnica, enquanto o produtor provê terra, instalações, equipamento, mão-de-obra, energia e manejo ambiental. Além disso, colocam especificações, técnicas e exigências de exclusividade”(MIELE et. al., 2011 p.35)

O segundo modelo é o contrato de transferência parcial, onde o comprador intervém diretamente nos fatores de produção utilizados na exploração agrícola e oferece sua assistência ao agricultor por intermédio principalmente, dos seus serviços técnicos. O agricultor conserva a propriedade do produto, objeto do contrato, até o momento de sua entrega (FERREIRA, 1995);

E, por último, o contrato de transferência plena, que inclui, além das cláusulas de comercialização e de produção presentes nos demais tipos, a transferência de uma parte importante ou de todas as funções de gestão da empresa, com o risco e o controle dos métodos de produção. O comprador detém a propriedade dos produtos e o agricultor se restringe a fornecer suas instalações e o trabalho.

No processo produtivo do fumo, a principal evidência da integração fumicultora ocorre através dos contratos de compra e venda assinados antes da safra (SILVA, 2009). Esse processo se inicia normalmente nos meses de março a abril, quando acontece o cadastramento dos produtores de fumo, e assinatura do contrato que determinam o financiamento, o seguro e o compromisso entre as partes, onde, a indústria se compromete em fornecer os insumos, assistência técnica e efetuar a compra da safra pelo preço acordado; já o agricultor tem a obrigação de entregar toda a produção a fumageira.

2.5 DEPENDÊNCIA FINANCEIRA

A integração entre a indústria e a agricultura, trouxe transformações estruturais profundas na agricultura familiar, principalmente nas relações econômicas e de trabalho.

Segundo Aued, 1999:

[...] O capital, Quando se apropria do processo produtivo, constitui-se no fator primordial da determinação da produção, tendo por base a cooperação entre os homens, isto é, o trabalhador coletivo. Na constituição do trabalhador coletivo, o capital destrói, transforma ou molda as formas individuais de produzir riqueza a sua imagem e semelhança (AUED,1999, p.121).

Implica também no que diz respeito à autonomia dos agricultores, que abrem mão da gestão rural em razão dos termos contratuais no sistema integrado, e do contentamento capitalista (VOGT, 1997).

Figueira ilustra bem essa realidade, dizendo que esses trabalhadores “são produtores de mercadoria com pés de operário e cabeça de capitalista” (1979, p.58), pois o capital desenvolve mecanismos de dominação sobre a agricultura familiar, explorando os agricultores

familiares sem expropriá-los de sua terra. Tal situação nos faz refletir sobre o que representa a terra na atualidade, já não mais central quanto o capital para a criação de mercadorias.

As atividades relacionadas aos complexos agroindustriais incidem sobre a agricultura de modo que esta como atividade principal, pode estar subordinada a setores industriais, ou até mesmo setores comerciais, como os supermercados. De acordo com Müller (1989):

[...] As atividades são interdependentes, mas assimétricas, pois há aquelas cujas funções possuem um maior grau de importância na reprodução no complexo. Tais atividades constituem o *núcleo* do CAI e dizem respeito à capacidade de controle que os interesses socioeconômicos aí localizados exercem sobre a reprodução do mesmo. (MÜLLER, 1989, p. 45)

A questão de interesses também tem relação com a dependência econômica, Sorj (1980 p.34) destaca que a “relação entre produtores agropecuários e as indústrias de processamento ou firmas comercializadoras apresenta uma tensão básica. Quanto menor for o preço pago ao produtor maior serão os lucros e competitividade no mercado”. Guimarães (1979) refere-se ao domínio que as empresas e indústrias monopolistas exercem sobre o mercado com repercussão direta nos mecanismos de preços, apesar da “livre concorrência”, ou seja, “quanto mais *concentrado* for um mercado, maior será o poder de mercado das empresas e maior tenderá a ser sua lucratividade” (MIELE et. al 2011 p. 13)

3 METODOLOGIA

Nesse capítulo, apresenta-se a descrição detalhada dos procedimentos adotados para a elaboração do TCC, como foram aplicados e desenvolvidos durante a pesquisa de campo e elaboração da redação contemplando o tema, o problema e os objetivos do trabalho.

A área de abrangência deste estudo é a comunidade de Lajeado Biriva (ver mapa de localização anexo B), localizada a 12 km de seu município sede, Três de Maio³ – RS. A relevância deste estudo está dentro de um contexto socioeconômico em contraste com a topografia local⁴ e a diversidade de culturas, uma vez que o fumo apresenta-se como cultura de grande importância econômica, porém não “impede” a prática de outras culturas.

Nessa análise do complexo agroindustrial que envolve os produtores, regido pelo sistema integrado de produção, são observados os fatores sociais determinados pela utilização intensa de mão-de-obra e os fatores econômicos determinados pelo retorno financeiro da atividade e nas relações entre indústria e agricultura.

Assim, o método escolhido que melhor define esses fatores no sistema integrado de produção do fumo, é o método dedutivo, que se caracteriza pelo “raciocínio dedutivo estruturado formalmente a partir de duas proposições, ditas premissas, das quais, por interferência se obtém necessariamente uma terceira chamada conclusão” (HOUASIS, 2001. p. 2.571), na prática visa analisar o impacto da cultura de fumo em Lajeado Biriva, partindo do geral, a dinâmica socioeconômica do sistema integrado entre fumageiras e fumicultores para o específico, “o impacto socioeconômico da atividade”. Assim, a partir da análise relevante sobre o tema deduz-se o modo de como e por que ocorrem os fatos.

Empregou-se o modelo de pesquisa básica que “objetiva gerar conhecimentos novos, porém sem prática prevista”. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.34), na pesquisa, concentrou-se em primeiramente coletar informações e posterior análise das mesmas, na tentativa de compreender o Complexo Fumageiro no qual a comunidade de Lajeado Biriva, faz parte, e ainda entender como ocorre às inter-relações observadas nesse complexo.

A primeira etapa do estudo iniciou com uma pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de leitura crítica e minuciosa de fontes secundárias: artigos e pesquisas publicadas, livros, sites de pesquisa e amostragem como o IBGE, Souza Cruz, AFUBRA, entre outros, dando

³ Fazem parte da economia do município e da região vários segmentos, entre eles a agricultura e pecuária com destaque para a produção de soja, trigo, milho e leite, além de outros produtos de hortifrutigranjeiros com horta manual, cultivo de frutíferas, girassol e fumo em menor quantidade, bem como a criação de suínos e piscicultura.

⁴ Áreas acidentadas, com acentuados declives;

início aos procedimentos técnicos e elaboração da monografia. Nesse contexto, optou-se por localizar a fumicultura no tempo e no espaço, resgatando fontes históricas do cultivo e ascensão do fumo no Brasil e Rio Grande do Sul por meio da descrição da cadeia produtiva do fumo dando ênfase a produção e ao cultivo em Lajeado Biriva, com objetivo de compreender melhor este complexo agroindustrial.

Do ponto de vista dos objetivos geral e específico, utilizou-se o modelo de pesquisa explicativa por possibilitar o conhecimento da realidade, quando “preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou contribuem para ocorrência dos fenômenos”. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009 p. 35), deste modo, o objetivo desta pesquisa no trabalho, será analisar o impacto da cultura do fumo na diversificação das propriedades familiares da localidade de Lajeado Biriva a partir da realidade local da comunidade com a finalidade de obter a compreensão desse fenômeno a partir da interpretação das inter-relações e fluxos que ocorrem na cadeia produtiva e em seu entorno.

Assim durante a leitura e consulta bibliográfica, foram extraídos de obras pertinentes ao enfrentamento do tema, os assuntos relevantes à pesquisa, e posterior análise da teoria.

Quanto à abordagem do problema, utilizou-se o modelo de pesquisa qualitativa, que tem como características principais “a objetivação do fenômeno, hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos”. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.32). Utilizando o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental, tem o caráter descritivo, e leva em conta o significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida como preocupação do investigador (GODOY, 1995).

Os postos-chave foram análise comportamental da evolução da instalação dos Complexos Agroindustriais do Tabaco no Rio Grande do Sul e o cultivo da planta em Lajeado Biriva, através da percepção de representantes de instituições, uma vez que se observa coerência com a teoria a partir da interpretação e também dedução dos aspectos relevantes ao problema (síntese do material utilizado na pesquisa bibliográfica).

Para iniciar a abordagem, optou-se pelo contato telefônico com agendamento de data e hora para efetuar as entrevistas. Além das perguntas contidas nos (apêndices A, B e C), de modo informal ocorreu à troca de informações sobre a fumicultura na localidade que engrandeceram a pesquisa.

Quanto à coleta de dados utilizou-se o método de entrevistas com roteiros de perguntas semiestruturadas (LAKATOS e MARCONI, 2009) com relação à atividade exercida, aplicado

a todas as famílias produtoras de fumo na localidade de Lajeado Biriva, (um total de 06 famílias), contemplando toda a população produtora da cultura no local, como forma de reunir dados qualitativos. Ainda, do mesmo modo, foram entrevistados representantes das instituições: SOUZA CRUZ S/A, EMATER, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, E PREFEITURA MUNICIPAL. Em um primeiro momento buscou-se resgatar a história da cultura na região, e aspectos técnicos de modo geral, bem como a qualidade de vida dos atores envolvidos; Em um segundo momento, foi realizado uma entrevista com um representante da fumageira Souza Cruz S/A na região, empresa responsável pelo empreendedorismo dos agricultores rurais. Esta entrevista objetiva analisar a percepção da empresa quanto ao impacto da cadeia produtiva do fumo na vida dos agricultores.

As entrevistas ocorreram com agendamento prévio, sendo realizadas junto às propriedades e entidades acima mencionadas, e registradas por meio de transcrições manuais.

De modo sistemático, foram reunidas as informações coletadas e transcritas manualmente em pastas separadas por família e entidade. Os dados transcritos foram classificados em tabelas com palavras-chave, bem como gráficos conforme o plano de observação pré-estabelecido. Foram observados os fatores que se assemelham e se distinguem de família para família, fatores socioeconômicos, relações indústria e agricultura, ambiente institucional entre outros, o papel das entidades EMATER, SINDICATO, PREFEITURA e fumageira SOUZA CRUZ na agricultura local, a percepção do agricultor sobre o impacto socioeconômico da atividade, bem como a percepção dos representantes de instituições.

A análise dos resultados foi obtida com base na evolução da pesquisa teórica e do aprofundamento do estudo do tema relacionado com o diagnóstico local posterior as entrevistas aplicadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA CULTURA DO FUMO

A planta do fumo de acordo com muitos historiadores, teria sido originária dos Andes e se espalhado pela América Central com as migrações indígenas (NARDI,1985), que viam na planta diversas utilidades, alguns consumiam em diversas formas, mastigação, aspiração, chás, e ainda aliavam a planta poderes míticos, curativos e para rituais religiosos.

De acordo com Nardi (1985), a história da rápida expansão do fumo começou a partir do descobrimento da América, por Cristóvão Colombo em 1492, e quando Cabral descobriu o Brasil em 1500. Os primeiros registros da produção e do consumo foram descobertos pelos europeus por volta de 1492, através de cartas que Cristóvão Colombo enviou a Portugal, onde descrevia que os Pajés, em rituais religiosos de caráter sagrado, fumavam e mascavam folhas de fumo, acreditando que a fumaça tinha poderes curativos e purificadores contra maus espíritos (Ribeiro et. al., 2010).

No início do século XIX, os imigrantes europeus passaram a consumir o fumo que trocavam com os índios por quinquilharias e objetos pessoais (NARDI, 1985). Muitos consumiam o fumo durante as viagens para Europa, e em pouco tempo o interesse e o consumo pela planta espalhou-se por este continente, de modo que os colonizadores europeus enxergaram no fumo, a possibilidade de render lucro com a exportação de excedentes produzidos no Brasil (NARDI, 1985).

Em meados de 1531, o fumo passou a ser cultivado pelos espanhóis na região do Haiti com sementes originárias do México; em seguida, cultivado em Cuba, Guiana e Brasil sucessivamente (SILVA, 2002).

Conforme as exposições de Nardi (1985) em apenas um século, o fumo passou a ser conhecido e usado no mundo inteiro. Uma das maneiras que marca a expansão da cultura de acordo com o autor foi,

[..] através dos marinheiros e dos soldados, para quem o fumo era um bom meio de passar o tempo durante os longos meses que duravam as viagens. Eles se habituaram a fumar e também a mascar, introduzindo assim o costume nas camadas populares dos países europeus, da África e do Oriente (NARDI, 1985, p.6).

No Brasil, em 1570, os colonizadores europeus começaram a cultivar lavouras em áreas reduzidas próximas à costa litorânea, de Salvador e Recife, e nos arredores de Cachoeira, no

Recôncavo Baiano. Inicialmente produzia-se sem nenhuma técnica⁵, para o consumo próprio, porém logo houve um ligeiro avanço na produção, resultante do crescimento da demanda e o início das exportações na Europa.

Assim as primeiras indústrias fumageiras surgiram no Brasil durante o século XIX, período que marcou mudanças significativas na cultura do tabaco. Em 1808 surgem às indústrias fumageiras de rapé⁶, estas permaneceram pouco tempo no mercado em razão da introdução dos charutos, com isso, as fábricas que então produziam rapé, passaram a produzir charutos (NARDI, 1996).

Rapidamente o cultivo e o comércio do tabaco no Brasil passaram a ter importância destacada⁷; ainda no século XVII foram incorporadas várias legislações e taxações⁸, passando a “figurar entre os principais produtos exportados durante o período do Império” (SINDITABACO, 2013).

Assim a produção do fumo para exportação teve destinos distintos, a de 1ª e 2ª qualidade era exportada para Lisboa, de lá o fumo era novamente exportado, a maior parte para os países da Europa, a outra parte era utilizado como moeda de troca na compra de escravos da África, e o restante, ficava no Brasil, onde era consumido no mercado interno.

Com o aumento do consumo na Europa o Brasil acabou se beneficiando com as exportações, tanto que a safra de 1968 atingia 3750 toneladas, atraindo olhares do governo para a entrada de capital estrangeiro no país⁹. Deste modo, a indústria do fumo, passou a receber incentivos do governo, que na época vinha sendo administrado pelo Marquês de Pombal (SEFFRIN, 1995).

A partir de então a produção de fumo no Brasil abria novas fronteiras além da Bahia, expandindo para Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul teve sua expansão mais acentuada, em razão dos imigrantes europeus de origem germânica, e o aumento do comércio com a Alemanha. Segundo Seffrin (1995, p.21), “[...] em 1924, o fumo passou a ser cultivado na colônia de São Leopoldo e em 1850 na colônia de Santa Cruz, futura capital do fumo”.

⁵ Não havia controle de pragas nem proteção para possíveis eventos climáticos.

⁶ Fumo em pó, consumido por inalação.

⁷ Outra característica que predomina até hoje foi o fato de que o fumo passou a compor o Brasão das Armas da República juntamente com o café, devido sua grande importância na economia brasileira (SEFFRIN, 1995).

⁸ No final do século XVII, uma legislação tentou regular o comércio a partir do controle das cargas transportadas devido às vastas extensões do território e à diversidade de áreas produtivas, fazendo surgir regulamentos e órgãos especiais como a Mesa de Inspeção do Tabaco. A partir desta data, a legislação enfim se estabilizou e vigorou até depois da Independência (SOUZA CRUZ, 2013).

⁹ Na mesma época, o fumo foi incorporado ao Brasão da República junto com o café, devido sua importância comercial (SEFFRIN, 1995).

No ano de 1851 já havia indícios que a colônia de Santa Cruz, atual município de Santa Cruz teria potencial produtor para tornar-se a futura “capital do fumo”, pois nesse mesmo ano, foi enviado relatório ao presidente da província, o diretor da colônia de Santa Cruz, dizendo que as proporções atingidas pela produção de fumo na região tinha potencial para instalação de grande polo industrial. Já nessa época havia interesse por parte do governo em agregar valor ao produto final (PESAVENTO, 1983).

Assim, no Rio Grande do Sul, a primeira variedade de fumo a ser produzida foi o do tipo *Virgínia*¹⁰ em 1924, se expandindo para os estados de Santa Catarina e Paraná. No Brasil além do *Virgínia* também é cultivada a variedade do tipo *Burley*¹¹. A variedade mais cultivada no Brasil é a de fumos claros, utilizados nos *Blends*¹² para fabricação de cigarros.

No Rio Grande do Sul, a técnica de produção de fumos claros ocorreu em 1918, época considerada marco na história da produção de fumo. Instalou-se no município de Santa Cruz do Sul a British American Tobacco (BAT), trazendo consigo inovações tecnológicas, novas técnicas de produção e beneficiamento do fumo desde a produção agrícola, adubos e secagem de folhas em estufa: acontecia a especialização do setor (SEFFRIN, 1995).

Em face desta questão, afirma Graziano da Silva,

[...] as inovações tecnológicas, através das quais o homem interfere sobre as determinações das forças da natureza, visando a acelerá-las ou a transformá-las de modo, a romper as barreiras que se antepõem ao capital [...]. O ponto crucial das inovações biológicas é que elas colocam a natureza a serviço do capital, possibilitando a transformação da agricultura num ramo da indústria (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 45 - 46).

Além disso, outras características incorporaram-se a especialização do setor transformando-se em atrativos ao produtor rural, como o caso da política de crédito, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (1965) que direcionava 40% do crédito para o custeio da produção fumageira no RS; o preço do fumo ser superior, aos demais produtos agrícolas; garantia de comercialização de toda a safra; assistência técnica; melhorias nos

¹⁰ A variedade de fumo *Virgínia* é um Tabaco de Estufa (TE), pois é submetido à cura em estufas com temperatura e umidade controladas. Neste processo, que dura aproximadamente uma semana, ele adquire cores claras, que variam entre o amarelo-dourado e laranja. O aroma e o sabor do tabaco *Virgínia* são leves e vivos. O método de estufa, também conhecido como flue cured, dá origem a cigarros com maior teor de açúcar e níveis de médio a alto em nicotina (AGROTABACO, 2013)

¹¹ As variedades *Burley* e *Galpão Comum* são Tabacos de Galpão (TG), pois são curados em galpões ventilados naturalmente. Ambos adquirem uma tonalidade escura, que vai do castanho claro ao castanho escuro. Por terem um longo processo de cura, que leva de 40 dias a 2 meses, em intenso contato com o ar, estes tipos de tabaco perdem grande parte de seus açúcares naturais e desenvolvem um sabor forte (AGROTABACO, 2013).

¹² As lâminas dos vários tipos e classes de fumo são misturadas em diferentes proporções, formando o que denominamos de *blend*. (SOUZA CRUZ, 2013)

meios de transporte; adaptação aos minifúndios e utilização intensiva de mão-de-obra familiar; cobertura contra incidentes climáticos com seguro oferecido pela Associação de Fumicultores do Brasil (AFUBRA); inovações e melhorias na produtividade favorecidas pela entrada de empresas multinacionais (SEFFRIN, 1995).

A partir de então, o período foi marcado pela concentração e consolidação da indústria do fumo, elevando cada vez mais o seu poder de mercado em direção à lucratividade (MIELE et. al., 2011); era implantado em Santa Cruz do Sul o Sistema Integrado de Produção (SIP), ferramenta que levaria ao sucesso a produção desta *commodity*. Os resultados desse sistema ficariam visíveis nos próximos anos. Entre 1915 e 1930 a produção de fumo crescia 106%, com um aumento de 64,5% da área cultivada (VOGT, 1997).

Entre 1940 e 1980, ocorre o pico da expansão do consumo do fumo em nível mundial, trazendo para a indústria gaúcha um período de crise que duraria cerca de 20 anos após a Segunda Guerra Mundial, em razão de que os países importadores passaram também a produzir, gerando muito estoque e reduzindo as exportações. A partir de então, apoiados pelo Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek (1956), o capital local começa a perder espaço para o capital internacional, fazendo com que o setor fumageiro e a região passasse então a depender do capital oligopolista internacional (SPIES, 2000).

Contudo, no decorrer dos anos as indústrias de processamento do fumo foram se ajustando as necessidades do agricultor e indústria, trazendo melhores resultados na produção, produtividade, qualidade do produto, e que atende as exigências estabelecidas pelo mercado mundial, tornando o Brasil, o maior exportador mundial de fumo.

Nacionalmente, definiram-se três regiões de produção da *commodity*: O Sul, região que contempla a maior parte da produção nacional de fumos claros para cigarros e em menor escala *Burley* e de galpão comum, com uma produção equivalente a 832 mil toneladas na safra 2011/2012 (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2011), sendo que o Paraná contribui com 18% dessa produção, Santa Catarina, com 32%, e Rio Grande do Sul com 50%; O Nordeste participou nessa mesma safra com uma produção superior a 21 mil toneladas. Essa região contempla os estados da Bahia com 8% da produção e de Alagoas com 66%, e ainda os estados do Ceará, Sergipe e Paraíba com 27% da produção de fumos escuros para charutos. Na terceira região ficaram classificados todos os demais estados que participam em menor escala, em particular Minas Gerais, Goiás e São Paulo contribuíram com 13 mil toneladas da produção de fumo em corda (AFUBRA, 2011).

Atualmente, o Brasil é o segundo maior produtor de tabaco do mundo, sendo o maior mercado latino-americano de cigarros e, embora sua população represente 34% da região, seu

consumo de cigarros corresponde a 42% do total vendido na América Latina, conforme os últimos dados consolidados disponíveis (SOUZA CRUZ, 2013).

No mercado internacional, o Brasil ocupa o primeiro lugar (exportações), sendo seguido pela Índia, o que mostra que a maior parte da produção brasileira é destinada ao mercado externo (Anuário Brasileiro do Tabaco, 2009).

4.1.2 Aspectos Históricos da Cultura do Fumo em Lajeado Biriva.

O processo produtivo do fumo na localidade de Lajeado Biriva não é de introdução recente, uma vez que ocorreu junto com as migrações germânicas que colonizaram a região e inseriram suas culturas, chegando à comunidade por volta de 1920, época em que ainda pertencia ao atual Distrito de Barrinha, formado por grande quantidade de matas, vertentes e rios.

De 1920 a 1945 iniciou-se o processo de domesticação dos recursos naturais, com a ocupação de áreas de mata nativa e inserção de atividades agrícolas. Na agricultura o fumo recebia destaque, em razão das terras que apresentavam acentuado declive, o que dificultava as culturas da época. Além do fumo eram cultivados a mamona e o dormente¹³, e na pecuária suínos, bovinocultura, produção de leite para o consumo e alguns derivados. A produção era voltada para o autoconsumo; o sistema de comércio existente era a troca-troca de mantimentos.

De 1946 a 1970 grandes mudanças ocorreram na agricultura brasileira, de modo que seus reflexos também foram sentidos na localidade. O aumento na população rural acelerava a ocupação de áreas verdes; a demanda agrícola aumentava juntamente com o consumo de alimentos. A estrutura da comunidade passou a ser transformada, construíam-se estradas para transportar os produtos agrícolas que já eram comercializados, tais como: fumo, manteiga, nata, erva mate, feijão, suinocultura. A variedade de fumo produzida até essa época era o fumo em corda que possuía um aspecto mais escuro, rústico e com sabor mais forte.

A partir de 1970 a 1990 a cultura do fumo foi substituída pelo trinômio: soja, trigo e milho resultante da mecanização. Essa substituição se deu pelo fato que a produção do fumo havia aumentado muito em diversos países para onde o Brasil exportava o que acabou acumulando muito estoque, de modo que as empresas do Rio Grande do Sul reduziram a produção da planta (SILVA, 2009).

¹³ Madeira dura utilizada para fabricação de trilhos de trem (EMATER, 2013).

Após um período de abstinência da cultura do fumo, que perdurou por volta de 20 anos, novamente a cultura foi inserida na região como estratégia de minimizar os impactos socioeconômicos causados pela modernização. Deste modo, apoiados por organismos regionais como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o fumo passou a ser produzido em pequenas levas de terra utilizando intensivamente a mão-de-obra familiar, de modo que, passou-se a dar mais atenção à cultura do fumo que rendia um bom retorno financeiro, porém disputava tempo e mão-de-obra com as demais culturas, principalmente as relacionadas ao autoconsumo (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS).

É possível observar em pesquisa da EMATER no município de Três de Maio a evolução dos sistemas agrários na comunidade de Lajeado Biriva (Anexo D), que sempre o fumo se fez presente, possuindo grande importância na formação da renda das famílias rurais.

Deste modo, o tipo de atividade rural que cada agricultor desenvolve na localidade é determinado pelo tipo de relevo e pela qualidade do solo. A comunidade de Lajeado Biriva apresenta um relevo com muitas variações que vão de terras médio-plana a onduladas, com áreas declives e pedregosas, impróprias para algumas culturas, porém o fumo excepcionalmente se desenvolve.

4.2 DESCRIÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO FUMO

4.2.1 Sementes e Insumos

O fornecimento das sementes e insumos pela fumageira marca o início da cadeia produtiva do fumo: a fumageira avalia através dos técnicos a quantidade de insumos necessária para produção e envia para o agricultor. Este, por sua vez, mantém relações financeiras com a empresa e a empresa com os bancos. À medida que há a necessidade de aquisição de equipamentos ou ampliação da produção, a empresa financia o crédito (SILVA E TILLMANN, 2009), atuando também como fiadora. Contudo, essas relações financeiras resumem-se entre fumicultor e fumageira, ou seja, relações com os bancos não passam diretamente pelo fumicultor.

Com os insumos em mãos, inicia-se o processo produtivo do fumo (anexo E). A variedade de tabaco produzida em Lajeado Biriva é a do tipo *Burley* mais conhecido como fumo de galpão cujo processo de cura ocorre sem a utilização de calor intenso (fornos).

4.2.2 Produção do fumo

A cadeia produtiva do fumo envolve a busca ativa da indústria fumageira no propósito de integrar pequenos agricultores na fumicultura. E, de fato, observa-se que a Indústria possui interesse especial em pequenos proprietários rurais, na maioria das vezes aqueles em que as áreas assemelham-se as de Lajeado Biriva, uma vez que são considerados o “perfil do fumicultor” (AFUBRA, 2013), e o fato da empresa manter esse interesse é em razão da competitividade do setor, que segundo Silva (2002) permite sua reprodução em longo prazo, ou seja, o interesse em áreas onde há poucas opções de culturas faz com que a indústria tenha que preocupar-se “menos” em função do grau de cuidados necessários à cultura, bem como com a redução da oferta apesar de serem inúmeros os fatores que incidem sobre a mesma.

Essa característica foi observada na fumicultura de Lajeado Biriva e está representada na FIGURA 2 abaixo através do percentual médio de ocupação da terra observado nas 06 propriedades visitadas.

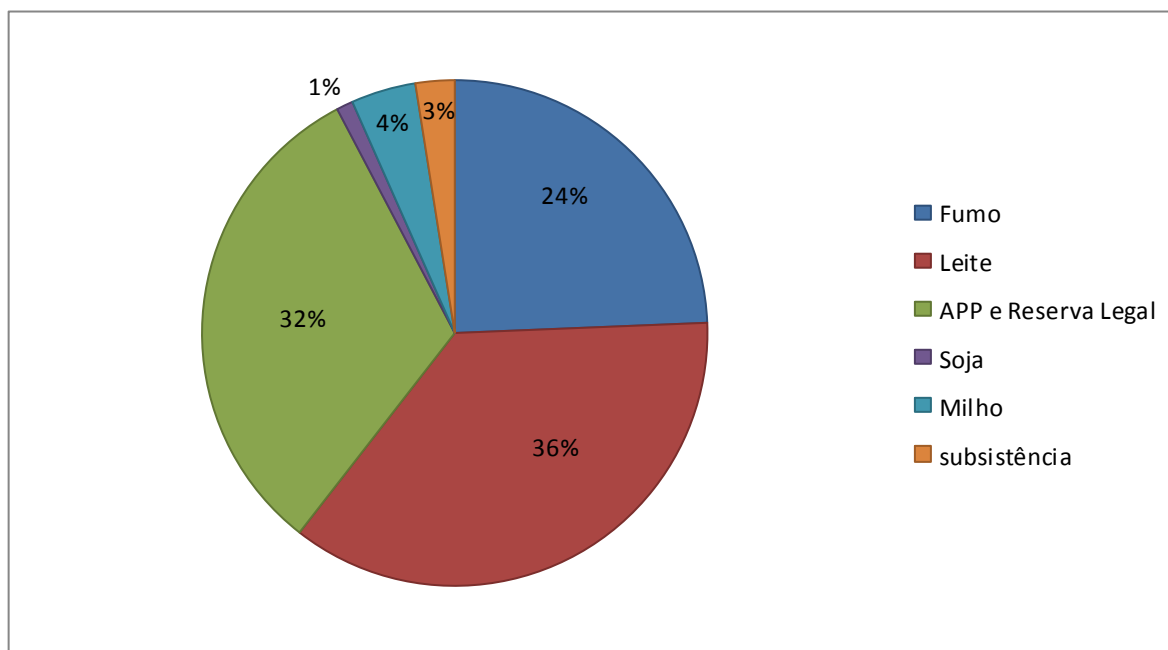


Figura 2 – Percentual de Ocupação de Terras das Propriedades Visitadas

Fonte: Trabalho de Campo 2013.

Os resultados apontam para pequenas propriedades rurais diversificadas, que possuem uma área média de 15,16 hectares, sendo que destes a área média utilizada para a cultura do fumo, são 2,3 hectares aproximadamente.

A TABELA 1 identifica a estrutura fundiária individual das famílias entrevistadas em hectares:

Produtor	Proprietário	Arrendatário	Área total (hectares)	APP e Reserva	Fumo	Pastagens	Soja	Milho	Construções	Subsistência (consumo)
<i>A</i>	P		10	2,5	1,3	1,5	-	3,0	0,5	1,2
<i>B</i>	P		20,5	6,5	2,0	4,0	-	5,0	1,0	2,0
<i>C</i>	P		8,0	1,5	2,5	1,0	1,0	1,0	0,5	0,5
<i>D</i>	P		24	4,0	4,0	6,0	-	6,0	1,5	2,5
<i>E</i>	P		18,5	3,0	2,5	5,0	-	4,5	1,0	2,5
<i>F</i>		A	10	0,5	1,5	3,0	-	4,0	0,5	0,5

Tabela 1 – Ocupação da área das propriedades visitadas (em hectares)

Fonte: Trabalho de Campo 2013.

A mão-de-obra familiar ocupada para a produção de fumo é em média de 2,66 UTH (Unidade de Trabalho Homem) (FIGURA 3), correspondendo normalmente ao casal e um filho, e essa estatística tende a diminuir ainda mais segundo os fumicultores, uma vez que os filhos depois de formados normalmente não permanecem na propriedade. Em duas das famílias entrevistadas a mão-de-obra é composta apenas pelo casal (Produtor A e F); Nas outras quatro famílias, além do casal há um filho que contribui na atividade (Produtor B, C, D e E), conforme representado na FIGURA 3 abaixo.

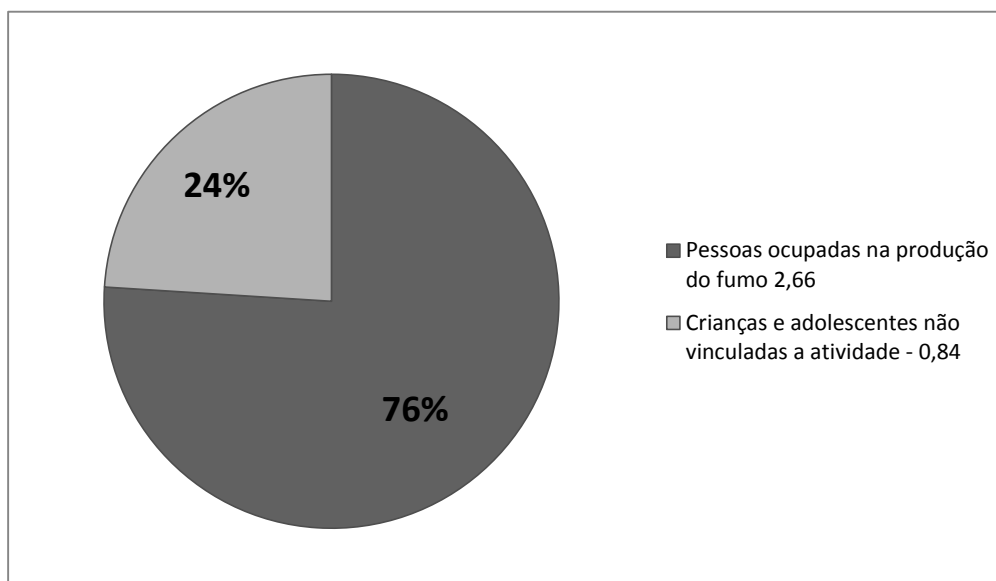


Figura 3 – Pessoal Ocupado na produção de Fumo na Produção de fumo e Lajeado Biriva
Fonte: Trabalho de Campo 2013.

A mão-de-obra intensa constitui-se em uma das características da produção de fumo, uma vez que o trabalho é 100% manual, e principalmente limita a produção de culturas para o autoconsumo, pois o trabalho diário varia entre 4 horas/dia e 14 horas/dia dependendo da fase de produção da planta. Segundo Vogt (1997), o trabalho na fumicultura é considerado cansativo em virtude de ser pouco mecanizado. Contudo, os agricultores quando questionados sobre a mão-de-obra familiar não sinalizam tanto descontentamento quanto apresenta o contexto teórico da fumicultura tratado por Vogt (1997). Para Silva (2005) et. al., a atividade de produção do fumo deixa os agricultores expostos a diversos riscos ocupacionais durante a realização das tarefas, não somente de produtos químicos. Porém de acordo com os agricultores entrevistados, “basta haver vontade de trabalhar”, de modo que o que dificulta nessa questão é a crescente redução no número de pessoas da família envolvidas nos trabalhos rurais¹⁴, uma vez que os agricultores estão envelhecendo e os sucessores não apresentam anseio em permanecer na agricultura.

¹⁴ Para a maioria dos agricultores entrevistados, o êxodo rural representa a dificuldade de manter-se na cultura, uma vez que mesmo quando resta à opção de contratar “terceiros” há dificuldade em achar pessoas para este fim. Muitos os autores defendem que a principal causa do êxodo rural tenha sido reflexo da modernização e da inserção tecnológica uma vez que nos centros urbanos essas tecnologias são mais acessíveis. O autor Graziano da Silva (1999, p.135) questiona: “Se a modernização da agricultura tende a agravar as já agudas desigualdades sociais, deve-se, então, tentar abrandar seus efeitos freando o próprio processo? A ‘solução’ é uma agricultura tecnologicamente atrasada, porém, socialmente justa?”.

Na relação mão-de-obra e fumo, para os fumicultores, o problema se contorna com a contratação de mão-de-obra de terceiros, visto que a familiar não é o suficiente. Geralmente ocorre a contratação nos períodos de plantação, colheita e classificação, conforme a TABELA 2 abaixo:

Produtor	Plantio Pessoa/dia	Colheita Pessoa/dia	Classificação Pessoa/dia	Custos com Mão-de-obra /pessoa/dia	Custos totais com mão-de-obra
A	02 pessoas/07 dias	02 pessoas/10 dias	0	R\$ 40,00	R\$ 1.080,00
B	01 pessoa/ 07 dias	02 pessoas/20 dias	0	R\$ 40,00	R\$ 1.880,00
C	0	01 pessoa/04 dias	0	R\$ 40,00	R\$160,00
D	03 pessoas/07 dias	04 pessoas/20 dias	02 pessoas/06 dias	R\$ 40,00	R\$ 4.520,00
E	02 pessoas/15 dias	02 pessoas/30 dias	0	R\$ 45,00/dia	R\$ 4.050,00
F	0	01 pessoa/ 10 dias	0	R\$ 40,00/dia	R\$ 400,00

Tabela 2 – Quantidade de Pessoas Contratadas e custos pela mão-de-obra
Fonte: Trabalho de Campo 2013.

Com base nas entrevistas, observa-se que os fumicultores atualmente contratam a mão-de-obra em pelo menos 50% do processo produtivo do fumo, ocasionando despesas que variam de R\$ 40,00 à R\$ 45,00 pela contratação de 3,33 pessoas/dia. Em contraste com esse resultado, observa-se uma crescente redução na disponibilidade de contratação de mão-de-obra, visto que embora a agricultura represente parte significativa na economia do município, as oportunidades oferecidas pela cidade atraem a mão-de-obra do campo, fazendo com que nos períodos de plantação e colheita haja escassez de mão-de-obra, o que encarece seus custos na hora de contratação. Para Graziano da Silva (1999), o êxodo rural ainda observado nos dias atuais é resultante da modernização da agricultura, e suas consequências estão próximas a gerar uma crise urbana, “[...] a modernização da agricultura não foge a regra: os seus efeitos perversos ameaçam esvaziar os campos e inchar as cidades, transformando a crise agrária em crise urbana”(GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.135). Assim, no que se refere a perspectivas futuras no contexto da fumicultura, o aspecto mão-de-obra pode ser entendida como possível ameaça para o setor.

4.2.3 Industrialização do Fumo

Neste subitem, utilizou-se a fumageira Souza Cruz para ilustrar a etapa da cadeia produtiva de industrialização e beneficiamento do tabaco em Lajeado Biriva, uma vez que esta representa as relações fumicultor e fumageira.

A estrutura de beneficiamento de tabaco, conforme relatado por Silva e Tillmann (2009), configura-se em oligopólio, ou seja, poucas indústrias do ramo para muitos produtores. Na comunidade estudada a indústria que mantém relações comerciais com os produtores é unicamente a Souza Cruz, entretanto de modo geral existem outras indústrias inseridas na região, porém como o foco é a comunidade de Lajeado Biriva, trataremos somente da Souza Cruz.

A Souza Cruz S/A, em 2011, de acordo com o Relatório Anual da Souza Cruz foi reconhecida como principal detentora do mercado brasileiro sendo que na cadeia produtiva apresentam-se como fornecedores de insumos aos produtores, fiadores na aquisição dos mesmos, receptora do fumo para beneficiamento, exportadora da folha *in natura* e/ou fabricante de cigarros e varejista do produto já acabado.

Fundada há 109 anos, conta com duas fábricas uma delas com o maior volume de produção de toda a British American Tobacco (BAT), Parque Gráfico, quatro Usinas de Processamento, seis Centrais Integradas de Distribuição e diversos postos de abastecimento. Só na usina de Santa Cruz do Sul (RS) a capacidade de processamento de 120 mil toneladas/ano; em Blumenau (SC) sua capacidade é de 55 mil toneladas/ano e em Rio Negro (PR) 60 mil toneladas/ano (SOUZA CRUZ, 2013).

A empresa Souza Cruz é líder absoluta no mercado brasileiro de cigarros, com participação superior a 60% (SOUZA CRUZ, 2013) e integra a British American Tobacco¹⁵ (BAT) que está presente em torno de 164 países com 81 fábricas de cigarro sendo, a Souza Cruz S/A a segunda maior filial geradora de lucros para o grupo (SILVA, 2009), essa característica determina o grau de concentração no mercado do tabaco, e possivelmente o sucesso característico da lucratividade e expansão do setor (MIELE et. al., 2011).

Os fumos do tipo Virgínia e Burley correspondem a 90% da produção de fumo da Souza Cruz (SOUZA CRUZ, 2013). As suas indústrias de cigarros se localizam na cidade de Cachoeirinha (RS) e Uberlândia (MG), sendo essa última a maior fábrica de cigarros da

¹⁵ British American Tobacco¹⁵ (BAT) empresa com sede em Londres, na Inglaterra.

América Latina. Ainda as atividades de produção e distribuição do fumo, vinculadas a Souza Cruz também são encontradas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Pernambuco, Paraíba e em Brasília (SOUZA CRUZ, 2013).

A Companhia gera mais de 7 mil empregos diretos e mais de 240 mil indiretos, exporta tabaco para os cinco continentes e está entre as dez empresas brasileiras que mais recolhem tributos. Segundo a empresa, “somente em 2011, esse montante chegou a R\$ 7,6 bilhões e as exportações totalizaram 96,6 mil toneladas de tabaco” (SOUZA CRUZ, 2011 p. 37).

A capacidade produtiva da sua indústria mineira é de 95 bilhões de unidades de cigarros por ano e da gaúcha é de 30 bilhões de unidades de cigarros por ano (LETTI, 2008 apud SILVA et. al., 2010).

A companhia atende diretamente mais de 300 mil postos de vendas que equivalem à comercialização de 75 bilhões de unidades de cigarro por ano, abrangendo mais de 60% do mercado brasileiro (SOUZA CRUZ, 2013).

Após a transformação do produto agrícola no processo de beneficiamento, o fumo pode seguir destinos distintos dependendo da forma como será comercializado. Assim, o produto em sua forma *in natura* é exportado para outras indústrias, através de um contrato de venda ou, apenas, transportado para outras unidades da companhia no exterior, assim, caracterizado apenas como uma mudança na etapa de produção. Outro destino dado ao fumo é o transporte até as indústrias de cigarros nacionais, para então ser comercializado.

A Souza Cruz possui um sistema de logística próprio e completo (carros, caminhões e centrais de distribuição e de vendas), sendo assim, responsáveis pelo transporte do fumo das unidades produtoras até as unidades de beneficiamento. Ao chegar nessas unidades o fumo é reclassificado por tipos e classes¹⁶ (anexo F), etapa esta de fundamental importância, pois incide diretamente no preço do produto, ou seja, o de melhor qualidade e peso é mais bem pago. Nesse contexto, segundo Silva (2009, p.17) “[...] os participantes da cadeia, alguns acusam as fumageiras que usam esse artifício para manipular e reduzir o preço do produto, por outro lado as indústrias argumentam que essa divisão é necessária para manter a qualidade dos cigarros”.

Por fim, ocorre a distribuição do produto final até os pontos de vendas. O fato das empresas de cigarros, em coordenar sua própria rede logística, faz com que esse mercado exerça maior controle e conhecimento sobre todos os processos de produção e

¹⁶. O preço pago ao produtor será consequência da classificação estabelecida para o seu fumo, a qual considera as seguintes características: tipo de fumo, posição da folha na planta, cor e qualidade (SOUZA CRUZ, 2013).

comercialização do tabaco, para aumentar sua eficiência, além de criar um mercado de duopólio (CARVALHO JÚNIOR; BINOTTO; PEREIRA, 2005. 437p. apud SILVA et. al., 2010).

4.2.4 Mercado consumidor do tabaco em folha e seus derivados

De toda a produção da folha de fumo no Brasil, 85% dela é destinada às exportações. Como mostra a FIGURA 4 abaixo e segundo dados da produção de 2012, o principal mercado do Brasil é a União Europeia que absorve 40% dessa produção, depois vem o Extremo Oriente que consome 27%, a América do Norte com 12%, o Leste Europeu com 9%, a África e o Oriente Médio com 7% e a América Latina com 5%.

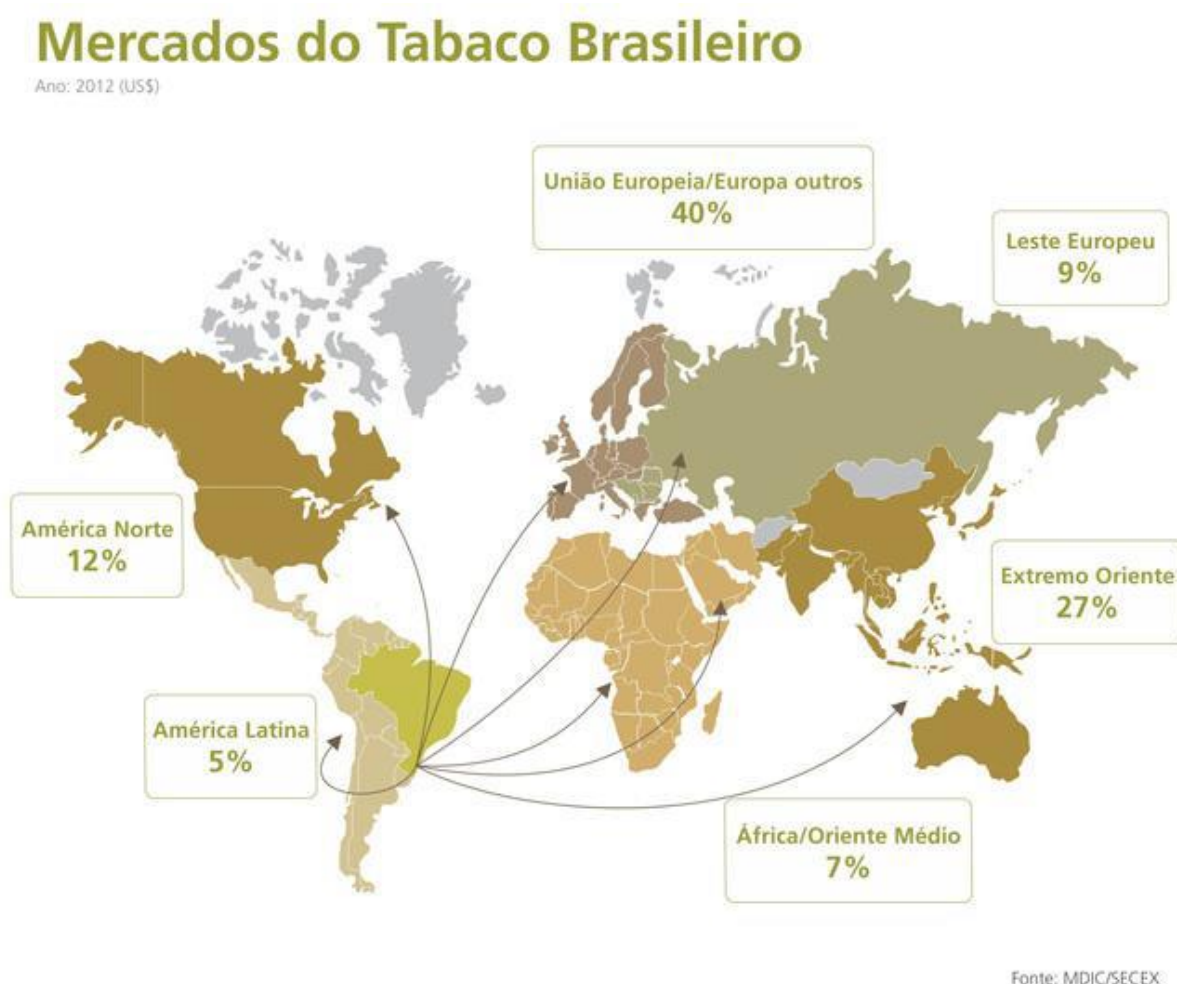


Figura 4: Mercados compradores do tabaco produzido no sul do Brasil – 2012
Fonte: Souza Cruz, 2013 apud SindiTabaco (2012).

Já em 2012, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SECEX / MDIC) foram exportados US\$ 3,3 bilhões, montante este que é recorde nos 20 anos de hegemonia brasileira nas exportações, ultrapassando a marca registrada em 2009 quando atingiu US\$ 3,1 bilhões em divisas. Com este resultado, o tabaco representou 1,34% do total das exportações brasileiras no referido ano. Na região Sul do Brasil, o tabaco responde por 7,3% das exportações (sendo 12,9% das exportações do Rio Grande do Sul e 10,8% de Santa Catarina). (SOUZA CRUZ, 2012).

O tabaco foi o único produto agrícola que apresentou alta nas exportações de 2012 no Rio Grande do Sul segundo dados do sinditabaco, uma vez que teve 18% de crescimento com US\$ 2,24 bilhões em divisas consolidando-se como principal produto exportado em território gaúcho (SINDITABACO, 2013).

De acordo com o presidente do Sinditabaco, “Os números demonstram a importância e a tradição do tabaco em folha para o Rio Grande do Sul. O tabaco diminuiu o impacto da queda das exportações gaúchas em 2012, cuja redução foi de -10,5% se comparado com o ano anterior” (IRO SHUNKE, presidente do Sinditabaco, 2013).

Esse aumento na participação no comércio internacional do tabaco *in natura* é resultado das mudanças nas políticas macroeconômicas do Brasil no final dos anos 90, mais especificamente a Medida Provisória (MP) nº 1.725 de 1998, que fixava alíquotas elevadas de impostos de exportação para cigarros e bebidas destinadas ao comércio externo. Isso beneficiou o mercado de cigarros exportados pelo Brasil, mudando o cenário do comércio exterior brasileiro (SILVA et. al., 2005), neste sentido, de acordo com Miele et. al., (2011 p.13), o poder de mercado não é somente determinado pelo grau de concentração, mas “pela existência de *barreiras à entrada* de concorrentes potenciais”. Contudo, observando esse cenário, o aumento na taxa de impostos poderia se desencadear em atrativo para concorrentes, porém tendo em vista o potencial de exportações do Brasil, o esforço da indústria em promover seu produto, reforça o elo com o mercado externo.

Quanto ao consumo de cigarros, o volume total de cigarros comercializados no mercado brasileiro em 2012, estimado em cerca de 112,3 bilhões de unidades, apresentou retração de 3,4% em relação a 2011. Essa retração ocorreu principalmente em decorrência do aumento de preços dos cigarros promovido por algumas empresas a fim de compensar a elevação média do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de 41% a partir de 1º de maio de 2012, combinado com um crescimento da economia menor do que o esperado ao longo de 2012. No final de 2012, a Souza Cruz reajustou os preços dos cigarros em 16% a fim de compensar o aumento médio do IPI de 18% a partir de 1º de janeiro de 2013 (SOUZA CRUZ, 2013).

A introdução do preço mínimo ao consumidor de R\$ 3,00/carteira, pelo Governo Federal a partir de 1º de maio de 2012 (Lei 12.546/11), foi seguida com boa aderência pelos demais participantes que operam legalmente. O descumprimento dessa regra por parte do varejista varia desde a apreensão das mercadorias até a vedação de se comercializar cigarros por um prazo de cinco anos. Pelo lado do fabricante, a penalidade pode sujeitá-lo ao cancelamento do registro especial de fabricante de cigarros. Esta medida serviu, desde então, para definir o mercado formal de cigarros no Brasil. A partir de 1º de janeiro de 2013, o preço mínimo ao consumidor foi alterado para R\$ 3,50/carteira (SOUZA CRUZ, 2013).

A arrecadação gerada a partir do consumo no ano de 2012 foi de R\$ 10.480,254,930,00, representando 64,7% no preço final. Nesse mesmo período, a distribuição da renda bruta ficou dividida da seguinte maneira: o governo, através de tributos, com 64,7%, a indústria com 23,69%, o produtor com 3,79% e o varejista com 8,45% (AFUBRA, 2013).

Nesse contexto, observa-se que a participação do fumicultor no montante total (renda) representa uma parcela pouco significativa comparada ao que o governo e as fumageiras arrecadam. E, é essa característica que contribui para o crescimento desses CAI's no Brasil e no mundo, uma vez que, repele os fatores que influenciam nas demandas do mercado. Isso significa que a indústria tem o apoio do governo, o que explica a expansão desse mercado, mesmo com o apelo das organizações em prol da saúde e meio ambiente.

O abastecimento do consumo interno de cigarros é realizado pelas indústrias estabelecidas no país. De 1980 até 1995 não havia nenhuma importação desse tipo de produto, só após esse período que começaram a se registrar a entrada de cigarros no país. Dados, de 2009, mostram que a quantidade importada de cigarros foi de 133 mil unidades que equivale a 1,35% do total produzido. Já os charutos e as cigarrilhas nas importações ganham mais peso. Em 2009, foi importado 3.373.214 unidades (ALICE WEB, 2013).

Como visto anteriormente, as importações de cigarros e seus derivados possuem um valor irrisório, contudo, o importante a ser ressaltado aqui é que, segundo a Receita Federal, apenas quatro empresas são autorizadas a realizar esse tipo de importação. Entre elas, mais uma vez, se destaca como líder a Souza Cruz S/A no comando desse elo na cadeia do tabaco.

Entretanto, a alta carga tributária sobre cigarros continua sendo o principal fator de estímulo à comercialização informal do produto no Brasil, principalmente pela via do contrabando e falsificação (mercado ilegal). Após o aumento de preços em abril de 2012, o mercado ilegal vem comercializando cigarros com um significativo diferencial de preços em

relação ao segmento “*Value for Money*”¹⁷. Consequentemente, estima-se que o mercado ilegal tenha crescido 1,7 bilhão de cigarros ou 7,4% em relação a 2011. Em que pese os resultados positivos obtidos pelas autoridades brasileiras por meio de fiscalizações mais frequentes e de um rigoroso controle de fronteiras, o que resultou no fechamento de 11 fábricas clandestinas em 2012, a participação do mercado ilegal de cigarros no Brasil é estimada em 22% do consumo brasileiro de cigarros (SOUZA CRUZ, 2012).

4.2.5 Ambiente Institucional e Organizacional

Tanto os fumicultores, quanto a fumageira e os demais atores que compõe a cadeia produtiva estão sujeitos à influência de dois ambientes: Institucional e Organizacional. O ambiente institucional constitui o que alguns atores definem como “regras do jogo”, que promovem o desenvolvimento das atividades econômicas, bem como as ações políticas, legais e sociais que governam a base da produção, troca e distribuição (MIELE et. al., 2011). Além disso, é formado pela tradição, pelos costumes e pela cultura local e regional, os quais determinam em grande parte hábitos de consumo, produção e distribuição (MIELE et. al., 2011).

Tais regras atuam no sentido de limitar o poder econômico das empresas quando este passa a prejudicar o processo competitivo, por ser utilizado de forma abusiva, gerando ineficiências para a sociedade (FARINA, 1992 apud SILVA et. al., 2010).

Entretanto, o resultado efetivo da interação social não depende apenas das instituições, mas também das ações das organizações, entendidas como unidades de tomada de decisão, uma vez que potencializam a criação de regras e leis que “pressionam governos e agências reguladoras a adotarem práticas e padrões” (MIELE et. al., 2011, p.22). Essas unidades compõem o ambiente organizacional, e tal qual é estruturado por entidades na área de influência da cadeia produtiva, tais como: agência de fiscalização ambiental, agência de créditos, universidades, centros de pesquisa e agências credenciadoras, estas representam o comportamento cooperativo, que se unem em busca de um determinado fim (SAES, 2000 apud MIELE et. al., 2011).

As negociações que estabelecem as condições para a safra de fumo (índice de reajuste dos preços, comercialização, financiamentos, etc.) são efetuadas por uma comissão denominada de “Comissão Técnica Mista” e ocorrem todos os anos. Esta comissão é

¹⁷ O conceito *value for money* significa que o dinheiro deve ser aplicado onde obtém resultados.

composta por representantes dos produtores e das indústrias fumageiras. As indústrias fumageiras são representadas pelo Sindifumo (Sindicato das Indústrias do Fumo) e os produtores¹⁸, são representados pelas Federações de Trabalhadores dos três Estados do Sul – (FETAG RS) e pela Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) (DESER, 2003a).

O conhecimento sobre a base é fundamental para se cumprir o objetivo dos agentes do mercado de fixar o preço de suas commodities; ela é definida principalmente pelo custo de transporte dos produtos até o local de entrega das mercadorias, especificado em contrato, além dos custos de armazenagem, mão-de-obra e outros fatores locais (MARQUES; MELLO; MARTINE FILHO, 2008 apud MIELE et. al., 2010 p.46).

Na região Sul, os trabalhadores rurais também são representados política e organizativamente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Contudo, na fumicultura a participação desses atores é muito limitada como é o caso dos fumicultores de Lajeado Biriva.

Na cadeia produtiva do tabaco, observa-se nos últimos anos que a principal influência em todos os elos são as organizações voltadas à saúde pública, uma vez que tanto a planta quanto o produto final causam malefícios a saúde do consumidor. Nesse sentido as organizações travam uma batalha com as indústrias pressionando o governo a tomar providências. Estas providências são refletidas no encarecimento dos custos de produção para a indústria, no preço e nos insumos para o agricultor e no preço final para o consumidor.

Exemplo disso são os órgãos públicos de saúde juntamente com a Organização Mundial da Saúde (OMS) que há alguns anos lutam contra o consumo do cigarro. No âmbito regulatório, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) publicou em 15 de março de 2012, resolução que restringe o uso de ingredientes na fabricação de cigarros comercializados no Brasil.

A resolução (RDC¹⁹ 14/12) contém uma lista de ingredientes indispensáveis à fabricação do produto, que poderão ser mantidos. A indústria terá um prazo de 18 meses para adaptar seus produtos à nova regra, ou seja, a partir de setembro de 2013 nenhum produto pode ser vendido aos clientes varejistas com os ingredientes proibidos nesta resolução. No entanto, os produtos que ainda estiverem em estoque nos estabelecimentos comerciais poderão ser vendidos ao consumidor por um prazo de mais seis meses (março de 2014). [...] Adicionalmente, a Lei 12.546/11, ainda pendente de regulamentação, assegurou a exposição de cigarros nos pontos de venda e proíbe a propaganda em painéis e cartazes dentro dos pontos de venda; garante que novas advertências na parte frontal (30%) das carteiras de cigarro poderão ser inseridas apenas em 2016; e uniformiza a legislação nacional proibindo o fumo em ambientes fechados e garantindo, assim, o fumo em locais abertos (SOUZA CRUZ, 2012).

Segundo Machado Filho (1998), dentre as principais mudanças que ocorrem no ambiente institucional dos sistemas produtivos, destacam-se aquelas decorrentes da mudança

¹⁸ Tendo como referência a Souza Cruz S/A e os fumicultores do Rio Grande do Sul.

¹⁹ Resolução da Diretoria Colegiada

do papel do Estado e as mudanças decorrentes do ambiente competitivo das corporações. Na cadeia produtiva do tabaco, outro exemplo define essa característica: imposição da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco – CQCT²⁰, este acordo assinado por mais de 160 países, e que estaria ligado a um objetivo nacional de resguardo a saúde de suas populações. Dentre muitas características, a CQCT assume o compromisso de incentivo e proteção à fumicultores em estado de transição da cultura do fumo para outras culturas. Entretanto, em um ambiente econômico de grandes mudanças, grande parte da capacidade de adaptação das empresas depende das adaptações que envolvem todo o sistema (ZYLBERSZTJAN, 1995), ou seja, uma mudança no ambiente institucional provoca reações nas organizações e nos indivíduos (SAES, 2000).

Conforme a literatura brasileira sobre CAI, o desenvolvimento do agronegócio brasileiro ocorreu em grande parte pela articulação entre políticas públicas e as estratégias privadas. Nesse contexto, as associações representativas tiveram papel central como instrumento de negociação, interlocução e pressão política (KAGEYAMA et. al., 1987; GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Assim as indústrias utilizam o ambiente institucional de forma a alcançar vantagem competitiva, ou seja, busca-se a especialização cooperativa, como observado na indústria fumageira Souza Cruz, que possui inúmeros projetos que beneficiam todo o entorno da cultura do fumo, tais como: tecnologias de melhoramento do produto, projetos de recuperação de áreas degradadas, projetos sociais voltados ao agricultor entre outros. Essas características reforçam a vantagem competitiva na comercialização do produto, uma vez que investe na redução dos riscos produzidos pela cultura.

4.3 ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA FUMICULTURA NA LOCALIDADE DE LAJEADO BIRIVA

Para analisar o impacto socioeconômico das propriedades de fumo de Lajeado Biriva o foco abordado nas entrevistas foram às receitas e despesas dos produtores de fumo, em seguida as relações comerciais e as percepções teóricas acerca do tema.

²⁰ A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) é o primeiro tratado internacional de saúde pública, desenvolvido sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde, entre 1999 e 2003, após audiências públicas e seis reuniões de negociações envolvendo os 192 países membros da OMS. O tratado entrou em vigor em fevereiro de 2005 e o Brasil foi um dos líderes em seu processo de desenvolvimento. Seu objetivo é “proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco”. Mais informações no site: <http://actbr.org.br/pdfs/CQCT.pdf>

Os resultados apresentados a seguir foram elaborados com base nas informações coletadas na Entrevista 1 aos fumicultores e entrevista 2 ao orientador da Souza Cruz, anexado nos apêndices A e B deste trabalho e a problematização apoiada na tese de SILVA (2002) e diversos autores que interpretaram esse tema.

Acerca do entendimento das propriedades de fumo, perguntou-se aos agricultores qual a atividade principal exercida na propriedade. Dentre as 06 famílias entrevistadas, 04 responderam que possuem o fumo como atividade principal, correspondendo uma média de 70% da renda total da família. As outras 02 famílias responderam o fumo e o leite, sendo que o resultado de cada atividade corresponde a 50% da renda da família. A FIGURA 5 abaixo representa o grau de importância na atividade principal da propriedade rural. Contudo, todas as famílias entrevistadas possuem o leite em sua diversificação cultural, que garantem a segurança da renda mensal.

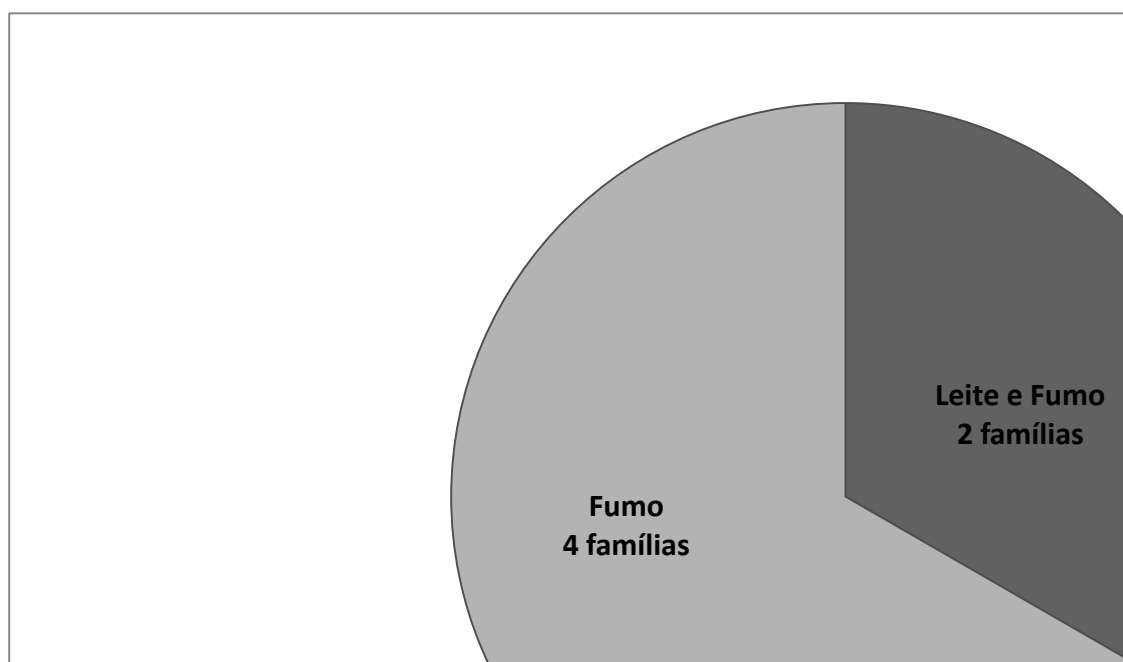


Figura 05 – Grau correspondente a atividade principal das famílias entrevistadas
Fonte: Trabalho de Campo 2013.

O destino do fumo é voltado totalmente para comercialização, sendo que todas as famílias atuam no Sistema Integrado de Produção SIP com a fumageira Souza Cruz. Esse sistema “[...] consiste em um vínculo contratual existente entre a empresa fumageira e o produtor de fumo que deveria estabelecer uma relação de cooperação do tipo usuário-produtor que, como tal, teria benefícios e obrigações equilibradas” (FILHO, 2003, p.08) Contudo, apesar do SIP ser apontado como ferramenta responsável pelo sucesso, bom desempenho e

crescimento do setor fumageiro no Brasil e no mundo, de acordo com Silva (2010) e Porter (1991), os contratos “representam uma forma de regulação das relações privadas, sendo que as partes possuem ampla liberdade para negociar cláusulas de acordo com seus próprios interesses” (SILVA, 2010 p.3). Esses argumentos podem ser entendidos como causadores do oportunismo nas relações contratuais entre fumicultor e fumageira.

Dentre as famílias entrevistadas, a maior parte produz o fumo desde a implantação da variedade Burley na região, cerca de 25 anos, como parte do processo cultural da família, já outras atuam na atividade há menos de 10 anos em razão da topografia da comunidade e do retorno financeiro obtido.

Nesse sentido de acordo com Abramovay (1997), observa-se que dinamismo da agricultura familiar contemporânea não depende de características supostamente “culturais” dos agricultores, mas de três fatores básicos: “1) a base material com que produzem (área, fertilidade das terras); 2) a formação dos agricultores, e 3) o ambiente socioeconômico em que atuam (mercados, crédito, informação, assistência técnica, escola, saúde, etc.)” (ABRAMOVAY, 1997 apud LIMA, 2007 p.193).

Com base nos dados coletados em campo, elaborou-se o QUADRO 1 abaixo com as receitas obtidas na safra de 2012, a partir das informações prestadas pelas famílias, utilizando as atividades produtivas de maior importância econômica.

<i>Produtor A</i>	<i>Área Plantada</i>	<i>Mil pés</i>	<i>Lucro Bruto</i>	<i>Lucro Líquido</i>
<i>FUMO</i>	1,3 hectares	24.000	R\$ 20.000,00	R\$ 15.000/ano
<i>LEITE</i>			R\$ 2.100,00	R\$ 1.300,00/mês
<i>Produtor B</i>	<i>Área Plantada</i>	<i>Mil pés</i>	<i>Lucro Bruto</i>	<i>Lucro Líquido</i>
<i>FUMO</i>	2,0 hectares	31.000	R\$ 26.000,00	R\$ 20.000,00/ano
<i>LEITE</i>			R\$ 4.800,00	R\$ 3.500,00/mês
<i>Produtor C</i>	<i>Área Plantada</i>	<i>Mil pés</i>	<i>Lucro Bruto</i>	<i>Lucro Líquido</i>
<i>FUMO</i>	2,5 hectares	58.000	R\$ 31.500,00	R\$ 30.000,00/ano
<i>LEITE</i>			R\$ 1.700,00	R\$ 1.005,00/mês
<i>Produtor D</i>	<i>Área Plantada</i>	<i>Mil pés</i>	<i>Lucro Bruto</i>	<i>Lucro Líquido</i>
<i>FUMO</i>	4,0 hectares	80.000	R\$ 60.000,00	R\$ 50.000,00/ano
<i>LEITE</i>			R\$ 2.900,00	R\$ 2.000,00/mês
<i>Produtor E</i>	<i>Área Plantada</i>	<i>Mil pés</i>	<i>Lucro Bruto</i>	<i>Lucro Líquido</i>
<i>FUMO</i>	2,5 hectares	40.000	R\$ 41.000,0	R\$ 36.000,00/ano
<i>LEITE</i>			R\$ 2.000,00	R\$ 1.200,00/mês
<i>Produtor F</i>	<i>Área Plantada</i>	<i>Mil pés</i>	<i>Lucro Bruto</i>	<i>Lucro Líquido</i>
<i>FUMO</i>	1,5 hectares	30.000	R\$ 20.000,00	R\$ 14.000,00/ano
<i>LEITE</i>			R\$ 1.300,00	R\$ 900,00/mês

Quadro 01 – Lucro bruto e líquido por atividade rural

Fonte: Trabalho de Campo 2013.

Ao analisar a estrutura produtiva das propriedades aqui abordadas, revela-se a importância econômica do fumo, uma vez que de todos os adeptos da atividade, quatro dos entrevistados possuem na fumicultura, lucros efetivos totais maiores que as demais culturas, como observado no QUADRO 1, cabendo nessa discussão como um ponto positivo, uma vez que a renda possui extrema importância na gestão familiar, e ainda garante a permanência na atividade.

Já para a autora Elida Liedke (1977), os resultados econômicos são à base da dominação do capital sobre a produção agrícola,

[...] trata-se de um processo de dominação do capital sobre a produção agrícola, através de um processo de concentração vertical, em que o setor industrial, controlando a produção e comercialização do fumo, determina os níveis de remuneração dos camponeses, segundo as suas necessidades e acumulação (LIEDKE, 1977, p. 19).

Porém, ainda que a fumicultura resulte em ganhos efetivos importantes, somente a produção do fumo, não basta para suprir todas as necessidades básicas das famílias, uma vez,

que o retorno financeiro só ocorre ao final do processo produtivo, ou seja, só após a entrega para a fumageira, período que pode levar de 10 meses a um ano. Nesse contexto, apesar dos agricultores auto avaliar a cultura do fumo como atividade principal, os resultados da pesquisa demonstram que o resultado econômico bem sucedido, depende do conjunto das atividades agrícolas desenvolvidas e não somente do fumo como atividade principal. Isso porque, ao analisar os fatores atuais de renda e despesa das famílias, observa-se, que as mesmas possuem despesas mensais, tais como: energia elétrica, taxa de transmissão de água, gás, supermercado, farmácia, enfim necessidades básicas, representadas na TABELA 3.

<i>Despesas</i>	<i>Produtor</i> <i>A</i>	<i>Produtor</i> <i>B</i>	<i>Produtor</i> <i>C</i>	<i>Produtor</i> <i>D</i>	<i>Produtor</i> <i>E</i>	<i>Produtor</i> <i>F</i>
Energia elétrica	R\$ 100,00	R\$ 110,00	R\$ 90,00	R\$ 100,00	R\$ 120,00	R\$ 60,00
Taxa de água	R\$ 12,00	R\$ 12,00	R\$ 12,00	R\$ 12,00	R\$ 12,00	R\$ 12,00
Gás	R\$ 22,00	R\$ 45,00	R\$ 22,00	R\$ 22,00	R\$ 45,00	R\$ 10,00
Supermercado	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 100,00	R\$ 350,00	R\$ 250,00	R\$ 100,00
Farmácia	R\$ 10,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 50,00
Vestuário	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00
Telefone	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00
Transporte/combu stível	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00
TOTAL	R\$ 644,00	R\$ 687,00	R\$ 444,00	R\$ 704,00	R\$ 647,00	R\$ 432,00

Tabela 3 – Consumo com necessidades básicas das propriedades visitadas

Fonte: Trabalho de Campo 2013.

Com base nos valores, a média de consumo em atenção às necessidades básicas das famílias entrevistadas, é de R\$ 593,00/mês, avaliando esse resultado em um contexto geral. Essa média é alta, principalmente nas despesas de supermercado. Um dos fatores que caracterizam esses gastos é o crescente aumento do consumo por produtos industrializados em razão da praticidade de aquisição, o que por outro lado interfere na estrutura produtiva das propriedades rurais, uma vez que as famílias deixam de produzir uma parcela de alimentos de subsistência. De todo modo, uma vez que a família atribui seu tempo na produção do fumo ou do leite, esta sujeita a reduzir a produção para o autoconsumo, o que configura em um mecanismo de dependência atrelada aos fatores tecnológicos.

Ainda, toda a atividade rural também representa um determinado custo de produção, os chamados Custos Intermediários (CI). A TABELA 4 representa a discriminação dos custos de produção por atividade no mês.

	<i>Consumo</i>	<i>Produtor</i>	<i>Produtor</i>	<i>Produtor</i>	<i>Produtor</i>	<i>Produtor</i>	<i>Produtor</i>
	<i>Intermediário</i>	<i>A</i>	<i>B</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>E</i>	<i>F</i>
	<i>Mensal</i>	<i>R\$</i>	<i>R\$</i>	<i>R\$</i>	<i>R\$</i>	<i>R\$</i>	<i>R\$</i>
<i>Atividades do ano todo</i>	Fumo/mês	416,00	500,00	416,00	833,00	708,00	500,00
	Leite/mês (ração)	800,00	1.300,00	605,00	900,00	800,00	400,00
	Pastagens/mês	57,75	154,00	38,00	231,00	191,00	115,00
	Culturas perman.	20,00	35,00	15,00	50,00	50,00	15,00
	Gado, suínos e aves	150,00	210,00	100,00	200,00	200,00	100,00
	TOTAL R\$	1.443,75	2.199,00	1.174,00	2.214,00	1.949,00	1.130,00
<i>Atividade 06 meses</i>	Milho/ mês	190,00	402,00	80,00	482,00	361,00	316,00
	Soja/mês	-	-	183,00	-	-	-
	CI TOTAL R\$	1.633,75	2.601,00	1.437,00	2.696,00	2.310,00	1.446,00

Tabela 4 – Consumo Intermediário das Propriedades visitadas

Fonte: Trabalho de Campo 2013.

As tabelas acima foram elaboradas a partir das informações prestadas pelas famílias entrevistadas. Para o fumo consideram-se as despesas no período de um ano, de modo que se dividiram as despesas totais com a produção por 12, número de meses do ano. As despesas com o fumo incluem serviços de mão-de-obra contratada, insumos para a produção e seguro contra vendaval e granizo AFUBRA. A média de despesa mensal com o fumo é de R\$ 645,50, multiplicando por doze meses do ano, tem-se uma média de, R\$ 7.746,00/ano, ou seja, varia entre 35% e 55% da receita líquida das famílias, conforme dados apresentados por elas. Assim com base na mão de obra por família a renda pouco supera o trabalho manual.

O cálculo dos custos da produção leiteira incluem rações, sal mineral, sal comum, inseminação das vacas, vacinas, vermífugos, despesas com tratamentos contra doenças, reposição de matrizes, e são considerados o ano todo, pois a atividade ocorre o ano todo. A média de despesa mensal com o leite R\$ 800,00 e a receita mensal é de R\$ 1.650,00, obtém-se dessa atividade uma renda média líquida de R\$ 850,00/mês. No contexto da renda o leite se

sobressai menos que o fumo, apesar de haver grandes variações de família para família de acordo com o número de animais em lactação. O fumo por sua vez, gera uma receita líquida média de R\$ 27.500,00/ano e de R\$ 2.291,00/mês, ou seja, no mínimo 2,6 vezes a mais que o leite, com a vantagem de ter pouca variação uma vez que o produtor escolhe no início da safra quantos mil pés desejam produzir.

Entretanto, a secretaria de agricultura do município vê vantagem na produção do leite, e acredita haver algumas especificidades entre esses resultados. “A produção do leite só tende a aumentar e produzir efeito positivo na renda das famílias da região, visto que a maioria está inserida no programa “balde cheio” e são acompanhadas com assistência técnica periódica que vem mudando os resultados da produção” (SEC. DE AGRICULTURA, 2013). Entretanto, o agricultor que vem mantendo um patamar significativo no fumo raramente abre mão desta cultura pela “incerteza” de outras, uma vez que para o leite também são somadas parte das despesas com pastagens²¹ e milho²² para alimentação/animal, que em sua maior parte são custeados pelo lucro que provém do fumo. Ainda, diferente do fumo, o crescimento do mercado do leite resulta no aumento da oferta deste produto, que embora reserve oportunidades para novos entrantes, o mercado está sujeito às economias de escala, uma vez que interfere na redução dos custos de produção, à medida que o mercado ou a empresa crescem (MIELE et. al., 2011).

Contudo, outra característica importante observada, é que o capital acumulado pela fomicultura ao longo dos anos foi substancial para promover outras culturas, como é o caso do leite observado neste estudo. Ou seja, a renda excedente obtida com o fumo quando aplicada na propriedade e na especialização das atividades, aumentaram a capacidade de desenvolvimento econômico desses agricultores, o que de certo modo é perceptível pelas organizações que defendem a produção do leite, por exemplo.

Ainda, todas as propriedades entrevistadas possuem o milho, utilizado unicamente para o consumo interno da propriedade: fabricação de silagem para o trato animal. Para essa cultura não é necessária à utilização de defensivos químicos ou adubação, pois o milho é produzido na resteva do fumo, que se caracteriza por suas propriedades fertilizantes de solo. “não tenho nenhum gasto com adubos, o milho plantado na resteva do fumo vem que vem,

²¹ A produção de pastagem ocorre o ano todo, com variedades de verão e inverno: pastagens perenes, gramíneas, supermassa, tifton, e aveia.

²² O cálculo das despesas com o milho resulta dos custos de produção calculados com base em um período de 06 meses, já que segundo o produtor rural o cultivo inicia-se com o plantio geralmente entre os meses de agosto e dezembro, e a colheita entre os meses de dezembro a julho. Para esse cálculo foram consideradas as despesas com sementes e serviços de terceiro para a colheita; em casos isolados as despesas com maquinários, quando a área admite a manutenção com equipamentos de plantio e colheita.

por isso não acredito que faça mal ao solo ou ao ambiente, pelo contrário acho que fortifica”, argumenta o produtor E.

Nesse contexto, observa-se haver pouca racionalidade no que se refere à questão ambiental, uma vez que “[...] a questão ambiental que se põe para o trabalho, não é a mesma para o capital. Porém o capital é capaz de fazer valer sua “leitura” e seu discurso equalizando as contradições a ponto de a questão ambiental aparecer importante para ambos” (THOMAS J. 1996 p. 369). Nesse sentido é possível que haja pouco entendimento sobre as constantes ações relacionadas ao meio ambiente e sustentabilidade no complexo agroindustrial do tabaco, visto que os agricultores acreditam que tal cultura é menos “agressiva” ao meio ambiente comparada a outras importantes na alimentação como o caso do tomate ou da soja.

A soja, apesar de ser cultura característica no município e região, possui pouca participação nas atividades rurais dos agricultores entrevistados. Apenas um produtor tem a atividade no seu sistema de cultivo, e em uma área bem reduzida. Os custos com a atividade também foram calculados tendo como base o período de 06 meses onde acontece o processo de plantio e colheita, o plantio ocorre entre os meses de setembro e janeiro e a colheita entre os meses de janeiro e maio. Para essa atividade são considerados os custos das sementes, defensivos químicos, fertilizantes e serviços de terceiros.

As culturas permanentes também geram algum tipo de despesa mensal para manutenção, reposição, fertilização, que são os casos de horta, pomar, cultivos de mandioca, batata, moranga, tomate, cebola, abóbora, entre outros. A despesa foi calculada com base na cultura permanente que existe em cada propriedade. Assim como sistema de criação é basicamente voltado ao consumo. As despesas também ocorrem o ano inteiro e são resultantes do processo de engorda dos animais, vacinas, vermífugos e abate.

Contudo basta relacionar os custos de produção com autoconsumo e as despesas com necessidades básicas para perceber que há certo limite nas atividades de autoconsumo. Embora a redução da produção de subsistência tenha sido agregada junto ao processo cultural que embalou a fumicultura, sendo possível ser observada nas atuais despesas com necessidades básicas, o autoconsumo deixa de simbolizar a importância da agricultura familiar, uma vez que, aos olhos do produtor pouco contribui na renda, e pouco vale a pena produzir, pois os custos acabam sendo mais elevados. No entanto, essa regra não se aplica para todos, porque apesar desse efeito nostálgico em que permeia o sentido da produção para o autoconsumo, alguns produtores jamais deixariam de produzir a subsistência, uma vez que existe o sentimento de que os alimentos consumidos na propriedade foram originados ali, embora as atividades de subsistência estejam limitadas pela fumicultura.

Nesse contexto, destaca-se a afirmação de Wanderley (2001) “o campesinato não se restringe à economia de subsistência”. De acordo com a autora, tanto no passado quanto no presente, sempre foi objetivo desses agricultores ter acesso a atividades estáveis e rentáveis. Desse modo, o duplo propósito de integrar-se ao mercado da indústria e garantir autoconsumo “[...] é fundamental para a constituição do [...] patrimônio sociocultural do campesinato brasileiro” (WANDERLEY, 2001, p. 42).

Ainda, voltando-se as despesas totais das famílias, Graziano da Silva (1999, p. 152) afirma que a produção complementar de outros produtos serve de sustento da família, porque “[...] quando ocorre à subordinação da pequena produção à agroindústria, o produto principal mostra-se deficitário em termos de rendimento líquido”. Desse modo, os agricultores utilizam a produção leiteira para absorver as despesas correntes mensais, e a produção de subsistência, para limitar o consumo de industrializados.

Assim, as famílias entrevistadas apostam na cultura do leite para as necessidades mensais, e o fumo como papel fundamental na aquisição de bens, equipamentos, maquinários, ampliação da propriedade rural, bem como manutenção das despesas correntes não absorvidas pelo leite.

Segundo um produtor rural, “com o dinheiro do leite pagamos nossas despesas, a manutenção do lar, o nosso sustento, e com o dinheiro do fumo conseguimos nos manter na agricultura” (PRODUTOR B).

Contudo, cabe ressaltar que ao longo dos anos, parte do capital produzido pelo fumo serviu para a especialização de outras culturas, como podemos observar no caso da produção do leite. As famílias investiram em maquinários, ordenhadeiras, e ampliação e melhoramento da propriedade rural. Desse modo, os resultados vão além dos rendimentos obtidos, ou seja, existe um sentimento de bem estar social e de orgulho quanto agricultores, mesmo que em teoria sejam considerados trabalhadores para o capital.

4.3.1 Relações Socioeconômicas

No CAI Fumageiro a incorporação do Sistema Integrado de Produção (SIP), transformou esse complexo em um sistema completo, conformando um “tripé” entre indústria e agricultura, atividades modernas e agroindústrias processadoras (KAGEYAMA, 1997).

Resultante da Implantação do SIP entre fumicultor e fumageira foram os benefícios incluídos nesse sistema, ou seja, os reflexos capitalistas formariam o elo entre indústria e agricultura, conforme destaca Müller (1981), “[...] a agricultura e todas as atividades ligadas a

ela, são inseridas numa nova realidade econômica, num conjunto de segmentos e cadeias vinculadas” (MÜLLER 1981, p.36).

Inseridas nesse contexto, as famílias da localidade de Lajeado Biriva, atuam no Sistema de Integração Vertical com a Indústria fumageira Souza Cruz. A base desse sistema é a combinação dos processos de produção, distribuição e vendas (PORTER, 1991) firmados por meio de contratos assinados entre fumageira e fumicultor, que definem os compromissos antes de iniciar a safra.

Nas relações com os fumicultores, a indústria do fumo Souza Cruz é caracterizada por um oligopsonio, ou seja, poucas empresas compradoras e vários produtores ofertantes. Essa lógica de mercado faz com as fumageiras possuam maior poder de barganha, pois podem manipular os preços e quantidades de acordo com os seus interesses.

O agente mediador da indústria é o “instrutor de fumo”, responsável pela vinculação do agricultor na atividade, pela assinatura dos contratos e também por toda assistência prestada aos agricultores. Na localidade de Biriva e região, o representante é o Sr. L.P.²³, também entrevistado (apêndice B) com o objetivo de observar a percepção da indústria dentro do Complexo Fumageiro que envolve os agricultores Tresmaenses.

Para a fumageira, o instrutor de fumo representa a forma de garantir o comando do capital sobre o trabalho, uma vez que esse técnico previamente treinado, ao propor a atividade, ele oferta também um pacote tecnológico e a maneira que tal conjunto de técnicas será implantado na propriedade (LIEDKE, 1977). Assim, a partir da aceitação do produtor, “fica definida como subalterna a sua posição no processo de produção e de comercialização de fumo. Ou seja, a partir deste momento, o ritmo do seu trabalho e de sua família passa a ser dirigido pelas determinações do capital industrial, através do controle do instrutor” (LIEDKE, 1977, p.96). Contudo o agricultor não se considera subordinado da empresa, ao contrário, as atuais relações empresa e fumicultor para os agricultores entrevistados são vistas com aspecto vantajoso no sentido econômico.

De acordo com o orientador, os benefícios da integração com a fumageira são muitos, “o agricultor só entra com a mão-de-obra e a vontade, em contrapartida a empresa fornece toda a assistência técnica, todo suprimento necessário, todas as garantias que nenhuma outra atividade jamais poderia oferecer”. Ou seja, como assinala Müller (1982), a crescente industrialização da agricultura provocou uma crescente submissão do trabalho ao capital. Isso significa que a terra perde sua relevância na determinação das condições de produção, em

²³ L. P., instrutor técnico da Souza Cruz. Atua em mais 18 municípios de abrangência fronteira noroeste há mais de 27 anos.

relação ao capital. Assim essa estrutura reflete todo sistema integrado, uma vez que deixa de prevalecer às relações culturais e passam a prevalecer o controle capitalista. Para Goldberg (1968), a crescente mudança técnica e especialização desse setor do agronegócio, gera o que chamamos de maior “dependência da atividade agrícola na indústria de insumos e na distribuição, instabilidade da renda agrícola e ainda, maior complexidade das relações verticais” (GOLDBERG 1968 apud MIELE et.al. 2011 p. 24).

Contudo, através do Sistema de integração vertical adotado pela empresa, são estabelecidos contratos de compra e venda individual ou de parceria, que geralmente ocorre no início da safra. O produtor de fumo possui um histórico de produção, e com base nesse histórico é montado um parâmetro de produtividade. Desse modo, de acordo com o orientador, no ato do contrato é previsto e contratado o volume que será produzido naquela safra. Ao fim dela, poderá haver variações no volume contratado, para mais ou para menos, no limite de 5% com penalidades²⁴ que podem recair tanto a empresa quanto ao produtor se não seguido os compromissos contratuais.

Esse tipo de contrato gera pouco oportunismo por parte dos fumicultores em infringirem às regras contratadas. A percepção é que em meio ao esforço produzido pela mão de obra, existe um sentimento de segurança e comodidade por parte do produtor, cabendo a ele as funções de receber os insumos, cultivar o fumo e depois receber o seu “lucro”, de modo que não há luta pela sua autonomia, uma vez que acreditam ser independentes.

Segundo Silva, (2002), o rendimento médio por hectare, em termos físicos e monetários, é razão, aliada à certeza de venda e, logo, à consequente frequência das transações, para a qual os agricultores decidem se manter produzindo, mesmo com o entendimento sobre riscos à saúde, à submissão à coordenação do capital internacional e ao esforço produtivo necessário ao longo de todo o ano (SILVA, 2009).

O que ocorre na produção vertical de acordo com Lima (2007), é que o nível de organização interna do trabalho familiar parece contaminar-se por objetos de um poder de decisão que, cada vez mais, sofre influência externa do grande capital. Esse sistema tem como principal característica [...] o fato de que o capital industrial evita o investimento na aquisição da propriedade da terra e controla “do exterior” a produção da matéria prima agrícola que necessita para a transformação industrial (WANDERLEY, 1985, p. 68). Assim, conforme os

²⁴ Se houver a inadimplência dos produtores, as empresas integradoras podem cobrar multas e juros, além de possível cobrança judicial do débito. Se a inadimplência for por problemas climáticos, as empresas adiam por um ano a dívida, ou o fumicultor pode pagar com o seguro contra granizo oferecido pela AFUBRA. A atitude, neste sentido, baseando-se em WILLIAMSON (1989), visa a evitar a inclusão da justiça nas transações, pois isso aumentaria a incerteza, o que afetaria a confiança nos contratos do complexo.

argumentos de Wanderley (1985), o trabalho familiar tende a somar esforços naqueles produtos que oferecem mais vantagens de preços no mercado como o que ocorre na cadeia produtiva do fumo.

Com base nas inúmeras percepções sobre esse sistema produtivo, pode-se afirmar que a satisfação que o produtor apresenta em atuar na fumicultura, ainda resulta do importante papel desempenhado pelo capital produzido, bem como pelas vantagens do sistema de produção.

Questionou-se aos produtores os principais motivos da adesão e/ou permanência na atividade, e também os principais motivos relacionados à substituição da atividade por outras culturas, o resultado está representado no QUADRO 2 abaixo:

ADESÃO/PERMANÊNCIA	ABANDONO
Segurança Financeira Assistência Técnica Garantida Garantia de comercialização Retorno financeiro incomparável a outras atividades Crescimento econômico Melhores condições de vida O relevo da comunidade	Mão-de-obra Intensa Êxodo Rural Envelhecimento da População Oportunidades melhores

Quadro 2 – Motivos de Permanência ou Abandono na Fumicultura

Fonte: Trabalho de Campo 2013.

Os motivos de adesão/permanência são resultantes dos benefícios do SIP, como observado no QUADRO 2 acima. Os compromissos nesse sistema indicam garantias aos agricultores, e essas garantias, defendidas por muitos autores como fatores que prendem o agricultor na atividade. Conforme as explicações de Miele, Waquil e Schultz, “os agricultores poderão durante o plantio, planejar a comercialização da safra, garantindo a venda do produto e a proteção com relação ao custeio da lavoura” (2010, p.38).

Do mesmo modo assinala Silva et. al. (2002) é a garantia de comercialização do produto, que fixa o agricultor na atividade, agregada aos preços combinados com as empresas, ainda que, por vezes, não haja consenso entre o preço que o fumicultor quer receber e o preço que a companhia de beneficiamento paga.

Nesse sistema, de acordo com orientador as relações na formação do preço do tabaco atualmente são acordadas entre fumageira e o sindicato individualmente. Ao longo do ano é feito um levantamento dos custos de produção do fumo, pelo SINDITABACO, FETAG e AFUBRA. No ano de 2012, ocorreu à assinatura do Protocolo entre empresas e sindicato

firmando um preço em cima do levantamento dos custos do ano anterior, o preço estimado foi de R\$ 7,35 kg/tabaco, com um aumento de 7,5% comparado ao ano anterior, que na prática chegou a atingir 20% conforme o instrutor entrevistado.

Essa valorização no preço segundo orientador vem ocorrendo a cada safra, como forma de atrativo ao fumicultor, uma vez que as companhias fumageiras possuem a pretensão de aumentar a produção do tabaco. Observando os resultados da última safra muitos agricultores ficaram satisfeitos, pois o retorno final foi de bom a excelente, porém a maioria das indústrias de fumo não atingiram as metas de produção, que segundo o orientador tenha sido “consequência da falta de mão-de-obra determinada principalmente pelo êxodo rural, pela diversificação de culturas de tabaco e pelo envelhecimento da população fumicultora”.

Mesmo assim, a assistência técnica e a facilidade nas linhas de financiamento obtidas através das fumageiras são fatores relacionados à direção do CAI promovida pela indústria, também responsáveis por manter as famílias produzindo. (SILVA et. al, 2002) Contudo, segundo Silva et al, (2002, p.157) todo esse pacote de garantias e vantagens, faz com que o agricultor “[...] economize sua racionalidade limitada, submetendo-se as direções sugeridas pelo capital internacional, oligopolizado, sendo conduzido pelo mesmo”.

Segundo Aued, 1999:

[...] O capital, quando se apropria do processo produtivo, constitui-se no fator primordial da determinação da produção, tendo por base a cooperação entre os homens, isto é, o trabalhador coletivo [...] o capital destrói, transforma ou molda as formas individuais de produzir riqueza a sua imagem e semelhança (AUED,1999, p.121).

Nessa percepção de subordinação, observa-se que o agricultor não se vê como subordinado, mas sim, como “investidor”, uma vez que as indústrias adotam meios de abordagem social, que limitam a racionalidade do agricultor. Conforme as afirmações de Graziano da Silva (1982), que discorre tanto no processo de tecnificação da unidade produtiva como no assalariamento puro do agricultor, há subordinação de trabalho ao capital. Para esse autor, a recriação da pequena produção brasileira consiste na conversão do antigo camponês em um trabalhador para o capital, ou seja, em um “novo camponês”, que “[...] não se apropria necessariamente do lucro, nem da renda da terra, como condição da produção, [...]. O grande capital retira-lhe esse excedente, permitindo que ele se aproprie apenas do necessário à sua reprodução como pequeno produtor” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 138). Esse novo camponês, ainda que conserve parcial ou formalmente a propriedade direta dos meios de produção e que organize o trabalho com base na mão-de-obra familiar, segue submetido ao processo de proletarização, isto é, o camponês se “descampesiniza”, converte-se em um

trabalhador para o capital (GRAZIANO DA SILVA, 1982), embora a maioria dos agricultores não admita tal afirmação.

No contexto de Lajeado Biriva, a substituição da atividade depende de outra “opção” tão favorável economicamente quanto o fumo. Nesse sentido, procurou-se saber se existe algum motivo capaz de influenciar no abandono ou substituição de atividade. Em cinco das seis das famílias entrevistadas, sinalizaram o fator mão-de-obra que se intensifica em algumas etapas da produção. Contudo, das 06 famílias entrevistadas, apenas uma (PRODUTOR A) afirmou que esta seria a última safra²⁵ de fumo que produziria.

De acordo com Liedke (1977), na fumicultura, as relações sociais ocorrem de modo diferente, “[...] de um modo específico de subordinação da força de trabalho camponesa ao capital industrial” (LIEDKE, 1977, p. 22). Fundamentalmente o capital intervém na unidade de produção agrícola de fumo (sem alterar a estrutura fundiária), mas neutralizando sua autonomia, tornando o agricultor apenas um “proprietário formal” da terra e dos meios de produção (LIEDKE, 1977). Além disso, observando o perfil dos agricultores tem-se a diversificação de atividades na propriedade que pouco são acometidas pelo fumo ou pelas “exigências” que a fumageira impõe. Desse modo a estrutura fundiária que permanece permite a reprodução do capital em outras culturas, como é o caso do leite observado *in loco*.

O fato das propriedades visitadas ser diversificadas induz a outro pensamento, uma vez que o capital proveniente da cultura do fumo, em diversas regiões impede a exploração de outras culturas, além do fato da mão-de-obra limitar a diversificação. Ocorre que, as famílias mesmo com a mão-de-obra reduzida, produzem outras culturas, e ainda tem acesso a programas rurais de fortalecimento da agricultura familiar. A mão-de-obra nesse caso, só limita a reprodução de outras culturas nos períodos de plantio e colheita do fumo, mas não impede a diversificação. Pelo contrario as famílias são orientadas a diversificar a produção pela própria fumageira como requisito para continuar no sistema integrado, visto que a diversificação contribui para a recuperação dos solos e alternativas ao capital rural, conforme argumenta o orientador.

Outro fator que se destaca nas argumentações dos agricultores está no formato e disposição das terras nas propriedades, sendo que as áreas produtoras em sua maioria constituem-se de topografia acidentada onde a utilização da mecanização é quase impraticável, tornando o trabalho na lavoura intensivo e extenuante (DESER, 2003a).

²⁵Esta desistência será a troca de uma atividade rural para uma atividade não agrícola em uma cidade vizinha, que trará um retorno financeiro equivalente ao obtido pela fumicultura. Contudo, não descarta a possibilidade de voltar a produzir o fumo caso ocorra algum inconveniente (PRODUTOR A).

[...] olha pra isso, onde daria para produzir outra atividade tem mato, ou tem sanga, ou vertente; aqui não dá pra entrar com uma semeadeira, ou colheitadeira, e que outra cultura vou produzir que vai me render que nem o fumo! (PRODUTOR D)

O comentário deste produtor é com base na produção de outras *commodities* como, por exemplo, a soja nas áreas de fumo. Cabe salientar aqui, que as propriedades são pequenas, e a parte cabível a produção de fumo também é pequena, não havendo necessidade de diversificação dessas áreas, a menos que a atividade fosse de reprodução em longo prazo, como a cultura de eucalipto ou fruticultura, que pouco se considera nas atividades futuras dos agricultores entrevistados.

Assim, o produtor considera que o fumo não somente motiva o agricultor a permanecer na agricultura, como também é responsável pela permanência dele no meio rural, ao mesmo tempo que contribui nas necessidades financeiras das famílias. Segundo o Produtor E “(...) com a renda do fumo comprei o carro, uma moto, um trator, aumentei minha área em 06 hectares, construí estufa, sala de ordenha, equipei minha casa e ainda pago os estudos do meu filho, não posso me queixar”.

4.3.2 Estratégias e Ameaças

Hoje uma das dificuldades que ameaça a cultura do fumo, é manter os agricultores produzindo, bem como aliciar novos fumicultores na atividade, uma vez que existem restrições quanto à produção da *commodity*.

Na região estudada, a principal ameaça é a falta de mão-de-obra em razão do êxodo rural. “Com a população envelhecendo e o aumento do êxodo rural, será mais difícil manter mercado”. Se antigamente o problema evidenciado era o trabalho intenso, hoje é a falta de mão-de-obra física, de pessoas, pois, segundo o orientador, já existe uma máquina especializada para colher fumo, equipamento este que a empresa financia, reduzindo o desgaste da mão-de-obra.

Nesse contexto, para manter o equilíbrio entre oferta e a demanda, as indústrias adotam estratégias, que, integram “as principais metas políticas e sequências de ações de uma organização em um todo coerente” (MIELE et. al., 2011 p. 17). Um dos enfoques dessas estratégias está relacionado à redução dos custos de produção, ou seja, nos insumos que são adquiridos das fumageiras. Conforme os argumentos de ZYLBERSZTAJN (2000b) os agentes interagem e reduzem os custos de transação, via uma organização controlada pela indústria, os resultados assim percebidos são a redução da incerteza, o aumento nas

especificidades das atividades e a frequência nas transações, refletindo na estabilidade da renda para os fumicultores.

Nesse contexto, a fumageira propõe que seja pago parte dos insumos adiantados da safra do ano seguinte, que já são descontados do lucro líquido da safra atual. Nessa proposta, a fumageira oferece de 08% a 12% de desconto no total devido dos insumos, que na prática chega ser acima de 15%, uma vez que o agricultor não paga os juros, que na negociação habitual pagaria. Desse modo, sem perceber, o agricultor se prende a próxima safra, garantindo mais um ano a continuidade da produção. Segundo Orientador “a empresa pretende aprimorar o processo de negociação de modo que 100% dos insumos sejam pagos adiantados”.

De modo informal, perguntou-se a um produtor se ele via vantagem nessa estratégia da fumageira, ou talvez se a estratégia não estaria configurando oportunismo ao fazer do vínculo uma vantagem financeira ao agricultor. A resposta obtida “não, claro que não. Se eu não quiser plantar, eles me devolvem o valor pago”. Na oportunidade, o agricultor argumentou sobre a aquisição de equipamentos para produção, como estufas, bandejas de produção de sementes, equipamentos de segurança EPI, entre outros: “a empresa financia tudo o que é preciso. Pretendo construir uma estufa moderna, e a empresa vai custear, financiando em cinco anos para pagar, descontados nas safras”. Ainda segundo o mesmo agricultor, durante esses cinco anos, se ele quiser se desvincular da empresa e não mais produzir o fumo, só permanecerá a dívida, que continua sendo paga por ano. “Posso deixar de plantar fumo quando eu quiser independente se tenho ou não financiamento de equipamento”.

Entretanto, em conversa com o instrutor da fumageira a percepção sobre essa estratégia difere da ideia do agricultor. A empresa utiliza artifícios em qualquer caso de desistência da atividade. Caso semelhante ocorre na entrega de cada safra, quando o instrutor visita a propriedade oferecendo a renovação do contrato. A orientação do instrutor ocorre de maneira que o produtor se vê “obrigado” e submisso à cultura do ano seguinte, ou seja, a percepção do agricultor frente à fumageira é que não há atividade que irá superar o retorno financeiro do fumo: “oferece-se uma proposta convidativa, e o agricultor novamente reata o contrato” (representante SOUZA CRUZ), fica novamente claro o fator de dependência econômica e tecnológica.

Referente às ameaças a cultura do fumo, a diversificação é um dos caminhos que ameaçam o fumo segundo o orientador, porém não é o único.

A diversificação segundo o orientador está sendo sentida nos estados de Santa Catarina, onde os agricultores estão migrando para o leite ou para a soja, “coisa que aqui na

região já ocorreu há bastante tempo”, argumenta. Entretanto sempre há os riscos: o Ministério da Saúde com os programas de redução do consumo do cigarro; os programas de diversificação de áreas de fumo; o êxodo rural, preço, enfim, muitos.

Outro risco frequente em vários municípios, abordado pelo orientador são os chamados “picaretas” que buscam propriedades de fumo na tentativa de comprar clandestinamente o fumo sem precisar nota fiscal. Assim eles oferecem um preço atraente ao produtor, que acaba vendendo sua produção, o que não é o caso de Três de Maio, porém ocorre em município a menos de 15 km e “poderá ser considerado ameaça daqui algum tempo”, argumenta o orientador.

Contudo, o principal risco vem da área de saúde pública, uma vez que está sempre a procura de irregularidades na produção e no produto final. Dessa forma a empresa não trabalha só o fumo, de acordo com Orientador, ela trabalha todo seu entorno:

São vários os projetos de sustentabilidade, de recuperação de áreas, de plantio de eucalipto, projetos que incluem o trinômio fumo/citrus/leite, uma vez que uma atividade não ocupa o espaço da outra; Projeto SABER que beneficiou os agricultores com notebooks a preços simbólicos; programas sociais de capacitação para os agricultores em parceria com o SENAR (mais de 20 cursos), quanto à utilização dos agrotóxicos, melhoria da propriedade, todos com um foco. (ORIENTADOR SOUZA CRUZ, 2013)

Assim, com todas essas ações a Souza Cruz já foi premiada diversas vezes, e possui o Certificado do Fumo Limpo, caracterizado como importante diferencial no comércio nacional e internacional (FARINA, 2000 apud SILVA et. al., 2010), ou seja, esse documento prova que o tabaco brasileiro não possui produtos químicos que possam interferir na qualidade do produto final.

Essas certificações segundo o orientador são a “alavanca de crescimento no mercado do fumo no Brasil”, principalmente com a Souza Cruz, pois as expectativas em torno da empresa Britch American Tobacco que vendo todo esse trabalho de policiamento “limpo”, diferencial e ecológico do tabaco, são de aumentar as exportações nos próximos anos.

A eliminação do Brometo de Metila e a obtenção do certificado de Fumo Limpo guiam as orientações das fumageiras para com os fumicultores. Isso tudo permite que haja frequência de transações com os mercados compradores, efeito de uma persistência nas relações entre as empresas beneficiadoras e os fumicultores em um complexo coordenado pelo primeiro grupo de agentes. Essas iniciativas são essenciais para manter o Brasil como líder no mercado externo (SILVA et al, 2002 p. 209)

Contudo, ainda que haja ameaças maiores a produção de fumo em razão das restrições quanto ao consumo e produção, a empresa pretende aumentar a produção e a aumentar o número de produtores. Ocorre um efeito contraditório, que segundo o orientador entrevistado

é explicado a partir das estratégias e ações que a empresa vem desenvolvendo ao longo dos anos, que garante o mercado em termos de demanda e oferta.

Deste modo, a empresa Souza Cruz, também investe em tecnologias que diminuem os fatores de risco na fumicultura, tanto para os produtores, através do desenvolvimento de equipamentos adequados para atuar na atividade, quanto ao meio ambiente, através do investimento em pesquisa para controle e redução de insumos químicos²⁶ na lavoura, e do descarte correto das embalagens dos insumos utilizados.

Conforme resultados da pesquisa de campo, o ministério público através da pressão da sociedade em razão dos malefícios do cigarro no decorrer dos últimos anos atua incansavelmente na redução do uso de agrotóxicos. Assim as indústrias para manter sua credibilidade tem buscado reduzir os níveis de toxidade do cultivo da folha, o que levou ao resultado do fumo ser a cultura comercial que menos consome agrotóxicos no Brasil, segundo o Anuário Brasileiro do Tabaco (2009) e Sinditabaco (2010). A FIGURA 6 ilustra a posição do tabaco no ranking do uso de defensivos agrícolas, por parte de culturas ditas comerciais:

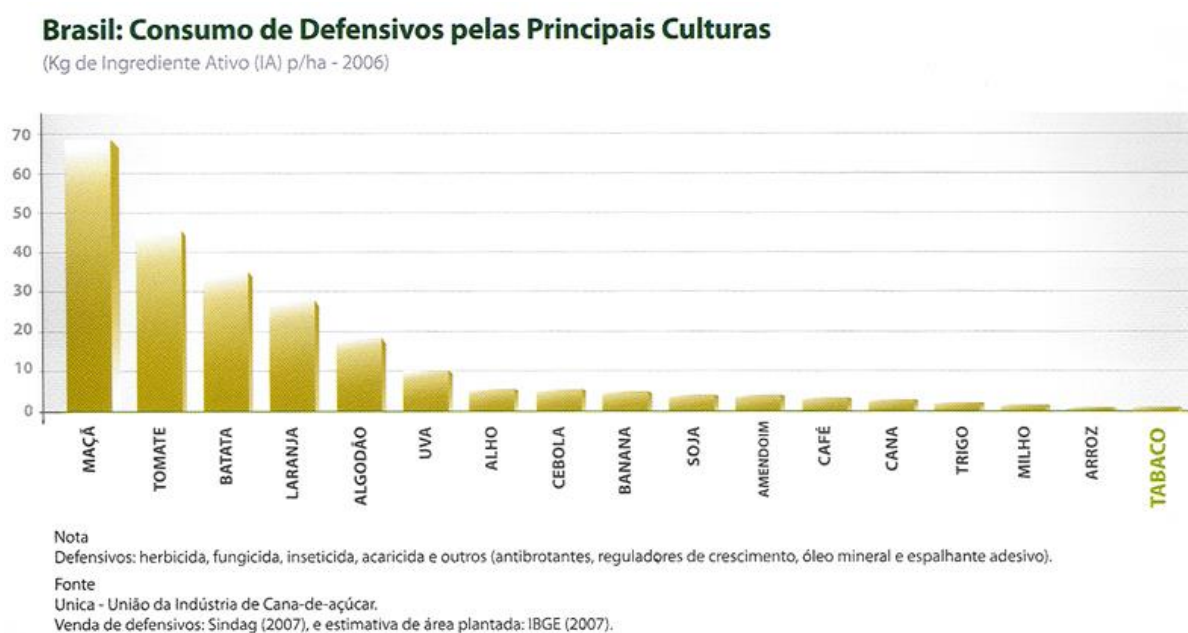


Figura 06: Emprego de defensivos em culturas selecionadas – Brasil – 2006 (kg de ingrediente ativo por hectare)

Fonte: SindiTabaco, 2013

²⁶Os inseticidas e acaricidas utilizados na cultura do fumo são, em sua maioria, organofosforados. Os agrotóxicos necessários são: inseticidas, fungicidas, herbicidas raticidas, acaricidas, nematocidas, mulosquicidas e fumigantes (CARVALHO JÚNIOR; BINOTTO; PEREIRA, 2005). A lista completa pode ser observada no (ANEXO C) deste estudo.

De acordo com o gráfico retirado do sítio do Sinditabaco, os dados expressam que a cultura da maçã é a que mais usa defensivos agrícolas. A queda no uso dos agrotóxicos (ou, ingredientes ativos), caiu, na cultura do tabaco, de 6,6 kg/ha, em 1990, para 1,1 kg/ha, na safra 2012/2013. De acordo com o orientador, apesar de reduzida a utilização química na produção de fumo, existe riscos de agrotóxicos como em qualquer outra atividade, desde a nicotina gerada pela planta. Entretanto, o agricultor está ciente de que estão 100% protegidos se utilizar os Equipamentos de Proteção (EPI) adequadamente:

Temos que usar aqueles EPI sempre que lidamos com o fumo. Se um dia resolvermos ir pra lavoura sem utilizar os EPI e o técnico ou alguém da Souza Cruz ver, podemos perder toda a produção e quebrar o contrato, seria um prejuízo e tanto. [...] Até mesmo as embalagens dos agrotóxicos, temos que devolver pra Souza Cruz. Antigamente era comum ver nos matos os “tambor” de veneno jogados; com a Souza Cruz tem que ser tudo certinho. Ainda tem outras empresas que não fiscalizam. Mas com a Souza Cruz ou leva a sério ou então cai fora. (PRODUTOR E)

Tanto o uso indicado dos EPI e dos defensivos na fumicultura compõe as regras do ambiente institucional do CAI Fumageiro, que combina as relações entre fumageira e fumicultor, sendo esta uma ferramenta necessária na promoção do desenvolvimento das atividades econômicas, bem como as ações políticas, legais e sociais que governam a base de produção, troca e distribuição (WILLIAMSON, 1996 apud SILVA, 2010); De acordo com Orientador, o setor de produção de tabaco, é o único em que o Ministério Público cobra da indústria as irregularidades cometidas pelo agricultor. Em todos os outros setores, a cobrança é direta ao agricultor.

Dessa forma, a empresa estipula “normas” no contrato com penalidades a fim de evitar transtornos com o ministério público, como é o caso da utilização dos EPI e do descarte das embalagens. Assim, a empresa atua no controle da produção através dos relatórios do técnico, de modo que consegue prever com antecedência quanto será gasto de insumo, a quanto será necessário produzir para suprir a demanda do mercado externo e interno e, com isso consegue atingir suas metas de preço e demanda.

Com as argumentações do instrutor e observando as manifestações dos agricultores em defesa da empresa, é notória a credibilidade e confiança do agricultor “eles agem dentro da lei!”, “a atividade é menos prejudicial do que qualquer outra, pois leva menos veneno que a soja, que o tomate, que as verduras, e esse todo mundo come”. Ainda, nesse contexto, o produtor D destaca a importância do orientador no processo produtivo: “acredito ser muito

importante o trabalho do técnico, ele vem na propriedade no mínimo uma vez por mês, garante todos os cuidados necessários para que haja uma boa safra, e tudo o que vê aqui leva para a Souza Cruz”.

Nesse aspecto, o instrutor de fumo possui papel fundamental desde o início da cadeia produtiva do fumo. Ele participa do processo de expansão do fumo, levando ao conhecimento dos agricultores esse mercado e os benefícios de estar vinculado a ele. Conforme Silva et. al., (2002, p.165), “[...] o orientador age como um gerente que monitora a produção, inspecionando e verificando os níveis de produtividade, como se estivesse em uma fábrica, dentro da ideia de industrialização da agricultura de serem desenvolvidas atividades como se fosse “uma indústria a céu aberto””.

Para os fumicultores, o instrutor atua na segurança da safra, pois participa de todo o processo produtivo. “Pagamos o seguro da AFUBRA, contra vendaval e granizo, e é por meio dos relatórios do técnico que recebemos o seguro quando a produção é afetada”. Isso ocorre do seguinte modo, ao assinar o contrato, o fumicultor também contrata o seguro diretamente com a fumageira. Esse seguro fornece cobertura contra vendavais, granizo e auxílio funeral em caso de morte. Assim, caso ocorra algum desses incidentes prejudicando a safra, a certificação é fornecida pela fumageira por meio dos relatórios do instrutor de fumo.

O técnico veio depois do transplante, e observou a lavoura e a qualidade dela; 10 dias depois dá um vento ou granizo e destrói uma parte, então chamamos o técnico e ele informa para a Souza Cruz o que aconteceu, e então receberemos também pela parte danificada, e assim até o final independente do que aconteça. [...] a gente não perde nada. (PRODUTOR B)

Contudo, segundo o orientador o trabalho técnico de vistoria ocorre durante todo o processo produtivo. Os dados são enviados para a empresa em tempo real, e o agricultor fica frente a frente com o sistema no qual o técnico alimenta, “é esse controle que mantém o volume de produção da Souza Cruz como um dos melhores do país” (ORIENTADOR SOUZA CRUZ, 2013). Além disso, segundo o orientador, a Souza Cruz está lançando um “Canal do Produtor”, um projeto piloto em fase de teste, que deverá proporcionar ao produtor a gestão própria de sua propriedade, “ele mesmo poderá ter acesso a sua conta, calcular o insumo que irá precisar quanto irá produzir e tudo em tempo real, solicitar assistência técnica, manter contato com a empresa diariamente”.

Com tantos benefícios da integração aliados a estratégia para atrair fumicultores questionou-se ao instrutor sobre haver alguma pressão ao agricultor para permanecer ou sair da atividade, uma vez que as metas da empresa são aumentar a produção, no mínimo 20% por ano nos próximos 04 anos.

De acordo com o instrutor, não existe pressão, o que existem são direitos e deveres tanto do produtor quanto da indústria, “é uma via de mão dupla”, onde cabe aos atores deste complexo fazê-la cumprir.

Sobre esse respeito os fumicultores não se sentem pressionados a sair do SIP, pelo menos do ponto de vista da fumageira que oferece todo o aporte necessário para que o agricultor produza. Desse modo perguntou-se aos agricultores quais as expectativas para o futuro, se a cultura do fumo permaneceria em seus planos preservada como ocorre nos dias atuais.

Quatro das seis famílias entrevistadas responderam que sim (FIGURA 7), e que ainda em alguns casos pretendem aumentar a área, em razão da valorização da cultura. “[...] o fumo nunca foi tão bem pago como este ano, e segundo a Souza Cruz, os valores tendem ainda a aumentar”.

As outras duas famílias, uma como já comentado anteriormente devem substituir a atividade por uma atividade não agrícola, e a outra família sinalizou, mas ainda com incerteza a substituição total da atividade pela produção leiteira daqui alguns anos, sendo que a prioridade é utilizar a renda do fumo para quitar dívidas.

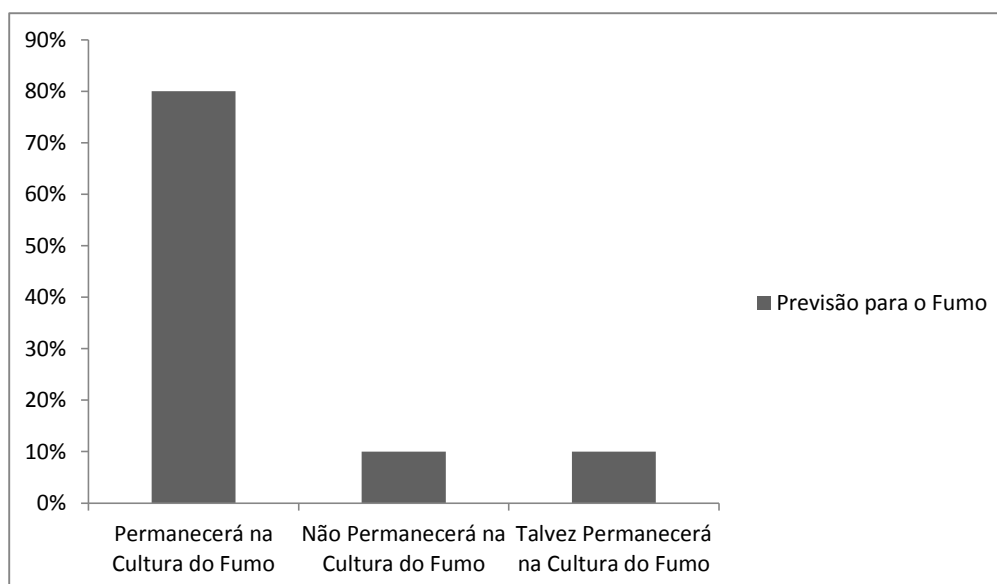


Figura 7 – Perspectivas Futuras para a Cultura do Fumo

Fonte: Trabalho de Campo 2013.

Enfim, o caráter diversificado da produção familiar, com venda do excedente aliado a cultura do fumo provavelmente é a forma de muitas unidades familiares poderem resistir às

pressões dos atuais preços baixos pagos às mercadorias produzidas. No caso em questão, sempre foi política das agroindústrias firmarem a importância da diversificação ao lado do fumo, uma vez que serve de promoção e segurança da integridade dos núcleos familiares e de capacidade de reprodução da família integrada (TEDESCO, 2001, apud LIMA, 2007). De acordo com o orientador “a fumicultura “casa” muito bem com a produção do leite e a produção de citros”. A combinação de atividades, com a produção comercial (a lavoura de fumo) “[...] é uma estratégia do capital para o rebaixamento dos custos monetários da produção” (VOGT, 1997, p. 164), na medida em que há a possibilidade de aproveitar a mão-de-obra ocupada no fumo para outra atividade.

Entretanto, apesar da maior parte dos produtores acreditarem no futuro promissor da cultura refletido em sua ambição e dedicação em permanecer na atividade, esse resultado permeia outra discussão, onde o fator principal é a preocupação com as ações de combate a produção e o consumo do tabaco.

O produtor rural deverá enfrentar as adversidades inerentes não somente a produção e ao financiamento dos custos operacionais das atividades, mas principalmente às expectativas futuras com relação às cotações dos preços dos produtos agrícolas, influenciados por tendências históricas, sazonalidades da produção e movimentos especulativos causadores de oscilações significativas dos preços (MIELE; WAQUIL; SCHULTZ, 2010 p.35).

Desse modo, analisando a comunidade, entende-se haver pouco preparo por parte dos fumicultores para enfrentar possíveis crises no setor, já que em razão a inúmeros fatores descritos neste estudo, os fumicultores não estão dispostos a produzir outra cultura que lhes assegurem a renda, pelo menos no período atual. A exceção é o leite, que vem trazendo resultados significativos, conforme anteriormente descrito.

Porém cabe observar aqui que a proximidade com a cultura do fumo induz ao despreparo ao exercer outras atividades, o que aumenta a dependência na atividade.

Contudo, existem outros fatores que se sobressaem quando analisado as perspectivas futuras na cultura do fumo. A mão-de-obra observada aqui como fator limitante comporta uma análise mais complexa com base em três características: primeira, a atividade exige em determinados períodos a intensificação do trabalho rural; segunda, a mão-de-obra já é limitada, as famílias são pequenas, os produtores ativos estão envelhecendo, e os jovens e futuros agricultores seguem tendências de desvio da atividade rural, ou seja, menos de 50% dos jovens pretendem permanecer no campo; e terceira, a reprodução da população segue tendências nacionais, ou seja, segundo o censo IBGE, as famílias tendem a reproduzir em média menos de dois filhos por casal, uma vez que a taxa de fecundidade caiu de 6,16 em 1940 para 1,9 em 2010.

Nesse contexto, a menos que haja soluções e estratégias que contemplem a deficiência de mão-de-obra, não haverá novas perspectivas para a fumicultura local, tendo em vista que a comunidade estudada não se localiza em região onde essa cultura possua tanta importância econômica de modo geral, ou seja, são poucos e isolados os produtores rurais de fumo, e, de acordo com as organizações locais, não são observadas tendências para aumento de áreas, tampouco de produtores.

4.4 A PERCEPÇÃO DE INSTITUIÇÕES SOBRE O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA FUMICULTURA EM LAJEADO BIRIVA.

Com base nas afirmações descritas nesse estudo buscou-se analisar as percepções das principais entidades e instituições do município que atuam de alguma forma com os fumicultores da localidade.

Para tanto, obteve-se em um contato pessoal com representantes de cada entidade e aplicou-se o roteiro/entrevista 3 anexado no (apêndice C) deste estudo. A primeira parte do questionário aponta para questões físicas da cultura do fumo, e a parte que se segue refere-se ao contexto econômico e social da cultura.

4.4.1 Sindicato dos Trabalhadores Rurais

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), por ser uma entidade que atua em prol da agricultura e do agricultor, com estratégias que incentivam melhorias na agricultura local serviu de ponto de partida na busca de informações que contribuíssem com o tema desta pesquisa.

O STR está inserido no município de Três de Maio desde 1962 e participou de muitos eventos que marcaram a história do município e região. Em relação à fumicultura de modo geral, não houve participação no processo de inserção, uma vez que a cultura veio junto com os processos migratórios, estando presente desde a colonização do município.

Entretanto, houve um momento em que a agricultura local estava em crise, (década de 90), e a cultura do fumo foi empregada como alternativa significativa no contexto econômico, nessa época, o sindicato atuou na divulgação das empresas e do sistema integrado, através de anúncios nos meios de comunicação locais, essas atitudes contribuíram no estabelecimento de indústrias oligopolistas no município e na expansão da atividade.

O princípio da cultura se estabelecer em localidades como Lajeado Biriva, de acordo com o Representante do Sindicato, “a relevância está relacionada às características físicas da localidade”, solo, relevo, clima, “o solo é ondulado e apresenta declividade, o que impossibilita a utilização de máquinas de plantar ou colher” (Representante STR). Esses relevos atraem as fumageiras que ofertam tantos benefícios da integração, de modo que, fica “quase impossível” a família não se sujeitar à cultura.

De acordo com a AFUBRA, 81% dos produtores de fumo que cultivam o produto o fazem em minifúndios de até vinte hectares. Situam-se em áreas de baixa produtividade e de topografia acidentada onde a escassez de terra constitui restrição a opções de emprego e melhoria da renda familiar, nesse sentido a fumicultura tem vital importância, pois se adapta facilmente às condições climáticas e de terras (KONZEN, ROHR, 1988 apud SILVA, 2002).

Contudo, atualmente a área de atuação do STR não abrange a cultura do fumo no município, uma vez que este é de pequeno porte e a atividade não se concentra em grandes áreas, como no caso da soja. A fumicultura aparece juntamente com a diversificação de culturas concentrando-se em pequenas propriedades isoladas no município. Porém o fumicultor está representado atualmente pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado (FETAG), atuando em todas as etapas da cadeia produtiva e nos direitos do agricultor. Atualmente o único vínculo que a cultura do fumo tem com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais são as notas de recebimento do fumo, que o instrutor de fumo da Souza Cruz entrega no sindicato e este repassa ao produtor.

A fumicultura na localidade de Lajeado Biriva, segundo o STR apresenta-se como integrante essencial na formação, da renda do agricultor/produtor, uma vez que, possuem na cultura todas as garantias necessárias para produzir (SILVA e TILMANN, 2009) e ainda a garantia da venda da produção ou do seguro em caso de sinistro, enfim “não há atividade que agregue maior valor ao produto” (Representante STR).

Contudo mesmo a garantia da renda não reporta a cultura como ativo capaz de desenvolver a região, com informações pontuais destaca o representante: “são poucos os produtores, e não há perspectiva de novos entrantes a ponto de criar na região um Polo Produtor”, isso, em razão da mão-de-obra intensificada e pouco mecanizada (VOGT, 1997), uma vez que, a agricultura do município tende a envelhecer, e as famílias seguem a tendência de ter em média dois filhos, ou seja, a mão-de-obra familiar não compete à atividade de modo a torna-la grande representativo econômico para a região, uma vez que existem fatores que configuram “ameaças” destacadas pelo STR.

Essas ameaças estão relacionadas em parte a saúde e ambiente em razão dos agrotóxicos, e mesmo pelas políticas de entrave ao consumo. Entretanto, assim como outras culturas, na fumicultura existem regras (ZYLBERSZTJN, 1994) que se observadas com responsabilidade não remeterão a nenhum tipo de ameaça em se tratando de meio ambiente e saúde. Nesse ponto de vista, a cultura do fumo só pode ser considerada uma ameaça no momento em que o ambiente institucional que envolve todos os segmentos voltados a ela deixar de prevalecer, ou quando houver pressão pelas organizações, ou mesmo pelos atores do complexo na extinção da produção.

Contudo, ao tratar-se do Sistema Integrado e dos direitos e deveres envolvidos nele, não se pode afirmar que os agricultores sejam autônomos, visto que para produzir o fumo, devem seguir as exigências e regras da fumageira, ou seja, as atividades relacionadas aos complexos agroindustriais incidem sobre a agricultura de modo que esta como atividade principal, pode estar subordinada a setores industriais (MULLER, 1989), e essa situação é a que os torna dependentes financeiramente,

Nesse aspecto, acredita-se que em se tratando da atividade de fumo o agricultor esteja dependente financeiramente, uma vez que não há pretensão em deixar de produzir em função da renda. Entretanto, em um contexto geral, observando os 06 produtores entrevistados, todos eles possuem outra cultura que por si só consegue dar conta das despesas mensais, deste modo, deixando ou não de produzir o fumo o agricultor tem como se manter na agricultura, uma vez que terá a oportunidade ou de ampliar a produção de culturas já existentes ou de inserir atividades que intercedam no contexto da renda (STR).

Do mesmo modo, apesar das áreas serem pequenas e pouco maquináveis segundo o representante do STR existem formas de operar outras culturas nessas áreas que também poderão trazer um retorno financeiro, fazendo com que o agricultor deixe de se submeter à fumicultura. Entretanto pesa mais na compreensão econômica, do que a independência e autonomia.

Nesse contexto, o sindicato por si só não possui projetos ativos de diversificação de culturas de fumo, até porque, como já dito antes as propriedades de fumo no município já são diversificadas. Entretanto existe um Departamento da Agricultura Familiar (DAF) ativo em uma cooperativa do município. Este departamento surgiu dentro do Programa Agregação de Renda e Sustentabilidade PARS, e tem o objetivo de colocar no mercado os produtos da Agricultura Familiar.

O Projeto DAF – COTRIMAIO através de parcerias com entidades comunitárias irá desempenhar um papel central na ligação do produtor familiar com os programas

governamentais de aquisição de alimentos, o sistema comercial cooperativo e o mercado em geral.

Para o STR o credenciamento de agricultores familiares no DAF pode ser o princípio para a diversificação das áreas de fumo, bem como, para a autogestão da propriedade rural com expectativa econômica sustentável.

4.4.2 EMATER

A EMATER, em particular não teve nenhuma participação na inserção do CAI fumageiro na região. Desde que a cultura foi inserida, a fumageira é quem determina todas as etapas da cadeia produtiva através da integração vertical (PORTER, 1991), ou seja, define todas as relações internas e externas e tudo que envolve o produtor, de modo que não permite a atuação de outras entidades quando o assunto for referente à fumicultura, uma vez que o propósito é de atingir seus objetivos econômicos (PORTER, 1991).

De acordo com a EMATER, em algumas regiões onde a atividade é mais concentrada, a fumageira trabalha o entorno do fumo articulado com outras entidades, como, por exemplo, a extensão no plantio de eucalipto, citros ou a atividade leiteira, entretanto esse sistema não funciona na região, uma vez que os produtores são poucos e isolados.

A atuação da EMATER é basicamente voltada à extensão rural, que atinge os fumicultores enquanto agricultores, como no caso dos cursos ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), ou mesmo da própria EMATER, “o que eles aprendem com os cursos fornecidos, pode servir de incentivo para migração de cultura ou outra atividade equivalente, além de possuir um melhor aproveitamento das atividades que já possuem, através de técnicas e orientações” (EMATER, Três de Maio), ainda a capacitação do agricultor e a inserção desde em projetos e programas sociais rurais, tem a intenção de dar um suporte prático e ainda prepará-los para caso uma crise no fumo venha a ocorrer. Segundo o representante “não atuamos no fumo, porém também não nos omitimos na prestação de informações e orientações”.

A EMATER como entidade, acredita que o fumo poderia ser uma boa opção de desenvolvimento econômico se houvesse maiores investidores na produção, ou seja, mais fumicultores, o que renderia um bom retorno tributário fortalecendo o desenvolvimento da região. Contudo, enquanto comunidade, o que impede um maior desenvolvimento é a falta de mão-de-obra (GRAZIANO DA SILVA, 1994), como colocado por todos os entrevistados, além da realidade de cada família. Isso significa de acordo com a Emater, para um agricultor

se integrar a fumageira, é preciso no mínimo, que tenha mão-de-obra suficiente, e uma estrutura física mínima, caso contrário não será tão satisfatório quanto parece.

Nesse contexto, o fumo apresenta-se como parte imprescindível na formação da renda de acordo com a Emater, principalmente quando comparada a outras culturas, “em outras culturas o agricultor está exposto a intempéries climáticas, precisa buscar assistência técnica e ainda procurar um mercado disposto a comprar sua produção; isso não acontece com o fumo, pois a empresa integradora garante tudo isso antes mesmo do início do cultivo”. O reflexo social nesse contexto recai ao produtor, uma vez que não percebe que estando ele subordinado a empresa, perde sua autonomia, além de depender financeiramente da fumageira (FIGUEIRA, 1979).

O ponto alto desta questão argumenta o representante da Emater, é que o agricultor à medida que assina um contrato com a empresa está sujeito às imposições desta, que se referem a volume de produção, qualidade e preço (FERREIRA, 1995). Um exemplo observado é quando o agricultor envia o fumo enfardado e classificado para a empresa. De acordo com a Emater, o agricultor não pode “fiar-se” em sua classificação na composição do preço final, pois ao chegar à fumageira o fumo é novamente classificado, e essa reclassificação exerce influência diretamente no preço. “De modo geral, a existência de poucos compradores e a baixa diferenciação dos produtos implicam baixo poder de negociação do agricultor, com consequências para sua rentabilidade” (MIELE; WAQUIL; SCHULTZ, 2010 p.16). Essa característica também pode ser considerada oportunismo por parte da fumageira, que utiliza o sistema SIP para influenciar no preço, segundo Zylbersztajn (2000), visto que esse fator caracteriza a racionalidade limitada, e oportunismo, no sentido de ações que promovam a obtenção de rendas associadas à transação realizada.

Contudo, para a EMATER, a produção do fumo nos moldes atuais, tomando o município como o alvo em tempo e espaço, seria opcional. “O agricultor produz o fumo pelo único motivo: retorno financeiro garantido e pouca preocupação quanto a questões técnicas e econômicas que chegam ao seu alcance sem que este mova uma “palha””. O representante explica que, mesmo com o relevo ondulado, algumas famílias desta comunidade já provam que existem outras culturas independentes que geram retorno produtivo. A mais referida é a produção de leite, através da análise da propriedade do PRODUTOR B deste trabalho.

Com o incentivo correto, qualquer cultura apropriada à região pode oferecer tanto rendimento quanto o fumo, isso significa que os resultados econômicos obtidos da fomicultura só são satisfatórios por que há assistência técnica periódica.

4.4.3 Prefeitura Municipal de Três de Maio: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente foi entrevistada a técnica responsável pelo serviço de assistência técnica e acompanhamento junto às famílias rurais de Lajeado Biriva, porém a assistência técnica prestada por ela nada tem a ver com a fumicultura, mas sim com a produção de leite.

As quatro primeiras questões da entrevista 4 tiveram respostas semelhantes a das outras entidades entrevistadas. Ou seja, a entidade não atuou na inserção da fumicultura no município, e nem atua especificamente na cultura do fumo, porém concorda que as áreas cultivadas são propícias tanto para o fumo quanto para o leite, com exceção de áreas que apresentem umidade.

A Secretaria de Agricultura atua junto com a prefeitura no sentido de promover e ampliar o Programa Balde Cheio²⁷, através de orientação sobre a bovinocultura de leite, pastagens, crescimento da bezerra e manutenção das matrizes, neste contexto coube identificar as ações voltadas à diversificação das áreas. Assim, além da assistência técnica no Programa de Melhoramento do leite “balde cheio”, a prefeitura ainda atua no programa de abertura de micro açudes e bebedouros, e em parceria com o DAF.

A fumicultura de acordo com a técnica possui uma característica importante que se encaixa junto com a produção leiteira, de modo que financeiramente uma complementa a outra e fisicamente uma não ocupa o espaço físico da outra (SOUZA CRUZ, 2013), desse modo é propícia ao desenvolvimento da região, uma vez que agrega mais renda, “os agricultores podem investir mais nas suas propriedades, melhorando a estrutura e qualidade de vida”. Contudo, apesar de importante no contexto econômico, não é essencial na formação da renda, “importante sim, mas essencial não! Eu diria ser essencial se as famílias não conseguissem sobreviver sem a produção do fumo, entretanto, as propriedades não podem ser comparadas a 15 ou 20 anos atrás quando realmente não havia opções culturais” Argumenta a técnica.

Existe aqui uma contradição característica do sistema de integração em contraste com a modernização. De acordo com a técnica, as famílias conseguem sim por si só manter suas

²⁷ O Programa Balde Cheio é uma metodologia inédita de transferência de tecnologia que contribui para o desenvolvimento da pecuária leiteira em propriedades familiares. Seu objetivo é capacitar profissionais de extensão rural e produtores, promover a troca de informações sobre as tecnologias aplicadas regionalmente e monitorar os impactos ambientais, econômicos e sociais, nos sistemas de produção que adotam as tecnologias propostas. Mais informações <http://www.cppse.embrapa.br/balde-cheio>

necessidades básicas apenas com a reprodução financeira do leite; já para os fumicultores, o leite não satisfaz suas necessidades, ou seja, as necessidades atuais superam a renda obtida pela agricultura, podendo o agricultor estar sujeito até mesmo ao abandono rural (GRAZIANO DA SILVA, 1994).

Além do êxodo rural, existem outras ameaças apontadas pela entidade capaz de extinguir a cultura no município. A principal delas segundo a entidade é a autonomia do agricultor, uma vez que subordinado da indústria deve seguir as exigências por ela proposta. “O agricultor perde autonomia no momento em que obedecem as restrições da empresa; as garantias geram a manipulação da autonomia”.

Nessa discussão o agricultor é visto como dependente da indústria (MULLER, 1989), uma vez que o retorno financeiro é satisfatório, entretanto, a autonomia perde espaço para o capital (AUED, 1999), visto que “não vão largar tão cedo”, argumenta a técnica, além disso, cabe ressaltar que existem as estratégias da indústria que propõe ao agricultor inúmeros benefícios fazendo-o nem perceber que está cada vez mais subordinado da empresa, como no caso dos financiamentos de equipamentos e bens em até 5 anos para pagar através da fumageira.

A saída desse sistema na opinião da entidade é apostar mais em outras atividades de geração de renda, como é o caso do leite já existente em todas as propriedades visitadas, uma vez que a tendência deste mercado é crescer em razão da empresa de beneficiamento instalada no município, a Brasil Foods.

Nesse contexto segundo a técnica a cultura do fumo deixa de se tornar uma necessidade, passando a ser uma opção, pois opções de culturas e sobrevivência no meio rural sempre existiram e hoje são mais bem aceitas como é o caso do leite, “na verdade eles estão acostumados a ganhar o retorno do fumo, por isso o receio e resistência em substituir a cultura”.

De todo o modo, para a técnica a cultura do fumo não deve ser desprezada, uma vez que representa papel importante na vida dos agricultores. Se por um lado o oportunismo da empresa ameaça a autonomia do agricultor, por outro este consegue melhorar seu padrão de vida e ainda que dependente economicamente, incentiva a permanência na agricultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou observar os impactos socioeconômicos da fumicultura na diversificação das propriedades rurais na localidade de Lajeado Biriva, município de Três de Maio, através da análise da estrutura da cadeia produtiva do fumo, tendo em vista as questões socioeconômicas das propriedades de fumo e a percepção dos atores e representantes de entidades envolvidas na agricultura local. Para tanto inicialmente fez-se uma revisão bibliográfica articulando conhecimentos teóricos sobre a evolução da fumicultura no Rio Grande do Sul e no Brasil com a evolução agrária na localidade pesquisada onde, constatou-se que a cultura do fumo que predomina hoje na comunidade, foi inserida nos sistemas produtivos agrícolas como estratégia para minimizar os impactos econômicos ocorridos entre 1960 e 1980 decorrentes do processo de modernização.

Conforme os objetivos apresentados neste estudo constatou-se que a cultura do fumo não impede a diversificação das propriedades rurais, visto que elas sempre foram diversificadas, porém limita a expansão de outras atividades agrícolas e de autoconsumo, uma vez que a mão-de-obra necessita ser racionada para atender toda a demanda agrícola. Portanto, cabe lembrar que toda atividade agrícola necessita no mínimo de uma estrutura que a comporte e de mão-de-obra para desenvolvê-la, problema este apontado pelos produtores.

Ressalta-se que as propriedades estudadas atuam no Sistema Integrado de Produção, e, conforme a literatura apresentada constatou-se que a natureza capitalista da exploração agrícola integrada é a razão de produzir pelo retorno financeiro e pelas garantias características desse sistema. Porém observou-se que a razão mais adequada no contexto da comunidade de Lajeado Biriva pode estar direcionada a uma atitude estratégica de reprodução da agricultura familiar, visto que a fumicultura só representa a atividade principal se articulada em conjunto com o leite, no entanto observa-se que o lucro excedente da produção do fumo normalmente é empregado na propriedade e na especialização de outras atividades agrícolas.

Nesse contexto, a análise também evidenciou que ao longo dos anos, a fumicultura permitiu que alguns agricultores transformassem atividades de autoconsumo em fontes de renda agrícola, como é o caso do leite, introduzindo novas tecnologias e ampliando a produção. Assim o agricultor não depende somente de uma fonte de renda para equilibrar suas receitas e despesas.

No que se refere à subordinação e oportunismo no CAI Fumageiro, outra questão pontual deste estudo, constatou-se que a agricultura permanece subordinada à medida que se

submete as regras e imposições da indústria, ou seja, os agricultores estando vinculados a fumageira devem produzir de acordo com o que foi estabelecido em contrato previamente assinado, estando sujeito a penalizações semelhantes às previstas nas relações entre patrão e empregado. Observou-se também, que a indústria permanece presente em todo o processo produtivo do fumo, fornecendo os insumos e toda assistência técnica necessária para produção, desse modo, a análise evidencia esse método como forma de controlar a demanda, a oferta, o preço e os insumos fornecidos, o que pode resultar em oportunismo uma vez que gera maior poder de barganha para a fumageira.

Contudo, observa-se neste estudo, que a permanência na atividade está relacionada a fatores econômicos, porém ainda que aparente muito rentável a cultura diante das demais atividades rurais, esta análise evidencia que o agricultor permanece com uma parcela que não ultrapassa 4% do total arrecadado ao final da cadeia produtiva, ou seja, parcela irrisória se comparada à fatia direcionada ao governo e a indústria.

No entanto, embora haja muita divergência de opiniões entre os atores da cadeia produtiva relacionado ao impacto econômico provocado pela atividade, verificou-se nas propriedades estudadas, que a cultura do fumo surge como alternativa “presente” eficaz no acúmulo de capital. Entretanto, os resultados da pesquisa também consideram que não há como prever o futuro dentro do CAI Fumageiro na comunidade estudada, uma vez que à medida que esse mercado se expande, cresce também as políticas em favor da saúde, considerando que o fumo não é uma cultura alimentar e muitos estudos atribuem ao seu consumo efeitos maléficis.

Contudo, ainda que essa cultura permaneça por mais algum tempo, observam-se características que a limitam. Embora as indústrias fumageiras batalhem para expandir a produção com vistas ao mercado externo, a mão-de-obra é observada como principal fator limitante, uma vez que se submete ao êxodo rural e ao envelhecimento populacional.

Nesse contexto este estudo demonstra que existe participação ativa de instituições públicas e privadas na agricultura local. Algumas delas optam por adotar estratégias no intuito de promover a agricultura familiar como um todo através de programas e projetos como é o caso do Departamento da Agricultura Familiar DAF e do Programa Balde Cheio. Essas estratégias embora não sendo específicas ao fumicultor, podem contribuir para especialização do mesmo de modo que este possa ter opções caso alguma crise ocorra no setor fumageiro que dificulte sua reprodução.

Por fim, a falta de tempo e de recursos físicos e financeiros permitiu que a investigação realizada sobre a fumicultura ocorresse em um campo restrito, com fumicultores de perfis

semelhantes e que atuam com a mesma indústria fumageira, o que limitou a comparar resultados em termos gerais de estrutura fundiária, capacidade produtiva e situação econômica. Ainda, esta análise não adentrou intimamente em questões ambientais e de saúde que envolve o Complexo Agroindustrial Fumageiro, no entanto considera-se importante o aprofundamento deste estudo, sendo estas, questões atuais de discussão no mundo inteiro e que podem desencadear possíveis crises no complexo agroindustrial do fumo. Em face dessas questões, eis aí um bom motivo para posterior desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em perspectiva - SEADE. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73 - 78, 1997.

ALMEIDA, G. E. G. **Fumo: Servidão moderna e violações de direitos humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

ALICE web. Disponível em <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em 25/03/2013.

AUED, Idaletto, Malvezzi. In: AUED, Bernadete (Org). **Capital e emancipação humana: o ser social. In: Educação para o (des) emprego**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BATALHA, M. O. (coord.) **Gestão Agroindustrial 1: GEPAI: Grupo de estudo e Pesquisas Agroindustriais**. São Paulo: 3ª Edição Atlas, 2009. p 770

DECRETO 5.658 de 02 de Janeiro de 2006. **Promulga a Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5658.htm> Acesso: 24 de mar. de 2013

DESER - **Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais**. Ano III - Nº 04 - Dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=85> Acesso em 12 de mar. 2013.

EMATER, Três de Maio. Entrevista “2” às entidades.

ETGES, Virgínia. **O Impacto da Cultura do Tabaco no ecossistema e na saúde humana**. Editora textual vol 1 nº1 pag 14-21, UNISC – Porto Alegre, 2002

FIGUEIRA, Goldfarb. Fani. Separando o joio. **Cooperativas de trigo: capitalização da agricultura**. Dissertação de mestrado, Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1979.

FISCHBORN, Herbert. **Dinâmica Socioeconômica dos produtores de fumo de Caraá – RS**. PLAGEDER, Santo Antônio da Patrulha, 2011 GERHARDT, Tatiana E; SILVEIRA, Denise T. **Métodos de Pesquisa**. Série Educação à Distância. Editora da UFRGS, 2009, Porto Alegre, 120 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da Universidade - UFRGS, 1999. 238 p.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996, p. 01 - 40.

_____. **A modernização dolorosa estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 192p.

IÓRIO, M. C. de O. A modernização agroindustrial: sindicalismo ante uma versão agrária da terceirização. In: MARTINS, H. de S.; RAMALHO, J. R. **Terceirização e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: HUCITEC: CEDI/NETS, p.137-152, 1994.

IBEGE. < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de mai/2013.

KAGEYAMA, Angela (coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas, s.n. 1987.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Editora Atlas S.A, 6ª edição 2009, São Paulo, 314 p.

LIEDKE, Elida R. **Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul. 1977**. 130 f. Dissertação (Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília) - Universidade de Brasília, Brasília. 1977.

LIMA, Leonardo Guedes da. **Desenvolvimento e Relações de Trabalho na fumicultura Sul-Brasileira**. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 190-225

MAPA –Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Brasil Projeções do Agronegócio 2010/2011 a 2020/2021**, 2011. Disponível em < <http://www.agricultura.gov.br> >. Acesso: dezembro/2012

MIELE, M; WAQUIL, P. A; SCHULTZ. **Mercados e Comercialização de Produtos Agroindustriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011 80p.

_____. **Mercados e Comercialização de Produtos Agrícolas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010 71p.

MÜLLER, Geraldo. **O Complexo Agroindustrial brasileiro**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Escola de administração de Empresas. 1981.

NARDI, Jean Baptiste. A história do fumo brasileiro. Rio de Janeiro: ABIFUMO, 1985. 40 p.

OBSERVATORIO DA POLITICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/status_politica/fumicultura_e_saude>. Acesso: 23 mar 2013

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A produção Gaúcha de Fumo. In: _____RS: Agropecuária Colonial & Industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. Cap. 6. P. 192-213.

PORTER, Michael E. Estratégia competitiva. **Técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Tradução de Elizabeth Maria de Pinho Braga. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus,1991.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS DE MAIO. Secretaria Municipal de Agricultura. Entrevista 2.

RESOLUÇÃO CONAMA N° 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html> Acesso em: 20 mar. 2013

RIBEIRO, Ana Raquel; RODRIGUEZ, Luiz Carlos Estravitz; ZYLBERSZTAJN, Décio. **Abastecimento de Madeira para a produção de celulose: uma aplicação de economia dos custos de transação.** Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, SOBER. V.38, n.4, p.9-28, out/dez. 2000

SEFFRIN, Guido. **O fumo no Brasil e no mundo.** Santa Cruz do Sul; AFUBRA, 1995.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TRÊS DE MAIO. Entrevista 2.

SENADO FEDERAL. **Agenda 21 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições, 2001.

SILVA, Leonardo Xavier da. TILLMANN, Eduardo André. **Exportações e eficiência competitiva da cadeia brasileira do tabaco: vantagens comparativas reveladas e orientação regional.** Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/691.pdf>>. Acesso em novembro de 2012.

SILVA, Leonardo Xavier. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação.** Porto Alegre: UFRGS, 2002. (tese de doutorado em Economia).

SILVA, Leonardo Xavier; BORGES, Renata de Lacerda Antunes. **Interpretações e análise das relações contratuais e da interdependência na cadeia agroindustrial do Tabaco sul-brasileiro.** Ano 2010, 23 p.

SINDITABACO. **Tipos de Tabaco.** Santa Cruz do Sul, SC, [2009?]. Disponível em: <http://www.temsite.com.br/sites/sindifumo/index.php?option=com_content&task=view&id=924&lid=1&Itemid=719>. Acesso em: 2 fev. 2013.

SOUZA CRUZ S/A. **Relatório da Administração. Exercício findo em 31 de dezembro de 2012.** Disponível em: < <http://www.souzacruz.com.br>> Acesso: março/2013.

SOUZA, Raquel Pereira. **Convenção – Quadro para o Controle do Tabaco: Reflexões sobre o futuro da fumicultura no Brasil.** Apresentação Oral-Instituições e Desenvolvimento Social na Agricultura e Agroindústria. Grupo de Pesquisa: Instituições e Desenvolvimento Social na Agricultura e Agroindústria. Universidade Estadual de Campinas – São Paulo. Porto Alegre – 2009

THOMAS J. A. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana. Uma contribuição do entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. 1996.** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

VOGT, Olgário P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS : 1849 - 1993.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. 283 p.

TRÊS DE MAIO. **Dados do município.** Disponível em: <<http://www.tresdemaio.com.br>> Acesso: março/2013.

UNIFUMO. **Cultura do fumo.** [Pouso Redondo, SC], [20--?]. Disponível em: <<http://www.unifumo.com.br/?pg=4>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 21 - 55.

_____. **O camponês: um trabalhador para o capital.** Cadernos de Difusão de Tecnologia - Publicação do Departamento de Difusão de Tecnologia da EMBRAPA, Brasília, v. 2, n. 1, p. 13 - 78, jan./abr. 1985.

WILKINSON, John. **Agricultura familiar e mercados velhos e novos.** Rio de Janeiro, UFRRJ/2009. Disponível em: <https://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/7893/textosComplem/j_wilkinson_agricultura_familiar_e_mercados.pdf>. Acesso, novembro de 2012

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições.** Tese de Livre Docência, Departamento de Administração. FEA/USP, 238 p., 1995.

APÊNDICE A – ENTREVISTA AO PRODUTOR RURAL

Entrevistas para levantamento de Informações

Entrevista 1 – aplicação junto ao produtor rural de fumo de Lajeado Biriva

Nome

Idade.....Escolaridade.....

Nº de membros da família.....Posição no grupo familiar.....

Membros:

_____ Idade:_____ Escolaridade:_____ Posição:_____

_____ Idade:_____ Escolaridade:_____ Posição:_____

_____ Idade:_____ Escolaridade:_____ Posição:_____

Propriedade:

1. Qual a forma de posse da terra?

() Proprietário () arrendatário () meeiro () outro. Qual _____

2. Qual o tamanho da propriedade?

3. Qual é a atividade principal desenvolvida na propriedade?

4. Quais delas se destinam ao consumo?

5. Quais delas se destinam a comercialização?

6. Há quanto tempo o (a) Sr.(a) cultiva o fumo?

7. Qual a área destinada para o cultivo do fumo?

8. Qual é o destino da produção de fumo?

9. Quantas pessoas do grupo familiar trabalham na produção de fumo?

10. Há contratação de pessoal para trabalhar no cultivo do fumo? Se há, qual o número de pessoas, em qual etapa da produção, e qual período?

11. Na produção do fumo, recebe assistência técnica? Se sim, quem fornece? Com que frequência?

12. Como o (a) Sr.(a) se relaciona com a fumageira?

13. Em sua opinião, a cultura do fumo pode ser considerada uma ameaça ao meio ambiente, ou a saúde das pessoas?

14. Normalmente, qual a quantidade de fumo produzido em sua propriedade?

15. Está satisfeito(a) com o retorno financeiro da fumicultura?

16. A cultura do fumo gera segurança ao produtor? Explique.

17. Em sua opinião o cultivo do fumo, motiva as famílias a permanecerem no campo?

18. De onde vem à renda de sua propriedade? Em percentual, como você distribuiria a renda da propriedade:

Atividade	Percentual R\$
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

19 O (A) Sr.(a) está satisfeito com o retorno financeiro que o fumo proporciona?

20 A atividade continua em seus planos futuros? Explique

21 Em sua opinião, existe algum motivo que pode fazer os agricultores não mais cultivar o fumo?

APÊNDICE B – ENTREVISTA AO INSTRUTOR DA SOUZA CRUZ

Entrevista para levantamento de Informações

Entrevista 2 – Entrevista para aplicação junto as Entidades

Entidade: SOUZA CRUZ

1. Quais os benefícios do cultivo do fumo?
2. Quais as relações de ocupação e produção (físicas) e financeiras estabelecidas entre empresa e produtor rural?
3. A cultura do fumo, nos moldes da empresa, pode oferecer riscos a saúde do produtor rural?
4. A cultura do fumo, nos moldes da empresa, pode oferecer riscos ao ambiente e seu entorno?
5. Em sua opinião, a relação contratual exerce pressão ao agricultor que deseja se desligar da empresa?
6. As propostas atuais de diversificação da produção são consideradas ameaça a cultura do fumo?
7. Existe o sentimento de insatisfação em relação à produção agrícola, indústria (a montante e a jusante do processo produtivo) ou outra instituição veiculada ao produto fumo?
8. Existe técnicas e/ou estratégias usadas pela fumageira para manter o agricultor na agricultura?

APÊNDICE C – ENTREVISTA APLICADA A ENTIDADES

Entrevista para levantamento de Informações

Entrevista 3 – Entrevista para aplicação junto as Entidades

Entidade: _____

1. A entidade teve participação na inserção da cultura do fumo da região?
2. A fumicultura é considerada adequada para o tipo de solo, relevo, clima?
3. Existem ações específicas em prol dos produtores de fumo?
Se sim, qual(is): _____
4. Qual a atuação da entidade junto aos produtores de fumo?
5. A cultura do fumo é propícia ao desenvolvimento da região?
6. A fumicultura pode ser considerada essencial na formação da renda do agricultor?
7. Em que situações a cultura do fumo pode representar uma ameaça?
8. Em sua opinião, a cultura do fumo causa dependência financeira?
9. Diversificar áreas de cultura do fumo é uma boa opção para o agricultor?
10. Existe projeto de diversificação de áreas de cultura do fumo ativo na região, ou programas de incentivo a outras culturas?
11. A adesão e permanência na atividade de produção de fumo em Lajeado Biriva se caracteriza por:
12. Em sua opinião os agricultores estão preparados para uma possível crise no complexo Fumageiro?
13. Existe alguma ação, projeto ou programa que incluam os agricultores fumicultores de Lajeado Biriva, com o objetivo de prepara-los para eventuais crises no complexo Fumageiro?

APÊNDICE D – RESPOSTAS ENTREVISTA A

TABELA COM AS RESPOSTAS DAS QUESTOES AOS PRODUTORES DE FUMO DE LAJEADO BIRIVA – TRÊS DE MAIO						
	PRODUTOR “A”	PRODUTOR “B”	PRODUTOR “C”	PRODUTOR “D”	PRODUTOR “E”	PRODUTOR “F”
01	Proprietário	Proprietário	Proprietário	Proprietário	Proprietário	Arrendatário
02	10 ha	20,5 ha	08 ha	24 ha	18,5 ha	10 ha
03	Leite e fumo	Leite e fumo	fumo	Fumo	Fumo	Fumo
05	Milho, mandioca, suínos, aves, horta, gado de corte	Milho, mandioca, suínos, aves, horta, gado de corte (angos), ovos, peixe	Milho, cebola, suínos, aves, horta,	Milho, pecuária, peixe. Mandioca, batata, cebola, suínos, aves, horta, gado	Milho, Mandioca, batata, cebola, suínos, aves, horta, gado de corte, uva	Milho, Mandioca, batata, aves, horta, gado de corte,
06	Fumo, leite	Leite, fumo	Leite, fumo, soja	Leite, fumo	Leite, fumo	Leite, fumo
07	03 anos	09 anos desde 2004	03 anos	25 anos	18 anos	15 anos
08	1,3 ha – Burley	02 ha – Burley	2,5 ha – Burley	04 ha – Burley	2,5 ha – Burley	1,5 ha – Burley
09	Souza Cruz	Souza Cruz	Souza Cruz	Souza Cruz	Souza Cruz	Souza Cruz
10	02 pessoas	03 pessoas	03 pessoas	03 pessoas	03 pessoas	02 pessoas
11	Sim. 02 pessoas. Colheita. 10 dias	Sim. 01 pessoa na safra; 02 pessoas na colheita; 20 dias	Sim. 04 pessoas na colheita; 10 dias	Sim. Em todas as fases. Plantação, colheita e despenca. 10 pessoas. 40 dias	Sim. 02 pessoas no plantio e 02 na colheita. 45 dias	Sim. 01 pessoa na colheita, 10 dias
12	Sim. Souza Cruz. Instrutor de Fumo. Cada mês	Sim. Técnico da Souza Cruz. Mensal	Sim. Técnico da Souza Cruz. Mensal	Sim. Orientador da Souza Cruz. Mensal	Sim. Souza Cruz. Instrutor de Fumo. Cada mês	Sim. Orientador da Souza Cruz. Mensal
13	Boas. Cultiva e recebe pela produção	Através do Instrutor, tenho acesso ao que preciso	Boas.	Boas. Me orienta sempre que preciso	Boas. Cultiva e recebe pela produção	Muito boas.
14	A saúde sim. Ao ambiente não.	Só a saúde em função dos venenos. Ao ambiente é menos prejudicial do que as outras atividades.	Não, acredito que é o que vai menos veneno	Não, vai mais veneno na soja, no tomate, no morango, nas verduras,	E a empresa que mais protege, tanto o agricultor quanto ao ambiente. Tem regras para descarte de embalagens.	Não ameaça nada nem ninguém
15	14 mil pés de fumo	31 mil pés. 3.800 kg de fumo	58 mil pés	80 mil pés. 9 mil kg de fumo	40 mil pés	27 mil pés
16	Sim. Faturamento líquido de R\$15.000,00/ano	Sim. Faturamento líquido de R\$21.000,00/ano	Sim. Faturamento líquido de R\$32.000,00/ano	Sim. Faturamento líquido de R\$50.000,00/ano	Sim. Faturamento líquido de R\$30.000,00/ano	Sim. Faturamento líquido de R\$14.000,00/ano
17	Sim. Principalmente na renda	Sim. Garantia que nenhuma outra atividade dá.	Sim. Lucro garantido.	Sim. Garantia de venda e de recebimento	Sim. Lucro garantido.	Sim. Garantias que nem essas nenhuma outra atividade dá.
18	Sim. A renda é boa	Sim. Depois de entregue o fumo em 05 dias o dinheiro tá na conta	Sim.	Sim. Se não fosse o fumo, não estaria no campo	Sim. Se não fosse o fumo, não estaria no campo	Sim. Para a próxima safra queremos aumentar em 3 mil pés a produção
19	50% leite e 50% fumo	60%leite e 40%fumo	Fumo 70% soja 15% leite 15%	70% fumo, 30% leite	70% fumo, 30% leite	70% fumo, 30% leite
20	Sim. Com certeza	Sim	Sim. Se não fosse o fumo estávamos passando dificuldades	Sim. Tudo que tenho devo ao fumo.	Sim. Mas quero investir mais no leite.	Sim. Se não fosse o fumo estaríamos trabalhando de empregados na cidade
21	Não. Vou parar esse ano pois vou trabalhar na cidade de pedreiro, pois recebi uma oportunidade e vou ganhar tanto quanto produzir o fumo	Sim. Pelo menos até terminar de pagar o trator.	Sim. Queremos aumentar a produção por que a Souza Cruz vai melhorar o preço pra quem aumentar	Sim. Vou fazer uma estufa com maior capacidade financiada pela Souza Cruz para aumentar mais a minha produção	Sim. Com certeza, é o que paga minhas contas.	Sim. Não pretendemos parar.
22	Sim. A mão-de-obra principalmente, por esse motivo é que não irei mais continuar	Só a mão-de-obra mesmo. Até ano passado éramos só dois. Esse ano que a filha voltou para ajudar.	O trabalho é bastante, mas a gente se vira como pode	Para mim não. A menos que a pessoa não goste de trabalhar.	Talvez a mão-de-obra.	Sim. A mão-de-obra é muito pesada.

APÊNDICE E – RESPOSTAS ENTREVISTA C

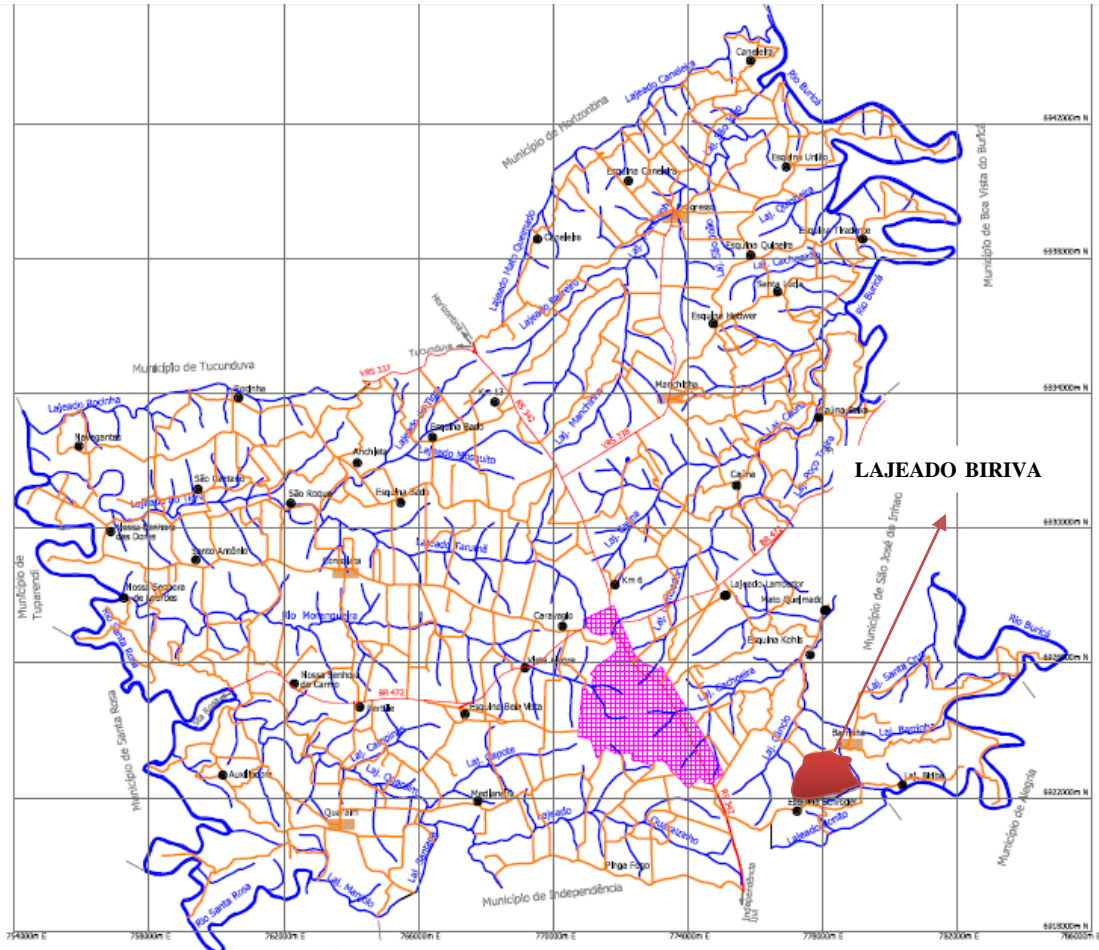
TABELA COM AS RESPOSTAS DA ENTREVISTA 3 APLICADO AS ENTIDADES			
	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	EMATER	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
01	Não	Não	Não
02	Sim	Sim	Sim
03	Não	Não	Não
04	Recebe as notas e repassa aos fumicultores	Não	Não
05	Não	Não	Sim
06	Sim	Sim	É boa, mas não essencial
07	Autonomia do agricultor	Autonomia do agricultor	Autonomia do Agricultor
08	Sim	Sim	Sim
09	Sim	Sim	Não, pois as áreas já são diversificadas.
10	Necessidade e Opção	Opção	Opção
11	Não	Não	Sim
12	DAF, PARS	Ações voltadas a propriedade, bem estar social, higiene, destino dos dejetos, artesanato, culinária, DAF	Não para o fumo; Existe Programa de melhoramento do Leite “Balde Cheio”, e abertura de micro açudes e bebedouros.

Fonte: Elaborado a partir das informações das entidades STR; EMATER; SECRETARIA DE AGRICULTURA, 2013

ANEXO A – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TRÊS DE MAIO

Anexo A - Localização do Município de Três de Maio.
Fonte: Google maps

ANEXO B – LOCALIZAÇÃO DE LAJEADO BIRIVA



Anexo B – Localização de Lajeado Biriva

Fonte: Prefeitura Três de Maio, 2012

ANEXO C – PRINCÍPIOS ATIVOS UTILIZADOS NA CULTURA DO FUMO

Marca Comercial	Substância Ativa	Toxicidade	Fabricante
Acefato Fersol 750 SP	Acefato	IV	Fersol Indústria e Comércio Ltda.
Cefanol	Acefato	III	Sipcam Agro S.A.
Dimetoato CE	Dimetoato	I	Milenia Agro Ciências S.A.
Doser	Clorpirifos	II	DowElanco
Lorsban 480 BR	Clorpirifos	II	Basf S.A.
Mentox 600 CE	Paration metílico	I	Fersol/Prentiss Química Ltda.
Nufos 480 CE	Clorpirifos	III	Cheminova Brasil Ltda.
Orthene 750 BR	Acefato	IV	Hokko/Arysta Life Science
Diafuran 50	Carbofuran	I	Hokko/Arysta Life Science
Furadan 350 SC	Carbofuran	I	FMC Agricultural Products
Furadan 50 G	Carbofuran	I	FMC Agricultural Products
Marshal 50 G	Carbofuran	III	FMC Agricultural Products
Ralzer 50 GR	Carbofuran	I	Fersol Indústria e Comércio Ltda.
Sevin 480 SC	Carbaryl	II	Rhodia-Agro S.A.
Sevin 850 PM	Carbaryl	II	Rhodia-Agro S.A.
Lebaycid 500	Fenthion	II	Bayer S.A.

Agrotóxicos liberados para a cultura do fumo no Brasil - 2005

Fonte: Elaborado por Carvalho Júnior, Binotto, Pereira – UFSC (2005), a partir de DESER (2005).

Nota: A toxicidade dos agrotóxicos, conforme nomenclatura utilizada na tabela acima, é classificada em quatro classes: (I) extremamente tóxico; (II) altamente tóxico; (III) mediamente tóxico; e (IV) muito pouco tóxico (CARVALHO JÚNIOR; BINOTTO; PEREIRA, 2005)

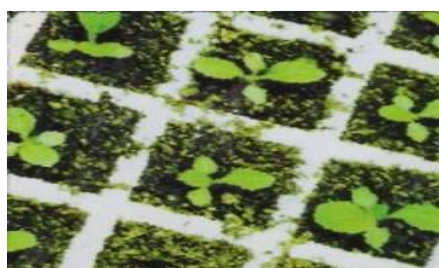
ANEXO D – EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DE LAJEADO BIRIVA

EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS EM LAJEADO BIRIVA – ASCAR/EMATER TRÊS DE MAIO – RS

Períodos	AGRICULTURA características	SOCIOCULTURAL	SOCIOECONOMICO	INFRAESTRUTURA	SUSTENTABILIDADE	ESPAÇO DA MULHER	CRISES	Fatos Marcantes
1920 A 1945	Mata nativa; caça; pesca; pesca; tração animal; serviço manual; picadas; sistema de derrubada-queimada; vertentes e rios; alimentos produzidos para o consumo (diversificação)	Criação da Sociedade Entrada Barrinha (bailes e encontros religiosos católicos e IECLB); predomínio da etnia alemã; criação de duas escolas (Barrinha e Lajeado Silva); predomínio de costumes rígidos; construção de moradias (puxirão); troca-troca de carne.	Fumo; suínos; manteiga; banha; mamona; dormente. Consumo: raízes e vegetais, aves, peixe. Troca-troca da produção por mantimentos; Trabalho não-remunerado	Casas de madeira coberta c/ tábuas; galpões; Comida armazenada em tuias e feita na chapa; Luz de lamparina, querosene, banha e carbureto; tração e transporte (bois, cavalos e burros); construção manual das estradas; tributos;	Diversificação de culturas;	Afazeres domésticos; educação e criação dos filhos; obediência restrita ao homem; trabalho na roça	Gafanhoto; Sal; Querosene; seca; geada.	Origem do nome Biriva: casa de madeira, onde tinha-se o costume de sentar para tomar chimarrão, se esquentar; ou casa de defumação tradicional na localidade.
1946 a 1970	Roça; divisão de terras; reação animal; construção das primeiras estradas; inserção da quimificação; alimentos produzidos para o consumo (diversificação)	Aumento da população; construção escola Lajeado Biriva; escola de futsal; costumes rígidos; promoções e festas na escola; permanece sistema de puxirão e troca-troca de carne; grupo musical local “Seresteiros da Lua”	Fumo, feijão, suínos, ervamate; manteiga e nata; Para o consumo: Soja, leite, horta, frutas, frangos, bovinos; Sistema de troca-troca de serviços (colheita).	Casas mistas (galpão e casa na mesma construção); transporte e tração animal; tributação; iluminação de liquinho a gás; lotação de Kombi; Comércio: bolicho e cancha de bocha;	Diversificação de culturas;	Ocupação de espaços culturais e religiosos; grupo de damas, OASE; direito ao voto; afazeres domésticos; inicia a evolução social da mulher;	Gafanhoto; seca; geada;	Construção da adutora da CORSAN que distribui água para todo o município de Três de Maio - RS
1971 a 2013	Terras fracas; erosão; assoreamento dos rios; desmatamento; mecanização; drenagem de vertentes; utilização intensiva de insumos e defensivos químicos.	Construção Escola Nova Castelo Branco; futsal; construção Igreja congregacional; desativação da escola; Fim dos Puxirões; inserção do transporte escolar	leite, soja, aposentadorias, programas sociais; baixos preços pagos pelos produtos; concorrência desleal; trabalho remunerado na cidade. De 1990 em diante o fumo recebe novamente destaque na questão socioeconômica.	Iluminação elétrica; meios de transporte: ônibus, carro e Kombi; maquinários: trator, plantadeira; casas mistas; 15% mecanização 85% tração animal; Aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos.	Diversificação de culturas; fumo, soja, leite e aposentadorias.	Decisões em conjunto; direitos iguais; espaços e diretorias	Seca; frustrações nas safras; dependência de insumos; êxodo rural; monocultura.	A Souza Cruz como empresa integradora na produção do fumo.

Fonte: Tabela construída a partir de informações da Ascar/Emater de Três de Maio – RS.

ANEXO E – PROCESSO PRODUTIVO DO FUMO BURLEY



Sistema Floating de Produção de mudas em bandejas (preparação do solo e plantio)



Transplante



Colheita

Cura

Classificação

ANEXO F – CLASSIFICAÇÃO DO TABACO BURLEY

O tabaco em folha curada, de maneira genérica, é identificado a partir de sua posição na planta.

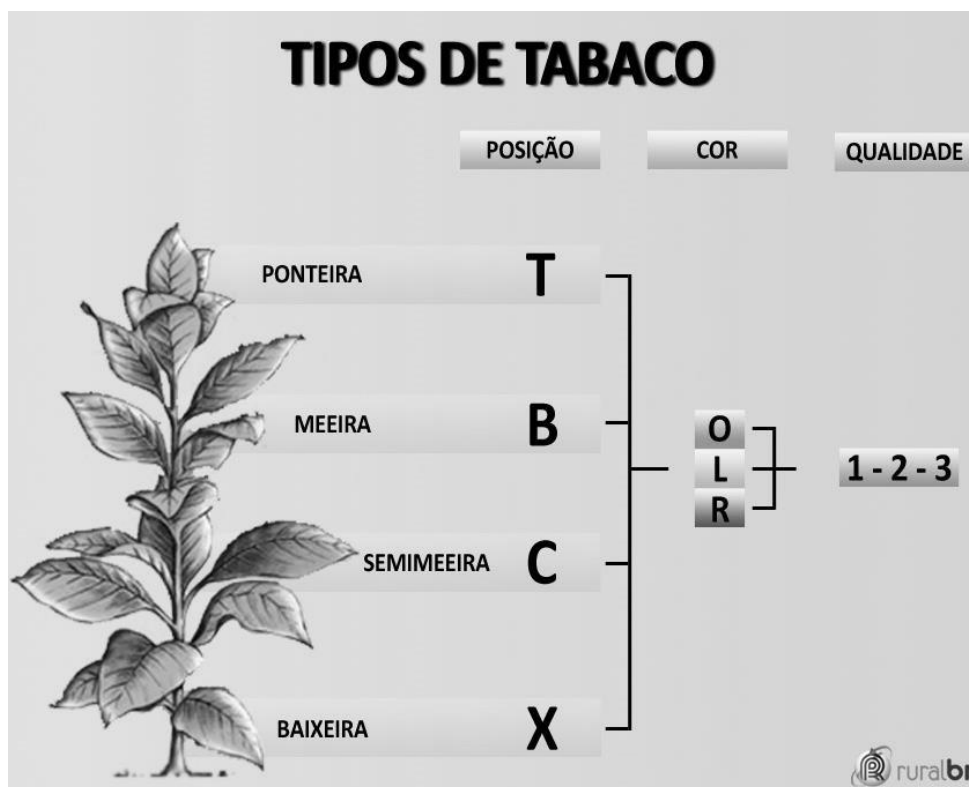
a) “X” ou Baixeiras – são folhas situadas na parte inferior da planta (chamadas também de primeiras folhas da planta de tabaco). São caracterizadas por serem folhas de textura laminar fina, formato mais arredondado e com espessura de talo e nervuras mais finas;

b) “C” ou Semimeeiras – são folhas situadas no meio inferior da planta, com textura laminar média, formato arredondado a oval e com espessura média do talo e nervuras; Este fumo não é mais produzido comercialmente no sul do Brasil.

c) “B” ou Meeiras – são folhas situadas no meio superior da planta, de textura laminar média e encorpada, com formato oval e com espessura média a encorpada do talo e nervuras;

d) “T” ou Ponteiras – são últimas folhas do pé, localizadas na parte superior da planta, de textura laminar de média a encorpada e grossa, formato lanceolado e com espessura do talo e nervuras de média a encorpada ou grossa.

PLANTA DO TABACO SEGUNDO A POSIÇÃO DAS FOLHAS



Fonte: AGROTABACO, 2013 Disponível em: <http://sites.ruralbr.com.br/agrotabaco/>

Há ainda a classificação dos fumos em tipos, diferenciados segundo a qualidade, e constitui-se em três:

- a) Tipo “1” ou Primeira – é constituído de folhas maduras, com boa granulosidade e elasticidade com textura de acordo com sua posição na planta e cor de forte intensidade;
- b) Tipo “2” ou Segunda – é constituído de folhas maduras, de granulosidade e elasticidade moderada, com textura de acordo com a sua posição na planta e cor de intensidade moderada;
- c) Tipo “3” ou Terceira – é constituído de folhas não maduras e passadas de maduras, de granulosidade e elasticidade mínimas, com textura de acordo com a sua posição na planta e cor de fraca intensidade. tabaco de galpão